

**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Universidade Federal da Paraíba**



**Relatório de Gestão
2015**

Abril/2016



Universidade Federal da Paraíba
Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil - CEP - 58059-900
Fone: +55 (083) 3216-7200

Reitora
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-Reitor
EDUARDO RAMALHO RABENHORST

Pró-Reitores

Pró-Reitora de Administração
ALUÍSIO MÁRIO LINS SOUTO

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
MARCELO SOBRAL DA SILVA

Pró-Reitor de Graduação
ARIANE NORMA MENEZES DE SÁ

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa
ISAC ALMEIDA DE MEDEIROS

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
ORLANDO DE CAVALCANTI VILLAR FILHO

Pró-Reitor de Assistência e Promoção ao Estudante
THOMPSON LOPES DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
FRANCISCO RAMALHO DE ALBUQUERQUE

Diretores de Centro

MARIA ANGELUCE SOARES PERÔNICO BARBOTIN– CCAE/CAMPUS IV

ANTONIO DE MELLO VILLAR – CT/CAMPUS I

DJAIL SANTOS – CCA/CAMPUS II

EDUARDO SERGIO SOARES SOUSA – CCM/CAMPUS I

GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO – CI/CAMPUS V

IERECÊ MARIA DE LUCENA ROSA – CCEN/CAMPUS I

JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES – CCTA/CAMPUS I

JOSÉ MARCELINO OLIVEIRA CAVALHEIRO – CTDR/CAMPUS V

MARIA LUIZA DE ALENCAR MAYER FEITOSA – CCJ/CAMPUS I

MONICA NÓBREGA – CCHLA/CAMPUS I

REINALDO NÓBREGA DE ALMEIDA – CCS/ CAMPUS I

TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS– CCHSA/CAMPUS III

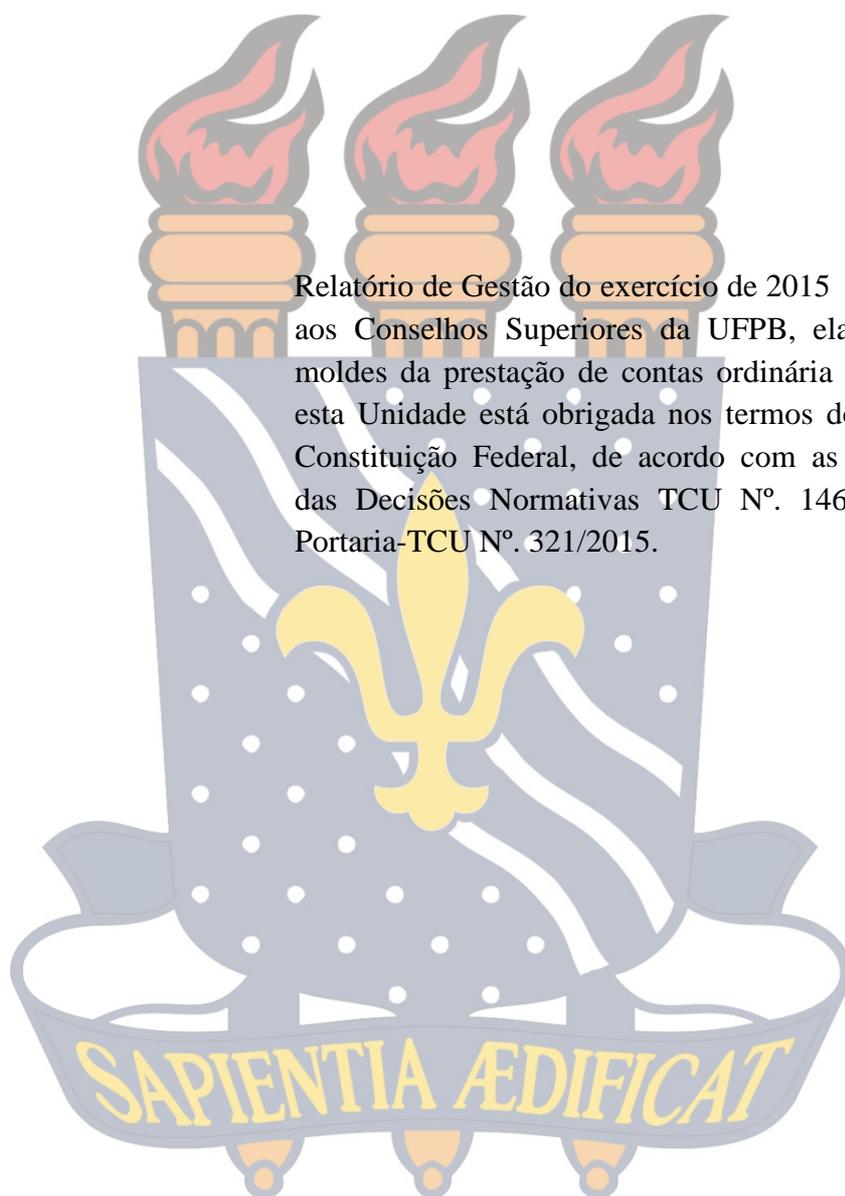
VALDIR DE ANDRADE BRAGA- CBIOTEC/CAMPUS I

WILSON HONORATO ARAGÃO – CE/CAMPUS I

WALMIR RUFINO DA SILVA – CCSA/CAMPUS I

ZAQUEU ERNESTO DA SILVA- CEAR/CAMPUS I

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Universidade Federal da Paraíba



Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos Conselhos Superiores da UFPB, elaborado nos moldes da prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 71 da Constituição Federal, de acordo com as disposições das Decisões Normativas TCU N°. 146/2015 e da Portaria-TCU N°. 321/2015.

João Pessoa

Abril/2016

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Metodologia de formulação do PGLS/UFPB	197
Figura 2 - Objetivos estratégicos do PGLS/UFPB	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	24
Quadro 2 - Graduação – Metas PDI 2014-2018	44
Quadro 3 - Pós-graduação - Metas PDI (2014 -2018).....	45
Quadro 4 - Extensão - PROBEX - PDI (2014-2018)	47
Quadro 5 - Extensão - FLUEX - PDI (2014-2018)	47
Quadro 6 - Extensão - Programa "UFPB no seu Município" - PDI (2014-2018)	47
Quadro 7 - Acervo – Biblioteca- Meta PDI.....	49
Quadro 8 - Biblioteca - custo por exemplar adquirido - Meta PDI.....	50
Quadro 9 - Restaurantes Universitários em funcionamento - por campi	51
Quadro 10 - Restaurantes Universitários em fase de finalização - por campi.....	52
Quadro 11 - Residência Universitária em funcionamento - por campi	52
Quadro 12 - Residência Universitária em reestruturação - por campi	52
Quadro 13 - Assistência Estudantil - PDI (2014-2018).....	52
Quadro 14 - Acessibilidade - PDI (2014-2018)	54
Quadro 15 - Sistemas Integrado de Gestão - PDI (2014-2018).....	56
Quadro 16 - Gestão de Pessoas - PDI (2014-2018).....	68
Quadro 17 - Ação/Subtítulos – OFSS - UFPB	70
Quadro 18 - Ação/Subtítulos – OFSS - HULW	76
Quadro 19 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - UFPB.	77
Quadro 20 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - HULW	79
Quadro 21 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .	88
Quadro 22 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - UFPB.....	88
Quadro 23 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - HULW	89
Quadro 24 - Resumo da prestação de contas sobre transferências recebidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	90
Quadro 25 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Descentralizações, Convênios e Contratos de Repasse.	90
Quadro 26 - Receita Própria da UFPB - Receita Inicial X Receita Realizada	92
Quadro 27 - Despesas por modalidade de contratação - UFPB	94
Quadro 28 - Despesas por modalidade de contratação - HULW	95
Quadro 29 - Despesas por grupo e elemento de despesa - UFPB	96
Quadro 30 - Despesas por grupo e elemento de despesa - HULW	97
Quadro 31 - Concessão de suprimento de fundos - UFPB	100
Quadro 32- Concessão de suprimento de fundos - HULW	100
Quadro 33 - Utilização de suprimento de fundos - UFPB.....	100
Quadro 34 - Utilização de suprimento de fundos - HULW.....	101
Quadro 35 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - UFPB	101
Quadro 36 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - HULW	101
Quadro 37 - Evolução relação alunos matriculados por professor, 2014-2015.....	103
Quadro 38 - Alunos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> matriculados/Professor Doutor..	103

Quadro 39 - Evolução do índice de titulação do corpo docente, 2014 -2015.....	104
Quadro 40 - Evolução da produção acadêmica publicada por professor permanente, 2014-2015.....	104
Quadro 41 - Evolução da relação professores com atividades de Extensão sobre o quadro docente permanente, 2014-2015.....	105
Quadro 42 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002	106
Quadro 43 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002	107
Quadro 44 - Estruturas de Governança da UFPB.....	108
Quadro 45 - Ações da Coordenação de Controle Interno no ano de 2015	115
Quadro 46 - Atividades planejadas e as efetivamente realizadas pela CCI.....	117
Quadro 47 - Área: 1 – Controles de Gestão.....	118
Quadro 48 - Processos de Tomadas de Contas Especiais analisados, com a respectiva análise e emissão de parecer pela CCI.....	119
Quadro 49 - Área: ações não previstas no PAINT (denúncias).....	119
Quadro 50- Evolução dos pedidos informação e repostas do SIC - 2012 a 2015	126
Quadro 51 - Processos da Ouvidoria (2014-2015)	127
Quadro 52 - Balanço Financeiro - todos os orçamentos.....	139
Quadro 53 - Balanço Orçamentário - todos os orçamentos.....	141
Quadro 54 - Balanço Patrimonial - todos os orçamentos	146
Quadro 55 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - todos os orçamentos.....	151
Quadro 56 - Relação dos cursos ofertados pela PROGEP	157
Quadro 57- Força de Trabalho da UJ - UFPB - Em 31/12/2015.....	167
Quadro 58 - Força de Trabalho da UJ – Em 31/12/2015 -HULW	168
Quadro 59 - Distribuição da Lotação Efetiva - UFPB - Em 31/12/2015	169
Quadro 60 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UFPB	170
Quadro 61 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do HULW	171
Quadro 62 - Custos do pessoal - UFPB - Em 31/12/2015.....	172
Quadro 63 - Custos do pessoal - HULW - Em 31/12/2015.....	173
Quadro 64 - Composição do Quadro de Estagiários	176
Quadro 65 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - UFPB	177
Quadro 66 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - HULW	178
Quadro 67 - Quantidade de veículos sob a responsabilidade da UFPB, por grupo de veículos.....	179
Quadro 68 - Quilometragem por categoria de veículos.....	179
Quadro 69 - Idade média da frota da UFPB, por grupo de veículo.....	180
Quadro 70 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	181
Quadro 71 - Imóveis Sob a Responsabilidade da UFPB	182
Quadro 72 - Quadro de Permissionários.....	182
Quadro 73 - Visão geral sobre a situação dos referidos acórdãos TCU	202
Quadro 74 - Relação dos acórdãos TCU das contas da UFPB - 2004 a 2010.....	203

Quadro 75 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	203
Quadro 76 - Relação do quantitativo de servidores efetivos da área fim por cargo em 2015 – HULW – UFPB (Regime Jurídico Único)	205
Quadro 77 - Relação do quantitativo de servidores efetivos da área fim por cargo em 2015 (EBSERH)	206
Quadro 78 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015	209
Quadro 79- Despesas com publicidade	211

LISTA DE SIGLAS

CAU – Central de Atendimento ao Usuário
CBiotec – Centro de Biotecnologia
CCAE – Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCS – Centros de Ciências da Saúde
CCHSA – Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas
CCM – Centro de Ciências Médicas
CCTA – Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CE – Centro de Educação
CEAR – Centro de Energias Alternativas e Renováveis
CFT – Centro de Formação de Tecnólogo
CI – Centro de Informática
CTDR – Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
CAVN – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros
CGA – Comissão de Gestão Ambiental
CPACE – Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos
CPPRAD – Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
CISSP – Comissões Interna de Saúde do Servidor Público
CGTI – Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação
COMFOR – Comitê Gestor Institucional
CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSUNI – Conselho Universitário
CGU – Controladoria Geral da União
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI – Coordenação de Controle Interno
DIVITRANS – Divisão de Transportes
ENEX – Encontro de Extensão
ESR – Escola Superior de Redes
ETS – Escola Técnica de Saúde
EMPs – Exames Médicos Periódicos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFPB – Instituto Federal da Paraíba
LOA – Lei Orçamentária Anual
LNC – Levantamento de Necessidades de Capacitação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NDPI – Núcleo de Documentação Pessoal e Informação
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PQITEC – Plano de Qualificação Institucional
PCCTAE – Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-administrativos em Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PROLICEN – Programa de Apoio às Licenciaturas
PROBEX – Programa de Bolsa de Extensão
PRODOCÊNCIA – Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROMEB – Programa de Melhoria da Educação Básica
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PRODOCÊNCIA – Programa de Consolidação das Licenciaturas
FLUEX – Programa de Fluxo Contínuo de Extensão
PROMEB – Programa de Melhoria da Educação Básica
PQI – Programa de Qualificação Institucional
REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PROTUT – Programa de Tutoria
PROEXT – Programas e Projetos de Extensão
PRA – Pró-Reitoria de Administração
PRAC – Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
QSTE – Quadro de Servidores Técnico-Administrativos em Educação
PRG – Pró-Reitoria de Graduação
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIC – Sistema de Informação ao Cidadão
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIASS – Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor
STI – Superintendência de Tecnologia da Informação
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	17
2 VISÃO GERAL DA UFPB	19
2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	19
2.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE	19
2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	21
2.4 ORGANOGRAMA	22
2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	31
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	42
3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	42
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	43
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	44
3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS.....	69
3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	69
3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	70
3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	87
3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	88
3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	88
3.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	89
3.3.6 Informações sobre a realização das receitas.....	92
3.3.7 Informações sobre a execução das despesas	93
3.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	100
3.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	102
3.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	105
3.5.3 Indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	106
4 GOVERNANÇA	108
4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	108

4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	114
4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	121
4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	125
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	126
5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	126
5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	129
5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	129
5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	131
5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	132
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	134
6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	134
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	135
6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão.....	136
6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.....	136
6.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZACÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIACÃO E MENSURACÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	136
6.4 SISTEMÁTICA DE APURACÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	137
6.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	138
7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	156
7.1 GESTÃO DE PESSOAS	156
7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	167
Fonte: SIAPE.....	168
7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	172
7.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal	175
7.1.4 Contrataçáo de pessoal de apoio e de estagiários.....	175
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA.....	178
7.2.1 Gestáo da frota de veículos própria e terceirizada	179

7.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	181
7.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	181
7.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	182
7.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros	187
7.2.6 Informações sobre a infraestrutura física	187
7.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	188
7.3.1 Principais sistemas de informações	196
7. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	196
8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	202
8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU... ..	202
8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	208
8.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	208
8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	210
8.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	211
8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	211

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
VISÃO SINTÉTICA DE SUA DIMENSÃO

Administração Superior	Reitoria, 7 Pró-reitorias, Prefeitura Universitária, Procuradoria Geral e o IDEP-UFPB
Órgãos Deliberativos	Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho Social Consultivo e Conselho Curador.
Centros	16 Centros de Ensino
Alunos Matriculados	44.730 , assim distribuídos: 31.123 na Graduação Presencial, 4.776 na Graduação a Distância e 8.831 na Pós-Graduação sendo 4.978 <i>stricto sensu</i> e 3.853 <i>lato sensu</i> .
Servidores Docentes – 3º Grau	2.533 , sendo 2.435 efetivos e 98 substitutos. Do total de docentes efetivos, 1.751 são doutores, 596 mestres, 64 especialistas e 24 graduados.
Servidores Docentes – 1º e 2º Grau	126 Docentes.
Servidores Técnico-Administrativos em Educação – UFPB	2.724 do quadro efetivo, sendo 181 de apoio, 1.761 de nível médio, 782 de nível superior, além de 1.245 terceirizados.
Servidores Técnico-Administrativos em Educação – HULW	860 do quadro efetivo, sendo 48 de apoio, 394 de nível médio, 418 de nível superior, além de 161 terceirizados.
Graduação	138 cursos, sendo 127 presenciais e 11 a distância.
Pós-Graduação	127 Cursos, sendo 20 de Especialização, 58 de Mestrado Acadêmico, 11 Mestrado Profissional e 38 de Doutorado.
Ensino Médio	02 Escolas de Ensino Médio e Profissionalizante: Escola Técnica de Saúde (CCS) e Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CCHSA)
Extensão	461 iniciativas de extensão apoiada, envolvendo 927 professores, 2.508 discentes e 10 técnicos administrativos.

Produção Acadêmica	A produção acadêmica ¹ Produção Artística: 42 Produção Bibliográfica: 1.772 Produção Técnica: 1.205
Tecnologia da Informação	1 Superintendência de Tecnologia da Informação.
Núcleos de Pesquisa e extensão	25 , sendo 24 núcleos de pesquisa e 1 núcleo de extensão, nas áreas de Ciência e Tecnologia, Humanística e de Artes.
Laboratórios	513 oferecendo apoio acadêmico aos cursos de graduação e pós- graduação.
Bibliotecas	1 Central e 14 Setoriais.
Pólo Multimídia	1 TV Universitária, 1 Editora , 1 Livraria, Núcleo de Produção Digital (NPD) e Laboratório de Desenvolvimento Multimídia Interdisciplinar (LDMI)
Hospitais	1 Hospital Universitário (Lauro Wanderley). 1 Hospital Veterinário (Campus Areia)
Restaurantes	5 ² Restaurantes que ofertaram 6.410 refeições/dia.
Residências	6 residências universitárias distribuídas nos campi I, II, III e IV ³ .
Teatros	2 Teatros: Lima Penante, em João Pessoa, e o Teatro Minerva (administrado pela UFPB), em Areia.

¹Os dados da produção acadêmica referem-se ao ano de 2014, pois, até o fechamento do Relatório, os dados de 2015 ainda não estavam consolidados pela PRPG. Os dados são retirados da Plataforma Sucupira, nesta, por sua vez, não possível fazer a coleta nos formatos do anos anteriores, bem como não são contabilizados os Programas em associação.

² Destes, quatro estão em pleno funcionamento e um encontra-se em fase de finalização (CAMPUS IV – Mamanguape)

³ Das sete residências, duas, localizadas no Campus IV em processo de reestruturação.

1 APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão 2015 tem por finalidade, além de atender às determinações contidas nas IN TCU nº 63/2010 e IN TCU nº 72/2013, nas DN TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015, que regem a elaboração deste instrumento de prestação de contas, apresentar aos órgãos de controle interno e externo, à comunidade acadêmica e à sociedade brasileira em geral, de forma clara, os resultados alcançados na execução de seu orçamento 2015 visando atingir os objetivos de sua missão institucional.

A execução de seu orçamento, que ora este relatório explicita, é o meio de que se vale a UFPB para dar concretude, além de transparência, às ações necessárias para alcançar os objetivos e fins a que se propõe.

Portanto, este instrumento vai além de simples prestação de contas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mas, sobretudo, pretende colocar ao alcance de toda sociedade seus esforços no sentido de atingir sua finalidade no exercício de sua competência.

Para tanto, o presente relatório está dividido em oito capítulos, contando com esta introdução. No capítulo dois é apresentada uma visão geral da UFPB, descrevendo sua finalidade, normais e regulamentos de criação sua estrutura organizacional, organograma. Apresenta ainda, de forma sucinta, seu ambiente de atuação, bem como destaca seus macroprocessos finalísticos, que são relacionados ao ensino, pesquisa e extensão.

O capítulo três versa sobre o planejamento organizacional e o desempenho orçamentário da UFPB, para tanto é apresentado o seu planejamento, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, bem como sua execução relativa ao ano de 2015. No tocante ao desempenho orçamentário é apresentada a execução das ações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), como também a parte de realização de receitas, execução de despesas, restos a pagar de exercícios anteriores. Por fim, no capítulo 3, destaca-se o desempenho operacional, no qual são apresentados os indicadores institucionais e os indicadores Tribunal de Contas da União (TCU).

O quarto capítulo trata da governança da instituição, apresentando desde a sua estrutura, como a atuação da unidade de controle interno, gestão de riscos. O capítulo seguinte aborda o relacionamento com a sociedade, para tanto, são apresentados tópicos

como: os canais de acesso que o cidadão possui, carta de serviços, a forma de aferir a satisfação dos usuários, bem como ações relativas à acessibilidade.

O capítulo seis apresenta o desempenho orçamentário financeiro, neste são destacados, de forma geral, a questão de captação de recursos, como também itens relacionados área contábil. O sétimo capítulo, é denominado Áreas Especiais da Gestão, aborda quatro áreas, a Gestão de Pessoas, Patrimônio, Tecnologia da Informação e Gestão ambiental e Sustentabilidade. Por fim, o capítulo oito, apresenta questão relativas a conformidade e demandas de órgãos de controle, tais como o TCU e Controladoria Geral da União (CGU).

Por fim, destaca-se que dentre os itens da Portaria 321/2015, elencados no sistema e-contas, para apresentação do Relatório de Gestão 2015, o item 4.3.1⁴ não se aplica a UFPB. Por sua vez, os itens 4.30⁵, 8.1.11⁶ não tiveram ocorrências no ano de 2015.

⁴ Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.

⁵ Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos.

⁶ Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

2 VISÃO GERAL DA UFPB

2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A criação da UFPB veio ao encontro da necessidade de promover o desenvolvimento regional e nacional através do ensino, pesquisa e extensão:

Por meio do ensino, oferecendo capacitação nas diversas áreas do conhecimento (ciências, tecnologias, letras e artes), formando profissionais capazes de atuarem na prestação de serviços demandados pela sociedade de forma segura e responsável.

Através da pesquisa, estimulando a investigação científica na perspectiva de ampliação do conhecimento visando ao desenvolvimento do espírito criativo nas ciências, tecnologia, cultura e artes.

Na prática da extensão, promovendo a difusão dos conhecimentos gerados nas atividades de ensino e na investigação científica transferindo à sociedade os resultados obtidos nessas atividades.

Desse modo, no desenvolvimento de suas competências no ensino, pesquisa e extensão, a UFPB pretende alcançar sua finalidade institucional.

2.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE

- A criação da UFPB data de 1955, com a então denominação de Universidade da Paraíba, através da Lei estadual nº. 1.366, de 02.12.55. Nessa primeira fase, ganhou existência como resultado da junção de um conjunto de escolas superiores isoladas.
- Com a sua federalização, aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13.12.60, foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias então existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. A instituição passou pelo seu primeiro processo de expansão no decorrer da década de 1960, com a incorporação da Escola de Agronomia do Nordeste, localizada na cidade de Areia, e do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), sediado na cidade de Bananeiras.

- No início de 2002, a Universidade Federal da Paraíba passou pelo desmembramento de 4 (quatro), dos seus 7 (sete) campi, localizados nas cidades de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Souza. A Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002 criou, por desmembramento da UFPB, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com sede e foro na cidade de Campina Grande. A UFPB ficou composta legalmente, a partir de então, pelos campi de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras. A UFCG incorporou os campi de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Souza com seus respectivos patrimônios, quadros de pessoal, cargos funcionais ocupados e vagos, cargos de direção e funções gratificadas, cursos e corpo discente.
- No final de 2005, foi elaborada a proposta de criação de mais um campus, no Litoral Norte do Estado, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, oficializada pela Resolução 05/2006 do Conselho Universitário (CONSUNI). Seguido da criação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE), pela Resolução 06/2006 do CONSUNI.
- Foi criado no ano de 2007, o Centro de Ciências Médicas (CCM), por meio da resolução 21/2007 do CONSUNI, desmembrando o curso de medicina dos demais cursos da área de saúde integrantes do CCS;
- Por meio da resolução 03/2008 do CONSUNI, o Centro de Formação de Tecnólogo (CFT) no Campus III da UFPB, passou a ser denominado de Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA) III, sediado na cidade de Bananeiras;
- No ano de 2009 foi criado o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) por meio da resolução 04/2009 do CONSUNI.
- No ano de 2010 foi criada a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) por meio da resolução 28/2010 do CONSUNI.
- No ano de 2010 foi criada a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) por meio da resolução 29/2010 do CONSUNI.
- No ano de 2011 foi criado o Centro de Informática (CI) por meio da resolução 25/2011 do CONSUNI.
- No ano de 2011 foi criado o Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR) por meio da resolução 27/2011 do CONSUNI.

- No ano de 2011 foi criado o Centro de Biotecnologia da UFPB (CBiotec) por meio da resolução 31/2011 do CONSUNI.
- No ano de 2011 foi criado o Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) por meio da resolução 43/2011 do CONSUNI.
- No ano de 2011 foi criado o Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP-UFPB) por meio da resolução 32/2011 do CONSUNI.
- No ano de 2012 foi criado o Campus V da UFPB com a denominação de Campus "Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque", por meio da resolução 19/2012.
- No ano de 2013 foi criada a Superintendência de Tecnologia de Informação (STI), como órgão auxiliar de Direção Superior da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, em substituição ao Núcleo de Tecnologia da Informática (NTI) e aprova seu Regimento, por meio da resolução 40/2013.

2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A UFPB oferece seus produtos (cursos de graduação presencial e a distância, pós-graduação stricto sensu, cursos em nível médio- técnicos, cursos técnicos em nível médio, além de desenvolver atividades de pesquisa científica e de extensão) todos de elevado nível de qualidade.

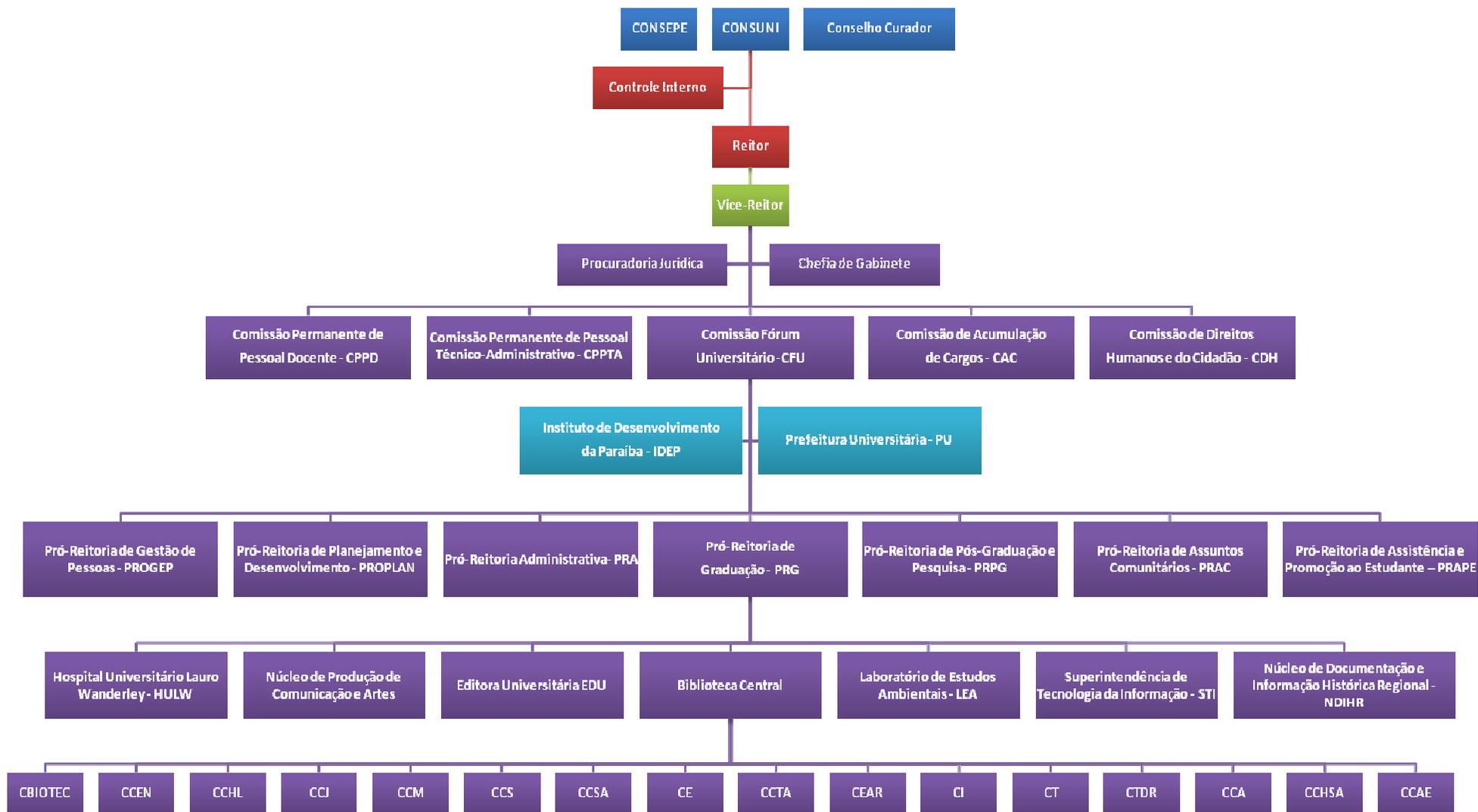
Além das atividades acadêmicas de ensino, a UFPB atua na pesquisa e extensão nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Natureza; Engenharias; Ciências Médicas e da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas e Artes; Educação; e Tecnologias.

A UFPB é a maior instituição de ensino superior do Estado da Paraíba. O Estado possui ainda outras duas universidades públicas, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), além do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Em relação à rede privada de ensino superior, o Estado conta com um Centro Universitário e 36 Faculdades.

A partir da adoção do SISu como forma de ingresso na instituição, a UFPB passou a concorrer com todas as outras universidades públicas dos país que aderiam ao sistema. Deste modo, o empenho da instituição em busca da manutenção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão são fatores chaves para que os alunos escolham a UFPB como a instituição desejada para cursar o ensino superior.

No tocante à pós-graduação, tem-se o empenho dos cursos da instituição na manutenção da qualidade dos programas de pós-graduação, para que estes sejam os pleiteados pelos concorrentes às vagas.

2.4 ORGANOGRAMA



Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
				Desde:
CONSEPE	Órgão deliberativo superior da Universidade em matéria de natureza acadêmica.	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz	Presidente	13/11/2012
CONSUNI	Órgão deliberativo superior em matéria de política geral da Universidade.	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz	Presidente	13/11/2012
Conselho Curador	Órgão fiscal e deliberativo em assuntos econômicos e financeiros da Universidade.	Jozemar Pereira do Santos	Presidente	11/11/2014
Controle Interno	Órgão técnico de controle da Universidade Federal da Paraíba que funciona junto ao Conselho Universitário.	Ra manando Gajadghar	Coordenador	24/03/2015
REITOR	A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo da administração superior que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade.	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz	Reitora	13/11/2012
VICE-REITOR	É o principal colaborador do Reitor em tarefas de caráter permanente da Universidade e compete: substituir o Reitor em suas faltas e impedimentos e exercer atividades de supervisão e de coordenação administrativa na Universidade, que lhe sejam delegadas pelo Reitor.	Eduardo Ramalho Rabenhorst	Vice-Reitor	19/12/2012
Procuradoria Jurídica	Responsável pela representação jurídica da Universidade e tem por finalidade prestar assessoramento jurídico ao Reitor e aos órgãos da administração superior da Instituição, bem como defender os interesses da Universidade em juízo	Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira	Procurador Federal	15/04/2013

Chefia de Gabinete	Planejar, organizar e supervisionar a execução dos trabalhos a cargo do setor.	Aline Nadege de Menezes Sá Monte	Chefe de Gabinete	13/11/2012
Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)	Caberá prestar assessoramento ao colegiado competente na instituição de ensino superior e ao dirigente.	Francisco das Chagas Alves	Presidente	09/01/2012
Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo	Apreciar os assuntos concernentes aos processos relativos ao acompanhamento do pessoal técnico-administrativo.	Mauro Barbosa da Silva	Coordenador	01/10/2013
Comissão Fórum Universitário (CFU)	Planejar as atividades, em consonância com os vários órgãos da Universidade.	Iedo Leite Fonte	Coordenador	21/11/2012
Comissão de Acumulação de Cargos – CAC CPPTA (CIS/ UFPB) (CPACE/ UFPB)	Verificar a legitimidade da situação de empregos do pessoal docente e técnico-administrativo, na forma da legislação em vigor.	Isaias Araújo de Souza	Presidente	09/09/2015
Comissão de Direitos Humanos e do Cidadão (CDH)	Educar e conscientizar a comunidade paraibana da importância, do respeito, da proteção e da defesa dos Direitos Humanos.	Maria de Fatima Menezes Lourenco	Secretária	01/02/2013
Instituto de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP)	Produzir, disseminar e promover a aplicação de conhecimento científico-tecnológicos, artísticos e culturais integrados ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da Paraíba.	João Marcelo Alves Macedo	Presidente	17/01/2014
Prefeitura Universitária PU	Colaborar com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, no planejamento e desenvolvimento físico dos "campi" da Universidade.	Jandir de Santana	Prefeito	26/06/2015
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)	Órgão responsável pelo planejamento e acompanhamento das estratégias e políticas de gestão de pessoas da Universidade	Francisco Ramalho de Albuquerque	Pró-Reitor	13/11/2012

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN)	Instância responsável pelos assuntos referentes à gestão do Planejamento da Instituição.	Marcelo Sobral da Silva	Pró-Reitor	01/12/2012
Pró-Reitoria Administrativa (PRA)	Órgão auxiliar de direção superior incumbido de funções específicas e delegada pelo Reitor nas áreas de administração contábil e financeira, material, patrimônio e atividades auxiliares.	Aluisio Mario Lins Souto	Pró-Reitor	05/05/2015
Pró-Reitoria de Graduação (PRG)	Tem a função de planejar, coordenar e controlar as atividades de ensino de graduação da Universidade Federal da Paraíba.	Ariane Norma de Menezes Sá	Pró-Reitora	13/11/2012
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG)	Órgão que se destina à formação ampla e aprofundada de profissionais para atuarem na elaboração e difusão do saber filosófico, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia e na produção e difusão do conhecimento.	Isac Almeida de Medeiros	Pró-Reitor	13/11/2012
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PRAC	Órgão auxiliar de direção superior cujo titular exerce suas funções por delegação do reitor.	Orlando de Cavalcanti Villar Filho	Pró-Reitor	13/11/2012
Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE)	Planejar, coordenar e controlar, em nível de direção superior, as atividades de assistência e promoção ao estudante.	Thompsom Lopes de Oliveira	Pró-Reitor	01/12/2012
Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW)	Órgãos suplementar de apoio aos serviços de Saúde na Universidade.	Arnaldo Correia de Medeiros	Superintendente	19/12/2013
Núcleo de Produção de Comunicação e Artes	Responsável administrar a TV UFPB, Agência de Notícias e a Rádio Universitária.	Vagner Cesarino de Souza	Coordenador	12/05/2015
Editores Universitários (EDU)	Órgãos suplementar de apoio à produção gráfica na Universidade.	Izabel Franca de Lima	Diretora	28/02/2013

Biblioteca Central	Tem a seu cargo a coleta, tratamento, armazenamento, processamento, recuperação e disseminação de informações, para apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.	Sonia Suely Araujo Pessoa	Diretora	27/11/2012
Laboratório de Estudos Ambientais (LEA)	Tem como finalidade elaborar projetos, executar pesquisas e/ou orientar trabalhos acadêmicos de assuntos relacionados com os estudos ambientais.	Araci Farias Silva	Chefe	01/10/2013
Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)	O objetivo é prover serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que apoiem a UFPB no desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmico-administrativa e serviços à comunidade.	Pedro Jacome de Moura Junior	Diretor Chefe	24/12/2015
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)	Tem como objetivos básicos o resgate e a preservação da memória e a produção do conhecimento crítico sobre a realidade nordestina	Carlos Xavier de Azevedo Neto	Coordenador	14/10/2014
Centro de Biotecnologia (CBIOTEC) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Valdir de Andrade Braga	Diretor	01/11/2012
Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Ierecê Maria de Lucena Rosa	Diretora	22/04/2013

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Monica Nobrega	Diretora	25/01/2013
Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Maria Luiza Pereira de Alencar M. Feitosa	Diretora	01/01/2013
Centro de Ciências Médicas (CCM) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Eduardo Sergio Soares Sousa	Diretor	01/10/2013
Centro de Ciências da Saúde (CCS) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Reinaldo Nobrega de Almeida	Diretor	16/11/2013
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Walmir Rufino da Silva	Diretor	25/06/2013

Centro de Educação (CE) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Wilson Honorato Aragão	Diretor	26/01/2013
Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Jose David Campos Fernandes	Diretor	23/03/2013
Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Zaqueu Ernesto da Silva	Diretor	03/11/2012
Centro de Informática (CI) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Guido Lemos de Souza Filho	Diretor	03/02/2013
Centro de Tecnologia (CT) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Antonio de Mello Villar	Diretor	01/12/2012

Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) Campus I	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Jose Marcelino Oliveira Cavalheiro	Diretor	01/11/2012
Centro de Ciências Agrárias (CCA) Campus II	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Djail Santos	Diretor	25/01/2013
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) Campus III	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Terezinha Domiciano Dantas Martins	Diretora	11/10/2013
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) Campus IV	Órgão setorial de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através de seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas.	Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin	Diretor	07/01/2015

2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A UFPB tem sua razão de ser na promoção de atividades para contribuir com o progresso do Brasil e da região em que está inserida. Deve-se ressaltar a formação de quadros técnicos e científicos, desenvolvimento de pesquisas, apoio e incentivo às ações culturais. Nesse sentido, os macroprocessos finalísticos da instituição estão relacionados com as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Macroprocesso finalístico: Desenvolvimento das atividades de ensino de graduação				
Objetivo: propor políticas acadêmicas, planejar e coordenar as atividades de ensino da graduação da UFPB				
Processo	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
Coordenar a área de escolaridade da graduação	Programação acadêmica, admissão, cadastramento e registro acadêmico.	Cadastramento e matrícula de alunos; acompanhamento acadêmico; cadastro de disciplinas; emissão de documentos e diplomas; gestão de processos seletivos para acesso aos Cursos de Graduação da UFPB.	Estudantes ; Docentes; Departamentos; Coordenações de Cursos de Graduação; Egressos de Cursos de Graduação.	CODESC/PRG
Coordenar a área de currículos e programas	Planejamento, supervisão e controle da escolaridade na área de graduação.	Acompanhamento dos Cursos de Graduação na Elaboração, análise e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos; análise e parecer de processos relativos a dilatação de prazo de conclusão de curso e de processos de Abreviação de cursos de estudantes de graduação; Coordenação do programa de Licenciaturas: PROLICEN.		CCP/PRG
Coordenar ações para melhoria de ensino	Elaborar e acompanhar as ações para melhoria de ensino	Acompanhamento de avaliação institucional e de cursos pelo E-Mec; acompanhamento do cadastramento pelos cursos do ENADE; acompanhamento de processos visando a melhoria da formação do estudante; PET (Programa de Educação Tutorial e PROMEB (Programa de Melhoria de Educação Básica)acompanhamento de processos de avaliação dos cursos; Coordenação do Comitê Gestor Institucional de Formação inicial e Continuada (CONFOR)		CPME/PRG
Coordenar as áreas de estágio e monitoria	Acompanhar e regularizar os estágios e administrar os projetos de monitoria	Análise dos processos de estágio (termos de Compromisso, Planos de Atividades, questões pedagógicas relativas aos convênios e envio de planilhas de alunos segurados); Selecionar projetos de monitoria e administrar o processo de contratação de monitores, elaboração de folhas de pagamento. Preparação e encaminhamento de folhas de pagamento de alunos que atuam no Programa Bolsa-Estágio da UFPB.		CEM/PRG

Macroprocesso finalístico: Desenvolvimento das atividades de ensino de pós- graduação				
Objetivo: propor políticas acadêmicas, planejar e coordenar as atividades de ensino da pós-graduação da UFPB				
Processo	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
Planejar, coordenar e controlar os cursos de pós-graduação stricto sensu na Universidade nos seus dois níveis, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado.	<p>Criação de novos programas de pós-graduação nos níveis de mestrado (ME) e de doutorado (DO), além de fomento às ações de solidariedade dos programas através de oferta de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (MINTER e DINTER)</p> <p>Acompanhamento dos processos de desenvolvimento dos programas de pós-graduação com vistas à avaliação em conformidade com o Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG.</p>	<p>Discutir com centros e departamentos a criação de novos cursos e programas de Pós-Graduação;</p> <p>Apoiar a elaboração de projetos de novos cursos e programas de Pós-Graduação, bem como a tramitação de processos junto às instâncias acadêmicas;</p> <p>Acompanhar os processos de criação de novos programas de pós – graduação e viabilizar respostas segundo as demanda da CAPES em relação aos processos de aprovação de cursos e programas;</p> <p>Acompanhar, juntamente com os coordenadores, o andamento das atividades acadêmicas e gerenciais dos programas de pós-graduação de modo a mantê-los, consolidá-los e promovê-los à excelência.</p>	<p>Egressos de curso de graduação da UFPB, de outras IES brasileiras, estrangeiros e profissionais. Estudantes e profissionais de setores públicos e privados.</p> <p>Coordenadores de Programas e Cursos de Pós-Graduação e demais Docentes da UFPB e de outras IES do país.</p> <p>Alunos de graduação e pós-graduação da UFPB</p>	CGPG/PRPG
Planejar, coordenar e monitorar processos relacionados a os cursos de pós-graduação Lato Sensu na UFPB	<p>Criação de novos programas de novos cursos de especialização e residências</p> <p>Acompanhamento dos processos de desenvolvimento dos cursos da modalidade Lato Sensu em conformidade as normas da UFPB e do Conselho</p>	<p>Acompanhamento dos Cursos de especialização e residência no que concerne à elaboração e análise de projetos, acompanhamento nas instâncias colegiadas, acompanhamento da execução dos cursos, finalização dos s aprovados.</p>	<p>Egressos da UFPB e de outras IES do Brasil e de outros países.</p> <p>Alunos de graduação da UFPB</p>	CGPG/PRPG

	Nacional de Educação.		Profissionais de setores público e privados.	
Planejar, executar e monitorar processos de qualificação-capacitação de docentes e técnico administrativos pertencentes ao quadro de servidores da UFPB	Elaboração de plano de capacitação docente: Plano Institucional de Quadros Docentes (PLANFOR - CAPES) Elaboração, junto com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) diretores e assessores de ensino o plano de qualificação de docentes e técnicos da UFPB;	Análise e acompanhamento, mediante relatórios, dos docentes e técnicos envolvidos em processo de capacitação. Planejar, executar as ações pertinentes ao Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores da UFPB – PQI	Docentes e servidores técnico-administrativos pertencentes ao quadro da UFPB	CGPG/PRPG PROGEP
Coordenar processos de reconhecimento de títulos obtidos em IES estrangeiras	Planejamento, execução, acompanhamento e análise de processos relacionados ao reconhecimento de diplomas de ME e DO obtidos em IES estrangeiras	Análise de processos de pedidos de reconhecimento de diplomas obtidos em IES estrangeiras e envio aos programas de pós-graduação para julgamento do mérito.	Interessados da UFPB e das demais unidades da federação	CGPG/PRPG
Coordenar processos de certificação de cursos de pós-graduação stricto sensu	Planejar, executar e acompanhar processos relacionados a pedidos de expedição de diplomas de pós-graduação de egressos dos cursos de pós-graduação stricto sensu da UFPB	Análise de processos de pedidos de expedição de diplomas obtidos em cursos de pós-graduação stricto sensu da UFPB	Alunos que defenderam dissertação ou tese em Programas de Pós-graduação da UFPB	CGPG/PRPG
Promover ações de formação conjunta entre o ensino de graduação e ensino de pós-graduação.	Planejar, desenvolver e acompanhar, junto com as coordenações, estratégias de formação articuladas entre o ensino de pós-graduação e o ensino de graduação.	Acompanhamento de análise de processos de estágios de docência e de outras atividades que promovam, de forma articulada, a formação em nível da graduação.	Alunos de graduação e pós-graduação da UFPB	CGPG/PRPG PRG

Planejar, coordenar e avaliar, em nível de administração superior, a política de pesquisa da Universidade e as atividades a ela atinentes;	Acompanhar, administrar e regularizar os Programas Acadêmicos e de Iniciação Científica da instituição	<p>Selecionar e administrar o processo de contratação dos bolsistas, elaboração de folhas de pagamento.</p> <p>Preparação e encaminhamento de folhas de pagamento de alunos que atuam nos programas acadêmicos e de iniciação científica da UFPB</p> <p>Selecionar projetos de iniciação científica para serem financiados em itens de custeio através de programa de apoio</p>	<p>Alunos de graduação e pós-graduação da UFPB matriculados regularmente em cursos ofertados pela UFPB</p> <p>Docentes orientadores de bolsistas dos programas de Iniciação científica da UFPB</p>	<p>CGPAIC/PRPG</p> <p>CGPQ/PRPG</p>

Macroprocesso finalístico: Desenvolvimento das atividades/ações de extensão acadêmica				
Objetivo: Implementar a política de extensão universitária com o objetivo de promover uma formação cidadã e contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional das áreas do conhecimento e com a melhoria das populações em situação de risco social.				
Processo	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
Gerenciamento de projetos	Coordenar, acompanhar, avaliar e controlar os projetos, programas e ações para garantir a excelência na sua operacionalização.	Editais do PROEXT, PROBEX E FLUEX e captação de recursos para projetos e programas.	Docentes, discentes, técnico-administrativos e populações das comunidades onde atuam as equipes extensionistas.	Centros, Assessorias de extensão Campi do interior, Pró-Reitorias de Graduação, Pesquisa, Planejamento e de Administração.
Gerenciamento de informação	Manter dados e informações atualizados em arquivos físicos e virtuais, sites e publicações.	Registro de dados e informações referentes aos projetos, programas e ações e publicação de matérias, revistas e livros.		

Gerenciamento logístico	Dar suporte logístico para realização das atividades de extensão.	- Disponibilizar e organizar salas de aula, auditórios, salas de reunião, etc. - Disponibilizar e organizar equipamentos, material didático e outros recursos. - Disponibilizar transporte para pessoas e materiais.		
Gestão administrativa para a realização dos projetos, programas e ações contemplados e em andamento	Promover e garantir o funcionamento dos programas, projetos e eventos de extensão	Pagamento de bolsistas, certificação de participantes. Concessão de diárias, passagens e hospedagens. Solicitações de compra de materiais diversos. Elaboração e expedição de documentos e correspondências oficiais. Planilhas Relatórios Resoluções		
Internacionalização da Extensão	Realizar parcerias e convênios com universidades de países diferentes com o objetivo de promover a internacionalização das experiências de extensão.	Intercâmbio de extensionistas; convênios entre a UFPB e instituições de outros países para desenvolvimento de programas e projetos de extensão; Editais de seleção de programas e projetos;		

Parceiros Externos: prefeituras municipais, escolas públicas, rede de saúde pública, Ministérios da educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, SEBRAE, FAPesq, Instituições de ensino superior públicas, privadas, nacionais e internacionais.

Macroprocesso finalístico: Promoção e produção de atividades artístico-culturais e de cultura popular.				
Objetivo: promover e difundir a cultura brasileira através das diversas manifestações artístico-culturais através das atividades de ensino, pesquisa e das diversas modalidades de atividades de extensão no âmbito local e nacional.				
Processo	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
Gestão financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Providenciar a aquisição de figurinos, cenários, a equipamentos e instrumentos musicais para os grupos de coral e dança; - Custear atividades culturais para as comunidades, como cursos, oficinas e exposições. 	<p>Coral Gazzi de Sá</p> <p>Grupos de dança popular;</p> <p>Cursos, oficinas, apresentações, seminários, semanas de arte e cultura para as comunidades de diversos municípios do estado.</p>	Comunidade interna da UFPB, comunidades atendidas nas cidades do estado da Paraíba	COEX, núcleos, Departamentos de cursos, Centros, ONG's, instituições públicas e privadas.
Gerenciamento logístico	Dar suporte logístico para realização das atividades artístico-culturais e de cultura popular	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar e organizar equipamentos, material didático e outros recursos. - Disponibilizar transporte para pessoas e materiais. 		

Planejamento e promoção de eventos culturais	Promover e divulgar a cultura brasileira e as diversas manifestações artístico-culturais do povo brasileiro.	Exposições artísticas, peças teatrais, vídeos, seminários, oficinas diversas, apresentações dos grupos culturais dentro da UFPB, em diversos municípios no estado e em diversas regiões do país		
Implementação da política cultural para a instituição	<p>- Mapear a produção acadêmica da UFPB no campo da economia criativa identificando os equipamentos culturais, bem como, as ações de empreendedorismo cultural no âmbito da universidade, de seu entorno e dos seus parceiros.</p> <p>- Desenvolver, estimular e promover eventos e ações de integração da economia criativa e do empreendedorismo cultural.</p>	<p>Mostras; Circuitos de arte; Cursos; Oficinas; Feiras; Projetos e microprojetos; Convênios; Parcerias; Editais; Composição de grupos interdisciplinares de estudo e pesquisa.</p>		

Macroprocesso finalístico: Desenvolvimento da educação popular, saúde pública e prevenção para o envelhecimento saudável.

Objetivo: contribuir para o desenvolvimento da perspectiva teórico-metodológica da educação popular em práticas de extensão universitária, produzindo e disseminando saberes comprometidos com as classes populares e transformação social; disseminar informações acerca do processo de envelhecimento saudável e formar mão de obra para assessorar e cuidar de pessoas idosas.

Processo	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
Gerenciamento de ações e projetos comunitários	Contribuir com a formação cidadã dos estudantes; Promover ações de saúde e educação que impactam na melhoria da qualidade de vida das populações; Resgatar saberes popular;	Disseminação de informações e novas práticas; melhoria das condições de vida e saúde da população; troca de experiências e saberes.	professores, extensionsitas, estudantes, integrantes de movimentos sociais populares (MEL E CUNHÃ), ONG's e comunidades da grande João Pessoa, Conde, Rio Tinto, Colônia de pescadores da comunidade de Costinha em Lucena-PB, Sapé, comunidade Canto do lazer e Engenho Velho.	COEP e COPAC, NIETI, através de seus projetos e programas.
Gerenciamento de informação	Registrar dados, Mapear e caracterizar grupos e populações para subsidiar ações de políticas públicas e produção científica.	Dados estatísticos das populações atendidas; certificação; disseminação e registro de informações em Sistemas de gerenciamento e controle da UFPB.		
Gerenciamento logístico	Garantir a logística de transporte para a realização das atividades de extensão nas comunidades atendidas	Controle e organização de transporte e custeio de passagens para oficineiros e artistas destinados a apresentações nas comunidades		

Macroprocesso finalístico: Desenvolvimento da educação popular, saúde pública e prevenção para o envelhecimento saudável.

Objetivo: contribuir para o desenvolvimento da perspectiva teórico-metodológica da educação popular em práticas de extensão universitária, produzindo e disseminando saberes comprometidos com as classes populares e transformação social; disseminar informações acerca do processo de envelhecimento saudável e formar mão de obra para assessorar e cuidar de pessoas idosas.

Processo	Descrição	Produtos e serviços	Público alvo	Subunidade responsável
Gerenciamento de ações e projetos comunitários	Contribuir com a formação cidadã dos estudantes; Promover ações de saúde e educação que impactam na melhoria da qualidade de vida das populações; Resgatar saberes popular;	Disseminação de informações e novas práticas; melhoria das condições de vida e saúde da população; troca de experiências e saberes.	professores, extensionsitas, estudantes, integrantes de movimentos sociais populares (MEL E CUNHÃ), ONG's e comunidades da grande João Pessoa, Conde, Rio Tinto, Colônia de pescadores da comunidade de Costinha em Lucena-PB, Sapé, comunidade Canto do lazer e Engenho Velho.	COEP e COPAC, NIETI, através de seus projetos e programas.
Gerenciamento de informação	Registrar dados, Mapear e caracterizar grupos e populações para subsidiar ações de políticas públicas e produção científica.	Dados estatísticos das populações atendidas; certificação; disseminação e registro de informações em Sistemas de gerenciamento e controle da UFPB.		
Gerenciamento logístico	Garantir a logística de transporte para a realização das atividades de extensão nas comunidades atendidas	Controle e organização de transporte e custeio de passagens para oficineiros e artistas destinados a apresentações nas comunidades		

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

A Política de Gestão do Planejamento da UFPB perpassa, necessariamente, pela implantação e disseminação da cultura do planejamento em todas as suas instâncias, visando a uma melhor concentração de esforços e recursos, que, por sua vez, garantam o efetivo cumprimento dos objetivos e das metas institucionais. Tais esforços minimizam os condicionantes que limitam as ações e a eficácia do desenvolvimento institucional.

Outra questão-chave é a flexibilização e descentralização no tocante à capacidade que a estrutura organizacional possui de se transformar de modo a diminuir os trâmites burocráticos e a comunicação inter-setorial, tanto no âmbito da Administração Superior quanto nas demais unidades da Universidade, com o desafio de preservar sua organicidade.

O processo de planejamento envolve conflitos de ideias, mas seus resultados devem ser consensuais, para que se preserve o progresso associado à evolução da universidade. Esse processo deve ter como resultado:

- i. superação de obstáculos;
- ii. adaptação da instituição às novas estruturas e demandas da sociedade;
- iii. construção de novas formas de relacionamento institucional;
- iv. viabilização do desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Informação; e
- v. melhorias nos indicadores de desempenho.

Um elemento fundamental para o sucesso do planejamento e Desenvolvimento Institucional diz respeito à análise comparativa temporal, para verificar e acompanhar a evolução, de forma sistemática, dos indicadores de desempenho, bem como acompanhar o cumprimento dos objetivos e metas.

No âmbito do planejamento da UFPB, foram definidas as seguintes ações para o período 2014-2018, a serem desenvolvidas em conjunto com as demais Pró-Reitorias e Centros de ensino:

- i. incentivar a implantação de Assessorias de Planejamento nos Centros, integradas ao Planejamento Institucional;

- ii. incentivar a capacitação de servidores na área de planejamento institucional;
- iii. apoiar a implantação dos sistemas integrados de gestão;
- iv. construir e acompanhar os indicadores de desempenho acadêmico;
- v. elaborar instrumentos de monitoramento semestral das metas do PDI.

Por fim, vale ressaltar que a construção de indicadores para acompanhamento do cumprimento de metas visa induzir a Instituição a guiar seu Plano de Desenvolvimento a um padrão de desempenho com excelência acadêmica e administrativa, coerente com o modelo de universidade proposto pela sociedade, por meio de seus representantes legítimos.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Tomando como referência o período do PDI da UFPB, o quinquênio 2014-2018, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

1. consolidar o desempenho acadêmico, estrutural e administrativo alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
2. ampliar e consolidar as atividades de pesquisa e pós-graduação, particularmente no que se refere à internacionalização;
3. estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica;
4. promover a interação com o setor produtivo;
5. concluir a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), disseminando sua utilização em todas as instâncias institucionais;
6. consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB;
7. promover a participação da comunidade na alocação dos recursos, por meio da Universidade Participativa;
8. promover a reformulação do estatuto da UFPB, com vistas a abrigar a nova configuração da instituição.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento estratégico da UFPB está vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), atualmente está em vigência o PDI (2014-2018) que pode ser acessado através do link:

http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/PDI%20UFPB%202014-2018_Final3%20-27.05.pdf

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A seguir será feita uma descrição sintética das ações realizadas, destacando os fatores que contribuíram e dificultaram a consolidação dos objetivos estratégicos, no ano de 2015.

➤ Ensino, Pesquisa e Extensão

No quadro abaixo tem-se o valor alcançado em 2015, em relação à meta proposta no PDI 2014-2018, do número de vagas ofertadas para ingresso de alunos nos cursos de graduação da UFPB, o número de alunos diplomados e o número de bolsas de apoio.

Quadro 2- Graduação – Metas PDI 2014-2018

Graduação	2013	Meta 2018	Valor alcançado em 2015
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	7.555	8.311	7.700
Número de alunos diplomados	2.862	3.578	1.470 ⁷
Número de Bolsas de Apoio (Estágio, PROLICEN, PIBID, Monitoria, PROMEB, PET)	2.289	2.747	2.034

Fonte: PRG/UFPB

⁷ O quantitativo informado refere-se aos alunos diplomados no período 2014.2. Devido à greve ocorrida no ano de 2015, só houve no ano a entrada dos alunos do período 2015.1, porém a devida diplomação destes (colação de grau) ainda ocorria no início de 2016, não tendo até o lançamento no SIMEC, dos indicadores TCU, o quantitativo fechado de alunos diplomados do período 2015.1.

Em relação à graduação, a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) realizou, em 2014/2015, as suas ações com base no planejamento definido no Plano Institucional da UFPB-PDI. As ações foram executadas em articulação com as metas e ações propostas em trabalho articulado com as demais Pró-reitorias, Centros, Coordenações de Cursos e Departamentos, que objetivam a formação profissional dos estudantes da graduação da Instituição com a garantia de um ensino de graduação articulado à pesquisa e a extensão. Nessa perspectiva, a Pró-Reitoria de Graduação realizou as suas ações com prioridade absoluta para dotar os estudantes da UFPB de instrumentos tecnológicos e procedimentos pedagógicos como base de uma gestão democrática. Destacam-se as ações de planejamento e avaliação permanentes realizadas durante todo o processo de implantação do SIGAA, com demandas que exigiram a realização de reuniões de trabalho com os Assessores de Graduação dos Centros, Chefes de Departamentos, Coordenadores de Cursos e STI, todos considerados imprescindíveis para a objetivação do que foi planejado no PDI.

Informamos que a UFPB esteve em greve dos docentes e servidores técnico administrativos por um período de 132 dias e, portanto, o seu período letivo de 2015.1 foi alterado. No novo calendário acadêmico, aprovado no dia 14/10/2015, pelo conselho superior de ensino, pesquisa e extensão (CONSEPE), órgão deliberativo superior da universidade em matéria de natureza acadêmico, o período 2015.1 reiniciou no dia 13/10/2015 com término das atividades acadêmicas no dia 16/12/2015. No mesmo calendário ficou definido o período de colação de grau para: 18/01/2016 a 30/01/2016. Nessa conjuntura, os dados dos alunos concluintes encontram-se em validação no SIGAA - Sistema de Gestão Acadêmica e Administrativa e só serão validados após conferência final de todas as atas das colações de grau. Por fim, o ano letivo da UFPB não corresponde ao ano civil.

Em relação à Pós-graduação, no quadro abaixo têm-se os valores alcançados em 2015, em relação à meta proposta para 2018.

Quadro 3 - Pós-graduação - Metas PDI (2014 -2018)

Pós-Graduação e Pesquisa	2013	2018	Valor alcançado em 2015
Número de cursos de Mestrado	56	67	69
Número de cursos de Doutorado	32	38	38

Número dos cursos de mestrado e doutorado avaliados pela CAPES com conceitos acima de 4	54	59	56
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	4.064	4.877	4.978
Número de alunos titulados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	910	1.092	1.084
Número de Bolsas de Pesquisa (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, PIBIC-AF, Jovens Talentos)	1.230	1.476	1.238

Fonte: PRPG/UFPB

É de se ressaltar que diretriz principal para a pesquisa e pós-graduação estabelecida pelo PDI para o período 2014-2018 foi “Melhoria dos indicadores da eficiência e eficácia da pesquisa e pós-graduação e a internacionalização das suas atividades”. Nesse sentido, as ações realizadas em 2015 estão em completa ressonância com esta diretriz, conforme quadro acima. Assim, alguns indicadores já alcançaram a meta estabelecida, são eles: (i) número de cursos de Doutorado; (ii) número de cursos de Mestrado; (iii) número de Bolsas de Pesquisa (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, PIBIC-AF, Jovens Talentos) e os demais estão com índice de alcance maior do que 95%, exceto o indicador “Número de Bolsas de Pesquisa (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM, PIBIC-AF, Jovens Talentos)” que no momento se encontra no patamar de 84% da meta.

A principal dificuldade observada diz respeito aos cortes orçamentários estabelecidos pelo Governo Federal que podem implicar na descontinuidade de ações da pós-graduação.

A despeito do forte contingenciamento de recursos, sofrido em 2015, a administração central periodizou a continuidade do fomento das ações transversais voltadas para o fomento da pesquisa e da pós-graduação, o que amenizou o impacto de tais cortes nas atividades relacionadas aos programas. Uma ação que mereceu destaque, em 2015, foi a suplementação do PROAP, com recursos próprios, onde a administração concedeu um valor de PROAP igual ao valor descentralizado pela CAPES para complementar as necessidades de cada programa de pós-graduação regular no SNPG. Assim, em 2015, nenhum programa recebeu um valor de PROAP menor que 50% do valor que normalmente seria descentralizado pela CAPES, permitindo que os cursos

pudessem minimamente executar as atividades previstas para o ano. Com isso, não houve redução ou mesmo interrupção de crescimento de nenhum dos indicadores de eficiência e eficácia da pós-graduação e da pesquisa na UFPB.

Em relação à extensão, nos quadros abaixo destacam-se as informações referentes ao PROBEX, FLUEX e ao programa de extensão “UFPB no seu município”.

Quadro 4 - Extensão - PROBEX - PDI (2014-2018)

Evolução do PROBEX	2013	Meta 2018	Alcançado em 2015
Número de Projetos	340	500	461
Número de Estudantes Bolsistas	433	600	765
Valor da Bolsa (R\$)	400,00	500,00	400,00
Colaboradores Extensionistas	4.066	6.000	5.700

Fonte: PDI UFPB 2014-2018

Quadro 5 - Extensão - FLUEX - PDI (2014-2018)

	2013	Meta 2018	Alcançado em 2015
Nº Eventos apoiados	205	275	130

Fonte: PDI UFPB 2014-2018

Quadro 6 - Extensão - Programa "UFPB no seu Município" - PDI (2014-2018)

	2013	Meta 2018	Alcançado em 2015
Nº de municípios com convênios e parcerias	09	61	12

Fonte: PDI UFPB 2014-2018

Vale destacar os fatores que contribuíram e dificultaram a execução das ações da extensão, em 2015:

❖ Fatores que contribuíram:

- maior número de propostas, projetos, programas, cursos e eventos de extensão realizados e, conseqüentemente, maior participação dos segmentos da comunidade universitária, empresas, instituições públicas e da sociedade civil;
- apoio financeiro, logístico e administrativo por parte da gestão da UFPB;
- melhoria nas condições de trabalho com aquisição de novos equipamentos e mobiliários;
- empenho da equipe de servidores técnico-administrativos da Pró-reitoria;
- realização de grandes eventos acadêmicos em níveis local, regional e nacional a exemplo do Encontro de Extensão – ENEX, Fórum Regional

de Pró-reitores de Extensão, Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão – FORPROEX, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT/MCTi;

- Maior captação de recursos em Editais Nacionais de seleção de programas e projetos de extensão universitária, permanecendo pelo terceiro ano consecutivo como líderes no ranking nacional do PROEXT/SESu/MEC, como também aprovação de projetos com recursos na ordem de R\$ 1.025.000,00 na seleção do Edital nacional “ Mais Cultura nas Universidades”.

❖ Fatores que dificultaram:

- cortes orçamentários;
- redução do prazo para execução orçamentária, encerado em outubro/15;
- longo período de greve dos servidores docentes e técnico-administrativos, perfazendo mais de 100 dias;
- morosidade nos processos de licitações e compras;
- gestão da frota de veículos da instituição;
- insuficiência de veículos para as atividades de extensão;
- aposentadoria de servidores de vários setores da Pró-reitoria de Extensão;
- falta de desenvolvimento do sistema de informação para gerenciamento dos programas e projetos de extensão.

A greve dos servidores docentes e técnico-administrativos, sem julgamento de mérito, apenas do aspecto administrativo para o funcionamento da instituição, significou um prejuízo, tendo em vista a suspensão e morosidade nos processos de trabalhos dos diversos setores. Sobretudo, implicando no número de eventos de extensão com registro no Programa de Fluxo Contínuo – FLUEX/2015 (cursos, oficinas, seminários, jornadas, palestras, encontros, congressos, Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, entre outros), bem como na interlocução com os municípios paraibanos, comprometendo a quantidade de convênios de cooperação técnico-científica celebrados entre estes e a UFPB. Apesar da tramitação de diversos processos com esta finalidade, as ações de extensão aconteceram normalmente, enquanto os processos estão tramitando nos setores competentes, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas no PDI vigente.

Entretanto, nos demais programas de extensão PROBEX E PROEXT, cujo período de submissão e aprovação dos mesmos, ocorreram no início do ano de 2015, antes do período de greve, constatamos maior número de projetos e programas inscritos, com acréscimo significativo no número de alunos bolsistas, custeados com recursos próprios e do Edital Nacional do PROEXT/SeSu/MEC. Neste último, a UFPB continua liderando o ranking nacional como a instituição que mais aprova, com recursos, programas e projetos de extensão.

Os atuais programas e projetos de extensão em funcionamento, a exemplo do Programa Institucional desta Pró-Reitoria; “UFPB no seu Município”, aumentou significativamente os eventos artístico-culturais realizados conjuntamente com os municípios conveniados perfazendo um total de 709 ações de extensão, contribuindo para maior participação docente, discente e da sociedade em geral naqueles eventos de extensão, favorecendo assim, o alcance das metas 2014-2018.

Quanto à internacionalização da extensão universitária, foram celebrados convênios de cooperação Técnico-científico com três instituições internacionais.

❖ Acervo da Biblioteca Central

O quadro abaixo representa a meta prevista para 2015 em relação ao acervo da biblioteca Central, bem como o quantitativo alcançado no período que compreende janeiro de 2014 a junho de 2015.

Quadro 7 - Acervo – Biblioteca- Meta PDI

ACERVO POR CENTRO DE ENSINO						
CENTROS	METAS 2015			ALCANÇADO ATÉ 2015		
	Títulos	Exemplares	Total	Títulos	Exemplares	Total
CBIOTEC	55	5	275	45	4,42	199
CCA	193	5	965	107	4,5	478
CCAE	181	5	905	154	9,83	1.514
CCHSA	138	5	690	8	9,9	79
CCJ	165	5	825	205	3,52	722
CCS	303	5	1.515	192	4,11	790
CCTA	113	5	565	115	3,35	386
CCHL	550	5	2.750	176	4	643
CCEN	165	5	825	146	4,21	614
CCM	165	5	825	195	1,82	355
CCSA	249	5	1.245	157	10,09	1.585
CE	138	5	690	168	2,31	389

CEAR	110	5	550	126	5,21	657
CI	75	5	375	70	2,05	144
CT	303	5	1515	281	5,15	1.449
CTDR	193	5	965	190	3,93	747
TOTAL	3093	5	15.480	2.290	4,61	10.751

Fonte: Biblioteca Central/UFPB

O exercício de 2015, em função do contexto econômico /financeiro não ofereceu possibilidade de direcionamento orçamentário para novas aquisições bibliográficas impressas, a chegada efetiva da demanda bibliográfica informada, deve-se ao saldo de restos a pagar dos exercícios de 2013 e 2014;

A média por exemplar constante no PDI foi aplicada em função das compras realizadas em exercícios anteriores, a média real informada no quadro abaixo, reflete a aquisição real consequente dos pregões eletrônicos na modalidade maior desconto, que proporcionou uma redução significativa no valor nominal.

Quadro 8 - Biblioteca - custo por exemplar adquirido - Meta PDI

ANO	TITULO	EXEMPLARES	MÉDIA P/EXEMPLAR (R\$)	TOTAL (R\$)
META 2015	3.093	15.465	R\$ 80,00	R\$ 1.237.200,00
VALOR ALCANÇADO EM 2015	2.290	10.751	R\$ 56,10	R\$ 603.081,97

Fonte: Biblioteca Central/UFPB

Vale destacar que o ano de 2015 caracterizou-se pelas incertezas decorrentes da conjuntura econômica negativa que se instalou no país, mesmo assim, os esforços da atual gestão na condução das demandas do Sistema de Bibliotecas, resultaram na garantia de renovação das bases de dados por assinatura, possibilitando inclusive a aquisição de forma perpétua de 482 títulos de livros eletrônicos multiusuários, ou seja, garantindo o acesso simultâneo on-line dos alunos, servidores e professores que possuam vínculo com a instituição. Um descaixe da ordem de mais de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais).

O principal registro dentro desta conjuntura, é que apesar das condições adversas e de incertezas, onde não houve direcionamento de recursos para compra física de livros, não se deixou de investir na aquisição de material bibliográfico, priorizando-se estrategicamente os produtos informacionais disponibilizados em plataformas on-line.

➤ Assistência Estudantil:

a) número de alunos atendidos no restaurante universitário/dia: 6.630 dia com meta de 20%. Atualmente os atendimentos no sistema tiveram picos de até 8.061 refeições/dia (café, almoço, jantar e lanche noturno), este último apenas para residentes universitários;

b) número de alunos atendidos – Residências Universitárias: 1.125 meta de 10%. Após o processo de atualização cadastral informamos o número de 1.079 alunos na condição de residentes universitários. Com os cortes em capital, não há planejamento neste momento para a criação de novas residências universitárias, apenas o preenchimento das vagas não ocupadas;

c) número de alunos assistidos com auxílio-moradia/mês: 726 +30%. Esta meta já foi superada no período 2015.2, neste exercício orçamentário;

d) Número de alunos assistidos com auxílio-alimentação/mês 1.186 +20%. Atualmente gerencia-se 1.560 alunos assistidos com o auxílio-alimentação, superando a meta estabelecida;

e) Número de alunos com deficiência assistidos – Programa Bolsa Apoiador/mês 324 +40%. Atualmente são assistidos 411 alunos através do Comitê de Inclusão e Acessibilidade. Acreditamos que já neste exercício esta meta será superada.

I) Restaurantes Universitários

Número de estudantes atendidos: **96.732 refeições**

Restaurantes Universitários **EM PLENO FUNCIONAMENTO: 04**

Restaurantes Universitários **EM FINALIZAÇÃO: 01**

Quadro 9 - Restaurantes Universitários em funcionamento - por campi

Campus	Cidade	Quantidade de restaurantes universitários em pleno
Campus I	João Pessoa	01
Campus II	Areia	01
Campus III	Bananeiras	01
Campus IV	Rio Tinto	01
Total		04

Restaurantes Universitários **EM FINALIZAÇÃO: 01**

Quadro 10 - Restaurantes Universitários em fase de finalização - por campi

Campus:	Cidade:	Quantidade de restaurantes universitários em fase de finalização:
Campus IV	Mamanguape	01
Total:		01

II) Residências Universitárias

Quantidade de estudantes assistidos em 2015: **1.079 residentes**

Residências Universitárias **EM PLENO FUNCIONAMENTO: 04**

Residências Universitárias **EM PROCESSO DE RESTRUTURAÇÃO: 02**

Quadro 11 - Residência Universitária em funcionamento - por campi

Campus:	Cidade:	Quantidade de residências universitárias em pleno funcionamento:
Campus I	João Pessoa	02
Campus II	Areia	01
Campus III	Bananeiras	01
Total:		04

Quadro 12 - Residência Universitária em reestruturação - por campi

Campus:	Cidade:	Quantidade de residências universitárias em processo de restauração:
Campus IV	Mamanguape	01
Campus IV	Rio Tinto	01
Total		02

Valores alcançados em 2015, referente à meta 2018.

Quadro 13 - Assistência Estudantil - PDI (2014-2018)

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	2013	2018	VALOR ALCANÇADO EM 2015
Número de alunos atendidos/dia – Restaurantes Universitários	6.630	7.956	8.061
Número de alunos atendidos – Residências Universitárias	1.125	1.238	1.079
Número de alunos assistidos com auxílio-moradia/mês	726	944	1.201
Número de alunos assistidos com auxílio-alimentação/mês	1.186	1.423	1.582
Número de alunos com deficiência assistidos – Programa Bolsa Apoiador/mês	324	454	411

Fonte: PRAPE/UFPB

❖ **Acessibilidade:**

No que diz respeito ao à acessibilidade, foi definida a política de inclusão da UFPB, tendo 12 diretrizes norteadoras. O quadro abaixo destaca as ações realizadas para cada uma dessas 12 diretrizes propostas:

Quadro 14 - Acessibilidade - PDI (2014-2018)

Diretrizes gerais no PDI 2014-2018	Ações desenvolvidas
<p>1 - Acompanhar e avaliar o ingresso, o acesso, a permanência, o processo de aprendizado e a terminalidade de estudantes com deficiência objetivando garantir as condições adequadas para o melhor desenvolvimento acadêmico e profissional;</p>	<p>Acompanhamento individual (personalizado) de todos os estudantes com deficiência (nos cursos de graduação e pós-graduação), visando prover às necessidades pedagógicas, de comunicação, de acessibilidade e do uso de recursos de tecnologias assistivas. Todos os estudantes passam por avaliações no CIA e, quando necessário, no Laboratório de Tecnologia Assistiva (TA), sendo que neste último são prescritos equipamentos de TA que favorecem o desempenho e a autonomia dos estudantes. A partir da indicação dos equipamentos adequados, o CIA, através do recurso do INCLUIR, adquire estes equipamentos e os estudantes voltam ao Laboratório de TA para aprender a utilizá-los. Também são realizados encaminhamentos para atendimentos na clínica escola de Psicopedagogia, de Terapia Ocupacional e de Fonoaudiologia. O Programa de Apoio ao Estudante com deficiência, através do Projeto Estudante Apoiador, garante uma assistência cotidiana e individual para todos os estudantes.</p>
<p>2 - Estimular e fortalecer a articulação entre os serviços e setores de diferentes áreas de formação e atuação da UFPB e as parcerias interinstitucionais para fortalecer as práticas inclusivas intra e extra universidade.</p>	<p>Tem-se atuado em parceria com a PRAPE, PRG, PRAC, PRPG, PRA, bem como parcerias com departamentos e coordenações que possuem ou não estudantes com deficiência, além dos laboratórios que prestam assistência direta às pessoas com deficiência acompanhadas pelo CIA. Extra institucionalmente, a principal parceria tem sido o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Paraíba, o qual tem acolhido as demandas da UFPB e buscado agir no Estado da Paraíba a fim de propor ações que garantam de fato a inclusão. Também fazemos parte da rede de núcleos de acessibilidade do Governo Federal, onde todos os coordenadores de núcleos trocam experiências acerca dos processos que vivenciam. Essa troca de experiência também tem ocorrido juntamente com o IFPB (Campus João Pessoa), o que tem proporcionado ações conjuntas, a exemplo do Seminário de Práticas Inclusivas, promovido por essas duas instituições.</p>
<p>3- Desenvolver e executar ações para eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação visando garantir o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, fortalecendo as ações dos grupos de trabalho que compõem o CIA.</p>	<p>Os Grupos de Trabalho que compõem o CIA (GT de Acessibilidade Arquitetônica, GT de Acessibilidade Atitudinal, GT de Acessibilidade Pedagógica e GT de Acessibilidade Comunicacional) tem atuado no levantamento das demandas em todos os campi da UFPB e também na proposta de soluções para eliminar as barreiras. Os relatórios da atuação desses grupos encontram-se publicados na página do CIA (www.ufpb.br/cia).</p>
<p>4 - Estimular e acompanhar a construção do Centro de Inclusão, cujo projeto arquitetônico está concluído. Este centro o qual abrigará todos os serviços que atendem às pessoas com deficiências na UFPB;</p>	<p>O projeto arquitetônico do Centro de Inclusão foi desenvolvido por uma parceria entre o Lacesse (Laboratório de Acessibilidade do Departamento de Arquitetura) e a Prefeitura Universitária (Divisão de Projetos). Este projeto está aguardando o financiamento para ser executado.</p>
<p>5 - Implementar e expandir a oferta de cursos para qualificação de recursos humanos visando a atender às demandas acadêmicas das pessoas com necessidades especiais;</p>	<p>O Comitê oferece semestralmente um curso de capacitação para os estudantes que se propõe a acompanhar os estudantes com deficiência. Além disso, mantém-se uma parceria com a PROGEP e são ofertados cursos de capacitação em LIBRAS (anualmente) para servidores técnico-administrativos e docentes. Além disso, realiza-se Seminários e outros eventos para difundir uma cultura de inclusão na UFPB.</p>
<p>6 - Fazer o levantamento das demandas arquitetônicas de cada Campi e investir em ações para eliminar as barreiras dessa natureza, priorizando a construção de trajetos de rotas acessíveis e de estações urbanas;</p>	<p>Através da atuação do GT de Acessibilidade Arquitetônica, realizou-se o levantamento primário no campus de Areia e Bananeiras acerca das demandas e barreiras arquitetônicas. A próxima etapa é a construção dos projetos de rotas externas para esses campi.</p>

<p>7 - Estimular a criação de grupos de pesquisa e a articulação entre os existentes, para desenvolver estudos e tecnologias com abordagem interdisciplinar voltada para as demandas e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;</p>	<p>O Comitê tem se envolvido em Projetos que envolvem diferentes departamentos (comunicação, arquitetura, ciência da informação, terapia ocupacional, educação, educação física etc) e tem estimulado que as tecnologias produzidas através das pesquisas (com diferentes fontes de financiamento) sejam utilizadas no público atendido pelo próprio CIA. Também temos participado de muitas pesquisas de outras instituições que tem feito parcerias com programas de pós graduação da UFPB a fim de investigar e apresentar problemas nos temas relacionados à inclusão e acessibilidade.</p>
<p>8- Criar vagas para concurso público para intérpretes de Libras, técnicos educacionais especializados em braile, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, pedagogo, psicopedagogo e arquiteto para compor o seu quadro permanente do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, cumprindo, assim, o disposto na resolução de criação do mesmo e ofertando, desse modo, o suporte necessário ao atendimento das demandas específicas do público em questão;</p>	<p>No concurso para servidor técnico-administrativo da UFPB, que será realizado no ano de 2016, estão previstas duas vagas para intérprete de libras e duas vagas para técnicos educacionais, especializados em braile, para compor o quadro permanente de servidores da UFPB.</p>
<p>9 - Implantar e acompanhar as ações referentes à criação das subsedes do Comitê de Inclusão e Acessibilidade nos câmpus de Areia, Bananeiras, Litoral Norte e CTDR, de modo que as necessidades da comunidade acadêmica de cada um desses locais possam ser atendidas em seus próprios câmpus;</p>	<p>As subsedes do CIA, no CTDR, em Areia, Bananeiras, Rio Tinto e Mamanguape, já tem um coordenador e estagiários e tem recebido material de consumo e permanente para realizar sua atuação. Nossa meta, que ainda não foi atingida, é conseguir um espaço físico próprio em cada um desses lugares. Nesse sentido este ano serão realizadas reuniões com os Diretores de Centro no intuito de atingir esse objetivo.</p>
<p>10 - Investir em campanhas para sensibilização da comunidade acadêmica acerca da eliminação das barreiras atitudinais, com enfoque, na conscientização do direito de ir e vir de todos;</p>	<p>Tanto em 2014, quanto em 2015, foram realizadas campanhas de sensibilização da comunidade acadêmica para a eliminação das diferentes barreiras que impedem/dificultam a vida das pessoas com deficiência na UFPB. Em 2014, foi realizada uma palestra, um curso de extensão e adesivagem dos carros com as seguintes mensagens “Acessibilidade: Remova barreiras, abra sua mente”. Em 2015, foram enviados memorandos a todos os setores, coordenações e departamentos do campus I e CTDR, em uma campanha onde foram feitas ações com estagiários do CIA e estudantes com deficiência a fim de sensibilizar a comunidade acadêmica acerca do papel do CIA e dos direitos das pessoas com deficiência.</p>
<p>11 - Investir na publicação de materiais destinados aos docentes que atuam com os estudantes que apresentam deficiências com a finalidade de promover orientações e capacitação para a atuação com o referido público e;</p>	<p>A página do CIA tem sido o meio escolhido para publicar as orientações e os materiais produzidos pelos grupos de trabalho a fim de multiplicar os conhecimentos adquiridos e favorecer a divulgação científica dos mesmos. Também temos enviado artigos para sempre publicados em revistas de diferentes áreas bem como incentivado a publicação de trabalhos de conclusão de cursos (tcc), dissertações e teses acerca do trabalho que vem sendo desenvolvido.</p>
<p>12 - Manter e fortalecer a parceria com a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante buscando continuar os investimentos no Programa de Estudante Apoiador, iniciativa que vem ofertando um apoio pedagógico e de locomoção entre os estudantes com e sem deficiência.</p>	<p>A parceria com a PRAPE se mantém, sendo a mesma a fonte de financiamento, através de recurso do PNAES, do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência.</p>

❖ Sistema Integrado de Gestão (SIG-UFPB):

A respeito da implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), tem-se, no quadro abaixo, a descrição dos módulos que foram implantados em 2015.

Quadro 15 - Sistemas Integrado de Gestão - PDI (2014-2018)

SIGPRH <i>(Sistema Integrado de Gestão, Planejamento e Recursos Humanos)</i>			
<i>Características</i>	<i>Módulos implantados (2013)</i>	<i>Módulos a serem implantados</i>	<i>Módulos Implantados em 2015</i>
Informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação e alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno.	Férias; Capacitação; Avaliação de desempenho; Solicitações e auxílios eletrônicos; Cadastro.	Plano de saúde; aposentadoria; mapa de tempo de serviço; agenda; dimensionamento; administração de pessoal; dependentes; banco de talentos; formulário de levantamento de necessidade de capacitação (LNC), documentos.	Mapa de tempo de serviço, está vinculado ao módulo de Aposentadoria. Banco de Talentos, está vinculado ao módulo de capacitação. O formulário LNC é usado no módulo de avaliação de desempenho. Obs: mais detalhes ao final deste documento.
SIPAC <i>(Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos)</i>			
<i>Características</i>	<i>Módulos implantados (2013)</i>	<i>Módulos a serem implantados</i>	<i>Módulos Implantados em 2015</i>
Controle, o fluxo de processos e documentos eletrônicos; Portais de informações para os Pró-Reitores.	Protocolo	Contratos, Hospedagem, Patrimônio, Catálogo de Materiais Compras, Orçamento, Requisições, Licitação, Almoxarifado.	Segurança do Trabalho, Patrimônio Móvel, Auditoria e Controle Interno, Transporte, Liquidação de Despesas, Compra de Material Informacional, Infraestrutura. Os módulos Contratos, Hospedagem, Patrimônio, Catálogo de Materiais,

			Requisições, Almojarifado, Boletim de Serviços, também estão em uso. Obs: mais detalhes ao final deste documento.
SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)			
<i>Características</i>	<i>Módulos implantados (2013)</i>	<i>Módulos a serem implantados</i>	<i>Módulos Implantados em 2015</i>
<p>Informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (<i>stricto e lato sensu</i>), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado.</p>	<p>Pós-Graduação (<i>stricto sensu</i>), Comunidades virtuais</p>	<p>Graduação Pós-Graduação (<i>lato sensu</i>), iniciação científica e programas acadêmicos</p>	<p>Graduação, Diploma para Graduação, Monitoria Obs: mais detalhes ao final deste documento.</p>

Fonte: STI/UFPB

Detalhamento adicional referente a cada sistema/módulo:

I) Alguns módulos do SIGRH não apresentados na relação do quadro anterior, mas que já foram disponibilizados para a PROGEP. Destaque sobre o uso em parênteses:

- Administração de Pessoal (Em uso)
- Agenda (Em uso)
- Aposentadoria (Em uso)
- Assistência ao Servidor (Não está em uso)
- Atendimento ao Servidor (Em uso)
- Banco de Vagas (Não está em uso)
- Colegiados (Não está em uso) – Módulo está no SIGRH, mas deveria ser usado pela SODS

- Comissões (Não está em uso) – Módulo está no SIGRH, mas deveria ser usado pela CPPRAD
- Consultas Funcionais (Em uso)
- Dimensionamento (Não está em uso)
- Escritório de Ideias (Não está em uso)
- Financeiro (Não está em uso)
- Frequência (Não está em uso)
- Plano de Saúde (Não está em uso)
- Serviços (Em uso)

II) Alguns módulos do SIGAA não apresentados na relação do quadro anterior mas que já estão em uso:

- Assistência Estudantil
- Avaliação Institucional (Docente pelo Discente)
- Bibliotecas
- Técnico
- Lato Sensu
- Vestibular (SiSU e processos seletivos externos)
- Plano Individual Docente

III) Análise das ações realizadas em 2015, com base no que foi proposto no PDI-2014-2018, destacando os fatores que contribuíram e dificultaram as ações:

a) Fatores que dificultaram (sem qualquer ordem de precedência):

- Greve
- Reforma do prédio da STI
- Não comprometimento de alguns clientes do SIPAC
- Não comprometimento de alguns usuários do SIGRH
- Dificuldade em implantar cultura de uso de algumas funcionalidades do SIGRH em concorrência com sistemas legados do SRH.
- Término do licenciamento do SIGAA com a UFRN.
- Demora na criação de nova resolução para a Graduação.

- Atualização de infraestrutura tecnológica dos sistemas SIPAC e SIGRH pela UFRN.

b) Fatores que contribuíram:

- Comprometimento da PRG na implantação do módulo de Graduação.
- Conclusão da reforma do prédio.
- Participação de alguns agentes comprometidos
- Fatores internos relacionados à motivação e cooperação inter e intra equipes da STI.

➤ Reformulação do Estatuto da UFPB

No que diz respeito à reformulação do Estatuto da UFPB, no início de 2013, a Reitora Margareth Diniz, que tomou posse no final de 2012, nomeou uma Comissão de Estudos, sob a presidência da Professora Ana Montoia, do Departamento de Ciências Sociais (DCS), para definir um modelo de Estatuto a partir do debate com os representantes de professores, servidores técnicos administrativos e estudantes. Em maio de 2014, a Comissão apresentou um Relatório ao Conselho Universitário, mas não foi conclusiva quanto à metodologia a ser adotada. A Comissão de Estudos defendeu que:

“não seria nunca demais insistir que o debate a respeito da universidade que queremos deve ser estritamente obediente ao princípio da escuta atenta de todos que participamos e nos comprometemos com as universidades públicas brasileiras (Novo Estatuto da UFPB - Proposta de Metodologia, 2015, p. 3).

Em junho de 2014, foi nomeada uma Comissão Executiva, sob a presidência do Professor Gustavo Tavares, do Departamento de História (DH), para elaborar uma proposta de metodologia de trabalho. A Comissão se pautou pelo princípio da autonomia dos Centros, pela descentralização, e pela participação efetiva e inclusiva da comunidade universitária. Para ampliar o processo foi criado um link com a comunidade universitária através do site da UFPB (www.ufpb.br/estatuto).

A estratégia sugerida pela Comissão Executiva tem uma perspectiva inclusiva e respeita o empoderamento dos atores que compõem a instituição. O objetivo é incluir o maior número de pessoas no processo e tratar todos (professores, técnicos

administrativos e estudantes) como iguais, como representantes da instituição. O modelo proposto é descentralizado, participativo e respeita a autonomia e a identidade dos Centros e setores. Algumas inquietações e questionamentos surgiram e isso é perfeitamente normal num ambiente acadêmico democrático. Afinal, toda mudança provoca reações. Além da metodologia, a Comissão Executiva propôs um texto inicial para servir de ponto de partida para as discussões sobre o Novo Estatuto. A proposta prevê uma reengenharia institucional inovadora. A estrutura atual é composta pela Administração Superior (Conselhos Superiores, Reitoria e Pró-Reitorias), Administração Intermediária (Centros) e Básica (Departamentos e Coordenações). A proposta prevê a criação de Unidades de Ensino nos Centros integrando os departamentos e coordenações.

Toda a comunidade universitária é conclamada a participar do processo que é uma construção coletiva. Até o presente momento, o Centro de Educação (CE) e o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) realizaram assembleias e reuniões para discutir o novo Estatuto. O CE elegeu vários delegados e criou comissões temáticas para elaborar uma proposta de novo Estatuto e o resultado do trabalho foi apresentado no Conselho Universitário (CONSUNI).

O CCHSA criou comissões e realizou eventos com a participação de professores de outras instituições, que passaram por processos Estatuintes. Um documento com questionamentos e propostas foi elaborado por uma comissão. A Comissão Executiva também recebeu propostas de outros setores como a Superintendência de Informática (STI), Escola Técnica de Saúde (ETS) e Ensino à Distância (EAD). Além disso, alguns núcleos e comissões de servidores e professores encaminharam propostas. Os sindicatos de servidores (SINTESP) e professores (ADUFPB), assim como o Diretório dos Estudantes (DCE), questionaram de forma legítima a metodologia proposta pela Comissão Executiva. Os três segmentos propuseram adotar a metodologia que foi aprovada pelo CONSUNI em 2005, mas que não foi colocada em prática, pela qual seriam realizadas eleições de delegados nos Centros para formar uma Assembleia Estatuinte Exclusiva.

Apesar de não haver conflito entre as metodologias propostas, criou-se um impasse e, diante disso, a Magnífica Reitora Margareth Diniz se comprometeu a convocar uma Assembleia Extraordinária do CONSUNI para debater o assunto e definir a metodologia a ser adotada com o respaldo dos Diretores de Centro, que são os

membros do Conselho Universitário. No entanto, com a deflagração da greve as atividades foram suspensas no mês de maio.

Para superar o impasse, a Comissão Executiva trabalhou numa proposta a ser apreciada pelo CONSUNI com uma metodologia que contempla a demanda dos três segmentos e a autonomia dos Centros. A proposta apresentada pela Comissão Executiva parte do modelo de 2005 e da metodologia adotada na Universidade Federal de Pernambuco (com algumas modificações) que concluiu o Novo Estatuto em maio deste ano.

A Comissão Executiva propõe então a criação da Comissão Geral Estatuinte para encaminhar o processo de adequação do Estatuto da UFPB à realidade administrativa, econômica e social da atualidade. Os Estatutos que serviram de base para o documento elaborado pela Comissão Executiva são os seguintes: UFPB (atual), UFRN (2002), UFCG (2005), UFAL (2006), UNB (2008), UFBA (2010) e UFPE (2015).

A proposta da Comissão Executiva sugere que o CONSUNI defina a metodologia e o calendário de atividades com cronograma, realização de eventos e produção de material. A proposta prevê também a criação da Comissão Geral Estatuinte que tem a missão de sistematizar o documento inicial de um novo Estatuto e organizar o processo Estatuinte com a realização de Assembleias Estatuintes, criação de Comissões Setoriais, eleição de Delegados Estatuintes e convocação do Congresso Estatuinte. As atividades são descentralizadas nos Centros e setores administrativos. Cabe à Comissão Geral consolidar o texto final a ser submetido ao Conselho Universitário com a participação de representantes dos professores, técnicos administrativos e estudantes. Para que a comunidade universitária participe efetivamente, é fundamental que os Diretores de Centros organizem o processo.

A Metodologia:

Capítulo 1: Dos objetivos

Art. 1. O processo Estatuinte consiste em procedimento consultivo e deliberativo que tem por objetivo geral elaborar uma proposta de Estatuto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de forma democrática com a participação de todos os segmentos, a ser apresentada ao Conselho Universitário (CONSUNI).

Art. 2. São objetivos específicos do processo Estatuinte:

- a) a definição dos princípios e das finalidades da UFPB.
- b) o detalhamento da estrutura, da administração, do funcionamento e das atividades da UFPB, considerando os direitos e obrigações dos seus membros, em consonância com sua natureza jurídica.

Capítulo 2: Da organização

Art. 3. O processo Estatuinte da UFPB será organizado através das seguintes instâncias:

- a) Comissão Geral Estatuinte.
- b) Assembleias Estatuintes Setoriais.
- c) Comissões Setoriais Estatuintes.
- d) Congresso Estatuinte.

Capítulo 3: Dos processos de mobilização e divulgação

Art. 4. O processo de mobilização tem cunho motivacional, participativo e formativo, no que concerne aos âmbitos interno e externo à UFPB, fica ao encargo das Comissões Setoriais com as seguintes estratégias:

- a) Tratar dos aspectos gerais do processo Estatuinte, da organização e concepções da Universidade, promovendo a mobilização das comunidades interna e externa.
- b) Realizar palestras e debates sobre temas que considerar necessário.
- c) Realizar Audiências Públicas nos Centros da UFPB, em locais de ampla participação representação da sociedade civil e instituições.

Capítulo 4: Da Comissão Geral Estatuinte

Art. 5. A Comissão Geral tem as seguintes competências:

- a) Deflagrar o processo Estatuinte.
- b) Elaborar o Regimento do Congresso Estatuinte a ser apreciado na sua realização.
- c) Definir as regras do processo eleitoral dos Delegados do Congresso Estatuinte.
- d) Convocar os segmentos internos (docentes, técnico-administrativos e discentes) para constituírem as Comissões Setoriais nos Centros.
- e) Convocar o Congresso Estatuinte.
- f) Assessorar o Congresso Estatuinte na elaboração da proposta de Estatuto da UFPB.
- g) Zelar pelo cumprimento da metodologia e pelo cronograma.

h) Divulgar e orientar a metodologia de escolha dos Delegados Estatuintes nas Comissões Setoriais.

i) Disponibilizar a versão vigente do Estatuto para os coordenadores das Comissões Setoriais e participantes do Congresso Estatuinte.

j) Receber propostas enviadas por membros da comunidade universitária através de Formulário Digital e encaminhar para as Comissões Setoriais de destino.

Parágrafo único – Cada proposta elaborada por Comissão Setorial será apresentada às demais para divulgação e possível incorporação, antes do Congresso Estatuinte, ficando ao encargo da Comissão Geral.

k) Disponibilizar, após revisão da assessoria especial, uma cópia do Documento de Sistematização para os participantes do Congresso Estatuinte, contendo o conjunto de propostas das Comissões Setoriais.

l) Acompanhar e assegurar a conclusão do processo Estatuinte.

m) Encaminhar a Proposta de Estatuto aprovada no Congresso Estatuinte para apreciação pelo Conselho Universitário da UFPB.

Art. 6. A Comissão Geral será designada pela Reitora e composta por representantes e seus respectivos suplentes, respeitando a seguinte distribuição:

a) Cinco representantes do Conselho Universitário.

b) Um representante de cada Comissão Setorial.

c) Dois representantes da Administração Central.

d) Um representante do Sindicato dos Docentes.

e) Um representante dos Sindicatos dos Servidores Técnicos Administrativos.

f) Um representante do Diretório Central dos Estudantes.

g) Um representante da Associação de Pós-Graduandos da UFPB.

Parágrafo único - A Comissão Geral terá um Coordenador e um Vice-Coordenador, dois Secretários e dois Relatores, escolhidos entre seus membros.

Art. 7. As reuniões da Comissão Geral serão convocadas por seu Coordenador ou, extraordinariamente, pela metade mais um dos seus membros titulares.

§ 1º. O quorum para as reuniões da Comissão Geral será de pelo menos a metade mais um dos seus membros.

§ 2º. As decisões serão tomadas pela maioria simples dos presentes.

Art. 8. Será desligado da Comissão Geral o membro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem justificativa por escrito, sendo substituído na forma do artigo 6º.

Capítulo 5: Da Comissão Setorial Estatuinte

Art. 9. A Direção do Centro deverá convocar uma Assembleia Estatuinte para formar a Comissão Setorial Estatuinte e dar início ao processo Estatuinte no Centro.

Art. 10. Constitui uma Comissão Setorial o conjunto de membros da comunidade universitária pertencente a um Centro Acadêmico, podendo estar associada a Órgão (s) Suplementar (es) e/ou a Administração Central.

Art. 11. Na formação da Comissão Setorial será observada a afinidade das atividades desenvolvidas pelo Centro, Administração Central e Órgão (s) Suplementar (es) e proximidade geográfica, garantindo representação dos três segmentos da comunidade universitária em sua composição.

Parágrafo único – Órgãos Suplementares e Administração Central não poderão estar dissociados de Centros Acadêmicos.

Art. 12. A Comissão Setorial tem as seguintes competências:

- a) Organizar e implementar o processo Estatuinte no Centro.
- b) Organizar a formação das Comissões Temáticas do Centro.
- c) Organizar, junto com a Direção do Centro, o processo eleitoral para escolha dos Delegados Estatuintes no Centro que deverão compor as Comissões Temáticas.
- d) Elaborar propostas para o Documento de Sistematização do novo Estatuto da UFPB.
- e) Oferecer contribuições para o novo do Estatuto da UFPB.
- f) Organizar o processo eleitoral dos Delegados para representar o Centro no Congresso Estatuinte.

Art. 13. Cada Comissão Setorial será composta por representantes e respectivos suplentes de seu Centro, indicados por seus pares e respeitando a seguinte composição:

- a) Dois representantes dos servidores docentes.
- b) Dois representantes dos servidores técnicos administrativos.
- c) Dois representantes dos discentes.

§ 1º. A Comissão Setorial escolherá um coordenador e vice-coordenador, um relator e um secretário.

§ 2º. As assembleias para escolha dos representantes setoriais serão convocadas nos Centros pelos respectivos Diretores.

Art. 14. A Comissão Setorial constitui-se no fórum de estudo, discussão, análise e elaboração de propostas para o estatuto.

Art. 15. São também atribuições da Comissão Setorial:

- a) Promover debates convocando a comunidade universitária do Centro.
- b) Promover audiências públicas para discussão do Estatuto.
- c) Receber propostas dos membros da comunidade universitária do Centro.
- d) Promover sessões de elaboração e redação de propostas para o Estatuto.
- e) Encaminhar as propostas previamente sistematizadas para a Comissão Geral para compor o Documento de Sistematização.

Capítulo 6: Das Audiências Públicas

Art. 16. As Audiências Públicas são espaços consultivos e propositivos com o objetivo de discutir e encaminhar contribuições ao Estatuto.

Art. 17. Cabe à Comissão Setorial o envio das proposições das Audiências Públicas.

Capítulo 7: Da tramitação de propostas

Art. 18. Fica assegurado a qualquer membro efetivo ou aposentado da comunidade universitária o direito de encaminhar propostas, desde que atendam aos critérios de forma e de cronologia estabelecidos pela Comissão Geral.

Art. 19. Fica assegurado a qualquer membro da sociedade o direito de encaminhar contribuições, desde que atendam aos critérios de forma e de cronologia estabelecidos pela Comissão Geral, sendo vedado o anonimato.

Art. 20. As propostas de reforma do Estatuto deverão ser encaminhadas por títulos de acordo com o modelo apresentado no Anexo 3 através do formulário digital disponível no endereço <http://www.ufpb.br/estatuinte/>.

§ 1º. Cada proposta recebida terá um número de inscrição e será encaminhada para as Comissões Setoriais para sistematização/consolidação e apresentação nas Audiências Públicas.

§ 2º. As propostas discutidas nas Audiências Públicas serão consolidadas pelas respectivas Comissões Setoriais e encaminhadas para Comissão Geral para integrar o Documento de Sistematização.

Capítulo 8: Do Congresso Estatuinte

Art. 21. O Congresso Estatuinte, instância superior do processo de elaboração da proposta de Estatuto, constituído pelos Delegados Estatuintes eleitos nas Comissões Setoriais, tem como finalidade apreciar e deliberar sobre as propostas do Documento de Sistematização.

§ 1º. A Comissão Setorial de cada Centro deve indicar 3 (três) Delegados para o Congresso Estatuinte, conforme tabela do Anexo 1.

§ 2º. Os Órgãos Suplementares da Administração Central e Entidades de Representação dos 3 (três) segmentos devem indicar 1 (um) Delegado para o Congresso Estatuinte, conforme tabela do Anexo 1.

Art. 22. O Congresso Estatuinte será convocado pela Comissão Geral, de acordo com o cronograma pré-estabelecido e aprovado pelo Conselho Universitário.

Art. 23. Para o seu funcionamento, o Congresso Estatuinte deverá:

a) Definir a coordenação colegiada entre os seus membros, a ser composta pelo coordenador, o vice-coordenador, dois secretários e dois relatores.

§ 1º. Ao coordenador e vice-coordenador em exercício compete convocar as reuniões ordinárias.

§ 2º. O quorum para as reuniões será de pelo menos a metade mais um dos seus membros.

§ 3º. As decisões serão tomadas pela maioria simples dos presentes.

Art. 24. A Mesa de instalação do Congresso Estatuinte será composta pela Comissão Geral.

Art. 25. Caberá à Mesa de Instalação verificar o quorum mínimo para o início dos trabalhos.

Art. 26. Após abertura do Congresso Estatuinte, a Mesa de Instalação procederá a leitura, discussão e votação do Regimento do Congresso Estatuinte a ser apresentado pela Comissão Geral.

Art. 27. Após a aprovação do Regimento do Congresso Estatuinte, a Mesa de Instalação será desfeita e substituída pela Mesa Diretora do Congresso Estatuinte.

Art. 28. A Mesa Diretora será formada por 02 (dois) delegados representantes de cada um dos três segmentos internos (professores, técnico-administrativos e estudantes) da comunidade universitária.

Parágrafo Único – O coordenador, o vice-coordenador, 2 (dois) relatores e 2 (dois) secretários serão definidos entre os membros da Mesa Diretora.

Art. 29. De acordo com o Regimento do Congresso Estatuinte a Mesa Diretora procederá à convocação dos relatores das propostas de Estatuto.

Art. 30. Os artigos referentes à proposta de Estatuto somente serão considerados aprovados se obtiverem maioria simples de votos, respeitado o quorum mínimo.

Art. 31. Artigos já deliberados não mais serão submetidos à discussão e votação.

Art. 32. Durante a realização do Congresso Estatuinte serão apreciadas e votadas apenas propostas constantes do Documento de Sistematização.

Capítulo 9: Do processo de escolha dos Delegados Estatuintes

Art. 33. Os Delegados Estatuintes serão escolhidos pelos seus pares, através de eleição nominal e direta, a partir dos Centros, Administração Central ou Órgãos Suplementares em que estejam lotados ou matriculados.

§ 1º. Os Delegados Estatuintes devem fazer parte das Comissões Temáticas da Comissão Setorial.

§ 2º. Os Delegados Estatuintes das Comissões Setoriais podem se candidatar a Delegado do Congresso Estatuinte.

Art. 34. São elegíveis como delegados Estatuintes:

a) Os docentes integrantes das carreiras de Magistério Superior e de Ensino de 1º e 2º Grau do Quadro Permanente, em efetivo exercício.

b) Os técnicos administrativos integrantes do Quadro Permanente, em efetivo exercício.

c) Os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu e de Programas de Residências.

Art. 35. Considera-se em efetivo exercício os servidores afastados conforme o disposto na Lei 8.112.

Art. 36. Não integram o universo de elegíveis:

a) Os alunos dos cursos de pós-graduação lato sensu, exceto de Programas de Residência.

b) Os professores substitutos, temporários e visitantes.

c) Servidores à disposição da UFPB e terceirizados.

Art. 37. A eleição dos Delegados Estatuintes deverá ser realizada após a Instalação das Comissões Setoriais.

§ 1º. Os membros da Comissão Geral não poderão apresentar candidatura para Delegado Estatuinte.

§ 2º. Os Delegados do Congresso Estatuinte poderão ser membros das Comissões Setoriais.

§ 3º. Os Delegados do Congresso Estatuinte devem ser Delegados Estatuintes dos seus respectivos Centros.

Art. 38. O Congresso Estatuinte será composto por 65 (sessenta e cinco) Delegados Estatuintes, onde cada segmento será representado por 1/3 desse total nos Centros, distribuídos conforme disposto no Anexo 1.

Parágrafo Único – Fica assegurada a representação dos Órgãos Suplementares da Administração Central e dos 3 (três) segmentos de representação da comunidade universitária.

Capítulo 10: Das disposições gerais

Art. 39. Será constituída uma Assessoria Especial que dará suporte técnico-jurídico durante todo o desenrolar do processo Estatuinte.

Art. 40. Terminados os trabalhos Estatuintes, a Comissão Geral e as Comissões Setoriais elaborarão seus respectivos Relatórios de Atividades.

Art. 41. Os casos omissos serão deliberados pelo Congresso Estatuinte.

Art. 42. Esta Metodologia entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho Universitário da UFPB.

➤ Gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho:

O quadro abaixo apresenta o valor alcançado em 2015, em relação à meta proposta no PDI 2014-2018, para o número de servidores técnico-administrativos e número de docentes da UFPB.

Quadro 16 - Gestão de Pessoas - PDI (2014-2018)

Recursos Humanos	2013	2018	Valor alcançado em 2015
Número de docentes	2.381	2.619	2.435
Número de docentes com título de doutor	1.588	1.906	1.751
Número de servidores técnico-administrativos	3.734	4.107	3.584
Número de servidores técnico-administrativos – Superior	1.183	1.301	1.200
Número de servidores técnico-administrativos – Nível médio	2.290	2.519	2.155
Número de servidores técnico-administrativos – Apoio	261	274	229

A PROGEP é responsável pela elaboração e execução do Plano de Capacitação e Qualificação dos servidores técnico-administrativos e docentes da UFPB. Em 2015, foram capacitados 1.075 servidores, visando à busca de excelência dos serviços prestados e do alcance das metas institucionais.

Em relação à reposição da força de trabalho, em 2015 foram realizadas as consolidações do banco de professor equivalente da carreira de Magistério Superior, banco de professor equivalente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e consolidação do quadro de referências dos Servidores Técnico-administrativos, o que dá mais transparência nos atos administrativos realizados.

Foram desenvolvidas diversas ações visando à qualidade de vida no trabalho, através do Subsistema de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho (SIASS) e com base na Política Nacional de Saúde do Servidor. Destacam-se: assistência, perícia e promoção à saúde do servidor; vigilância aos processos e ambientes de trabalho, concessão de benefícios aos servidores.

Mais detalhes da política de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB, encontram-se no item 7.1 deste Relatório de Gestão.

3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

As formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados do PDI 2014-2018 perpassam por relatórios gerados pelas diferentes unidades da UFPB, e enviado à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN)/UFPB, com a descrição do andamento do cumprimento das metas propostas, bem como das dificuldades encontradas ao longo do processo. Essas informações são utilizadas para elaboração do Relatório de Gestão Anual apresentado ao TCU.

3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 17 - Ação/Subtítulos – OFSS - UFPB

Identificação da Ação								
Código	20RJ			Tipo:				
Descrição	APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESS.. PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA							
Iniciativa								
Objetivo	Código:			Código:				
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA			Código: 2030				
Tipo:								
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240							
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras							
Lei Orçamentária Anual do exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025	4.950.376,00	4.950.376,00	1.125.841,07	452.674,36	417.070,36	35.604,00	673.166,71	
Execução Física da Ação								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta				Unidade de medida	Meta		
						Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0025	Projeto Apoiado				Unidade	150	-	16
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0025	2.016.520,17	832.707,30	112.469,42	Pessoa Beneficiada		Unidade	12.063	

Identificação da Ação							
Código	20RL					Tipo:	
Descrição	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Iniciativa							
Objetivo	Código:			Código:			
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					Código: 2031	
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0025	7.739.749,00	7.739.749,00	6.040.904,92	3.214.144,39	2.212.795,58	1.001.348,81	2.826.760,53
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0025	Estudante Matriculado			Unidade	1.012		912
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0025	3.023.433,70	1.098.180,95	11.100,80	Estudante matriculado		Unidade	268
Identificação da Ação							
Código	2994					Tipo:	
Descrição	ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						

	Código:							
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					Código: 2031		
	Tipo:							
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual do exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025	1.644.981,00	1.644.981,00	1.130.593,96	500.874,29	500.874,29	-	629.719,67	
Execução Física da Ação								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta				Unidade de medida	Meta		
						Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0025	Benefício concedido				Unidade	28.282	-	10.545
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0025	445.618,20	212.373,67	0	Benefício concedido		Unidade	158	
Identificação da Ação								
Código	20GK					Tipo:		
Descrição	FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO							
Iniciativa								
Objetivo	Código:							
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRAD., ENSINO, PESQ. E EXTENSÃO					Código: 2032		
	Tipo:							
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0025	6.308.299,00	6.308.299,00	4.430.378,58	2.446.321,65	2.287.200,94	159.120,71	1.984.056,93
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0025	Iniciativa Apoiada			Unidade	40		748
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0025	1.861.018,65	774.708,80	8.179,10	Iniciativa apoiada		Unidade	160
Identificação da Ação							
Código	20RK				Tipo:		
Descrição	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR						
Iniciativa							
Objetivo	Código:			Código:			
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRAD., ENSINO, PESQ. E EXTENSÃO				Código: 2032		
Programa	Tipo:						
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0025	78.430.698,00	83.602.352,00	71.011.259,87	54.873.253,48	51.451.863,11		

						3.421.390,37	16.138.006,39
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0025	Estudante Matriculado			Unidade	47.627	-	33.906
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0025	25.782.142,36	8.484.500,33	255.086,32	Estudante Matriculado	Unidade	6.062	
Identificação da Ação							
Código	4002				Tipo:		
Descrição	ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR						
Iniciativa							
Objetivo	Código:			Código:			
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRAD., ENSINO, PESQ. E EXTENSÃO				Código: 2032		
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0025	32.661.736,00	32.661.736,00	27.431.366,25	14.047.911,28	13.977.556,47	70.354,81	13.383.454,97
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0025	Benefício concedido			Unidade	13.913	-	146.029

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0025	8.872.625,74	1.461.326,34	1.989.572,29	Benefício concedido	Unidade	1.714

Identificação da Ação								
Código	8282						Tipo:	
Descrição	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR							
Iniciativa								
Objetivo	Código:			Código:				
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRAD., ENSINO, PESQ. E EXTENSÃO					Código: 2032		
Programa	Tipo:							
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240							
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária Anual do exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025	71.174.685,00	71.174.685,00	34.409.136,90	12.731.796,14	9.984.140,31	2.747.655,83	21.677.340,76	
7086	800.000,00	800.000,00						
7110	230.000,00	230.000,00						
7112	400.000,00	400.000,00						
Execução Física da Ação								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta				Unidade de medida	Meta		
						Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0025	Projeto Viabilizado				Unidade	20	-	9
7086	Projeto Viabilizado				Unidade	1	-	
7110	Projeto Viabilizado				Unidade	1	-	

7112	Projeto Viabilizado			Unidade	1	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0025	30.432.047,88	10.253.635,99	422.066,36	Projeto Viabilizado	Unidade	7

Data da Extração: 18/02/2016

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 18 - Ação/Subtítulos – OFSS - HULW

Identificação da Ação							
Código	20RX			Tipo:			
Descrição	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS						
Iniciativa							
Objetivo	Código:			Código:			
Programa	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRAD., ENSINO, PESQ. E EXTENSÃO			Código: 2032			
	Tipo:						
Unidade Orçamentária	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - 26371						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0025	500.000,00	500.000,00	398.281,74	127.422,10		127.422,10	270.859,64
7016	400.000,00	400.000,00					
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta			Unidade de	Meta		

Localizador		medida	Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0025	Unidade apoiada	Unidade	1		1	
7016	Unidade apoiada	unidade	1		-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
N° do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1° de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Quadro 19 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - UFPB

Identificação da Ação					
Código	20RK		Tipo:		
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	EDUC.SUPERIOR-GRAD.,PÓS-GRAD.,ENSINO,PESQ.E EXTENSÃO		Código:		2032
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1° de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
593.060,10	25.522,75				

Identificação da Ação					
Código	20RK		Tipo:		
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				

Programa	EDUC.SUPERIOR-GRAD.,PÓS-GRAD.,ENSINO,PESQ.E EXTENSÃO				Código:	2032
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
139.895,32						

Identificação da Ação						
Código	8282		Tipo:			
Título	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	EDUC.SUPERIOR-GRAD.,PÓS-GRAD.,ENSINO,PESQ.E EXTENSÃO				Código:	2032
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
250.000,00						

Identificação da Ação						
Código	8282		Tipo:			
Título	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	EDUC.SUPERIOR-GRAD.,PÓS-GRAD.,ENSINO,PESQ.E EXTENSÃO				Código:	2032
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
400.000,00					

Identificação da Ação					
Código	8282		Tipo:		
Título	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	EDUC.SUPERIOR-GRAD.,PÓS-GRAD.,ENSINO,PESQ.E EXTENSÃO		Código:		2032
Unidade Orçamentária	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - 26240				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
900.000,00					

Quadro 20 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - HULW

Identificação da Ação					
Código	20RX		Tipo:		
Título	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	EDUC.SUPERIOR-GRAD.,PÓS-GRAD.,ENSINO,PESQ.E EXTENSÃO		Código:		2032
Unidade Orçamentária	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - 26371				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		

Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
626.088,00	391.000,00				

Identificação da Ação					
Código	4086		Tipo:		
Título	FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	EDUC.SUPERIOR-GRAD.,PÓS-GRAD.,ENSINO,PESQ.E EXTENSÃO		Código: 2032	Tipo:	
Unidade Orçamentária	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - 26371				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
32.967,05		414,55			

Análise Crítica – UFPB

- **Ação: 20RJ 0025 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica**

O Comitê Gestor Institucional (COMFOR) da Universidade Federal da Paraíba, realizou no ano de 2015, do período de janeiro a dezembro, 16 cursos de capacitação para 11.480 profissionais das redes públicas municipais e estaduais de ensino, distribuídos entre os seguintes níveis: seis cursos de pós-graduação Lato Sensu, especialização, seis de extensão e quatro de aperfeiçoamento. Os cursos propostos pela UFPB, discutidos e aprovados no Fórum Estadual de Formação Continuada, objetivam incentivar e promover a formação continuada para a Educação Básica nas modalidades presencial e a distância; desenvolver programas e cursos por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, visando à melhoria da qualidade do ensino. As escolhas das atividades propostas considerou programas específicos para a formação intercultural, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais e de gênero, a diversidade sexual e a política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

O COMFOR acompanhou e avaliou, junto aos coordenadores dos cursos, as ações pedagógicas e a execução dos recursos destinados através da ação 20RJ/MEC. Foram concluídos cinco cursos de extensão, dois de aperfeiçoamento e dois de especialização.

A maior dificuldade enfrentada em 2015 foi com relação aos recursos financeiros. Os recursos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentária sofreram cortes de mais de 50% para as atividades presenciais dos cursos relacionados à SECADI e corte total para os cursos em andamento da SEB. Em 29/05, a subsecretaria de planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, através de e-mail, mandou bloquear todos os recursos da ação 20RJ, em 11/05, a SEB/MEC. Em resposta, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) da UFPB informou que só seriam repassados R\$231.100,00 para os cursos da SECADI e R\$940.411,00 para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/ PENAIC. Esse corte para as outras ações e o atraso de recurso acarretou problemas para a realização das atividades presenciais. Outro problema foi o atraso nos pagamentos das bolsas dos tutores e formadores.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas no ano de 2015, a Universidade Federal da Paraíba, através do COMFOR e dos Coordenadores de Cursos, conseguiu concluir todas as ações de Formação Continuada, previstas para a ação 20RJ, dentro do cronograma.

Por fim, destaca-se que em anos anteriores o produto da ação era em relação a pessoas beneficiadas, tendo uma mudança no ano de 2015 para projetos apoiados. Deste modo, a projeção realizada foi feita com base no produto anterior.

- **Ação: 20RL 0025 - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.**

A ação 20RL é desenvolvida em duas unidades da UFPB, são elas: a Escola Técnica de Saúde (ETS) e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN).

No tocante ao desenvolvimento da ação, destaca-se que:

Escola Técnica de Saúde (ETS)

A ETS, no ano de 2015, teve 212 alunos matriculados de uma projeção de 312. Destaca-se que o período extenso de greve, com mais de 120 dias, foi a causa para a não obtenção da meta, pela não execução dos seguintes processos para o ingresso de alunos:

- 1- Processo seletivo 2015.2 para o Curso Técnico em Análises Clínicas;
- 2- Processo seletivo 2015.2 para o Curso Técnico em Enfermagem;
- 3- Processo seletivo 2015.2 para o Curso Técnico em Prótese Dentária;
- 4- Processo de Transferência Facultativa, Reingresso e Ingresso para portador de certificado, para o Curso Técnico em Enfermagem;
- 5- Processo de Transferência Facultativa, Reingresso e Ingresso para portador de certificado, para o Curso Técnico em Prótese Dentária.

Adicionalmente, ainda em função da greve, o curso Técnico em Cuidado de Idosos que também previa ingresso de alunos, só foi aprovado pelo CONSEPE em 10/12/2015 (Resoluções CONSEPE 62/2015 e 64/2015).

Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN)

O CAVN, no ano de 2015, teve 700 alunos matriculados, cumprindo a meta estabelecida. Destacam-se para o cumprimento da meta estabelecida, os seguintes pontos:

1. tradição do Colégio Agrícola no ensino agrícola no estado e no país;
2. divulgação nos meios de Comunicação para o processo seletivo de alunos;
3. disponibilização de assistência estudantil como alojamentos e alimentação para os alunos que residem em outros Municípios;
4. para o ano letivo de 2016 iniciará na Instituição o Curso de Técnico em Nutrição, que serão abertas vagas para 80 novas vagas para alunos.

- **Ação: 2994 0025 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica**

A ação 2994 é desenvolvida em duas unidades da UFPB, são elas: a Escola Técnica de Saúde (ETS) e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN).

No tocante ao desenvolvimento da ação, destaca-se que:

O colégio Agrícola Vidal de Negreiros oferece alimentação diária (café, almoço e janta), com 355 benefícios, orientados pelo Núcleo de Assistência Estudantil, atendendo diariamente alunos internos e externos que residem em outros Municípios;

- Fornecimento de Fardamento escolar (Camisa) e kit (squeeze, jogo de esquadros, bolsa, canetas) para os alunos do Colégio Agrícola, com 550 benefícios;

- KIT de Equipamentos de Proteção Individual para os Laboratórios didáticos pedagógicos e produtivos do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, realizando 120 benefícios para discentes que realização atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- Fornecimento de material esportivo (uniformes, bolas e materiais) para as atividades de ensino em atividades esportivas recreativas, assistência concedida para as equipes de Futebol, Futsal, Jiu-jitsu e capoeira do CAVN, promovendo 100 benefícios;

- Benefício com medicamentos aos alunos internos do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, realizando 100 benefícios de janeiro a junho de 2015;

- Transporte oferecido da cidade de Bananeiras e Solânea para o Colégio Agrícola no turno da manhã e tarde, beneficiando 120 alunos diariamente.

Desta forma, foram concedidos 1.355 benefícios para o CAVN, no Período de janeiro a dezembro de 2015.

Por sua vez, a meta prevista para a Escola Técnica de Saúde, para o ano de 2015, foi de 26.861 benefícios concedidos, o que extrapolaria o orçamento previsto para a assistência estudantil, na forma de bolsas de extensão, concedida em prol do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e alimentação concedida através do restaurante universitário. No entanto, considerando os 120 dias de greve, a meta não pôde ser alcançada, pois as entradas previstas para os alunos no segundo semestre, não aconteceram. Deste modo, foram concedidos, ao longo de 2015, 9.190 benefícios.

- **Ação: 20GK 0025 - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**

O quantitativo de ações de extensão, realizadas em 2015, da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC), com montante de iniciativas de 748 ações, sem contar com as bolsas do PROBEX.

As ações quantificadas acima foram divididas da seguinte forma: em quatro editais anuais, intitulados: PROBEX, FLUEX, PROEXT e MAIS CULTURA; o Programa de bolsas de Extensão (PROBEX) com 434 projetos, no qual ofertou 536 bolsas, e o Programa de Fluxo Contínuo de Extensão (FLUEX) com 130 projetos/ações e sem bolsas; e o edital Nacional de Programas e Projetos de Extensão (PROEXT) obteve ações de 39 PROGRAMAS e 30 PROJETOS. E o edital MAIS CULTURA iniciou suas atividades com oito subprojetos.

Em relação às ações com parceria já firmadas e estabelecidas com essa Pró-reitoria se destaca novamente a parceria com SEBRAE com cinco ações; continuidade da parceria das ações de extensão com a UFPB/VIRTUAL com seis projetos de extensão a distância (especialização) e a permanência dos convênios internacionais, com três parcerias entre a UFPB/PRAC com instituições da Espanha, Guatemala e Itália.

As demais ações realizadas foram: três eventos organizados pela Pró-reitoria, o primeiro o Encontro de Extensão (ENEX); o segundo o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Federais Brasileiras e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (MCTI). E por fim, as ações do Programa Institucional intitulado: UFPB NO SEU MUNICÍPIO, com 90 ações em 16 municípios, como oficinas, cursos, palestras, festivais, dentre outras ações de extensão.

- **Ação: 20RK 0025 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior**

No ano de 2015, a Pró-Reitoria de Graduação (PRG), em continuidade às ações de atendimento e acompanhamento dos estudantes matriculados, definiu, elaborou e desenvolveu atividades de acompanhamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) dos Cursos de Graduação; desenvolveu ações de avaliação e acompanhamento do fluxo dos estudantes (retenção, evasão e aprovação dos estudantes), trabalhando com projetos para otimizar a permanência, garantir a qualidade e aumentar o número de diplomação. Desenvolveu cursos e programas de formação e capacitação, projetos de bolsas de estudo para o Programa de Monitoria, Programa de Tutoria (PROTUT), Programa de Apoio às Licenciaturas (PROLICEN), Programa de Melhoria da Educação Básica (PROMEB) e Programa de Bolsa-Estágio da UFPB para complementação dos estudos, pesquisa e auxílio financeiro aos estudantes. Além de encaminhar, organizar e executar as ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA) em parceria com a CAPES.

A PRG elaborou o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFPB, aprovado pelo Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE), em reunião realizada no dia 14 de abril de 2015 (Resolução N° 16/2015-CONSEPE), que atualizou, sistematizou e reuniu, em um único Regulamento, as normas relativas ao ensino de graduação. Implantou, em parceria com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) - Módulo Graduação, com a finalidade de otimizar as ações acadêmicas da graduação.

Ano atípico, devido à greve dos docentes e técnicos-administrativos da UFPB, houve uma situação de redução do número de alunos matriculados.

- **Ação: 4002 0025 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior**

As ações da Pró-Reitoria, decorrem de um planejamento do orçamento de custeio e capital, permitindo a manutenção e ampliação do número de alunos assistidos a cada semestre. Os recursos fomentam benefícios que são destinados aos alunos da graduação presencial e em condição de vulnerabilidade, através da concessão de

auxílios e bolsas em nível da alimentação, creche, transporte, moradia, apoio acadêmico, apoio pedagógico, apoio material, bem como, acesso ao sistema de restaurantes universitários, manutenção e reestruturação das residências universitárias e restaurantes universitários, suporte acadêmico aos alunos selecionados pelo Programa PEC-G; apoio acadêmico aos estudantes com deficiências, atendimento psicológico e odontológico aos estudantes, apoio ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade, concessão de bolsas estágio na própria unidade, aquisição de equipamentos para estruturação de setores como Pró-Reitoria, Restaurantes Universitários e Residências Universitárias. Esta evolução da assistência estudantil reflete o empenho da gestão em acreditar que o corpo discente com melhor suporte assistencial, resulta em uma melhor permanência, menor evasão, refletindo em um sucesso acadêmico.

Entre as dificuldades, destacamos o corpo reduzido de recursos humanos para atividades fins assistência estudantis, o que dificulta o processo de agilidade, progressão, e fiscalização, bem como, abertura e criação de novos editais que reproduziriam novos benefícios. A progressão dos recursos financeiros é um quesito importante a ser destacado, em virtude do crescente número de estudantes de graduação presencial com perfil para ser assistido, bem como a demanda reprimida que se apresenta. Ressaltamos que, em virtude da greve dos servidores, as atividades de seleção para novos alunos e desenvolvimento de outras atividades ficaram comprometidas, e ainda se encontram em curso no exercício diferente daquele projetado como meta para 2015.

Por fim, destaca-se que a projeção inicial foi realizada na perspectiva do produto ser o aluno beneficiado, como já foi em anos anteriores. Deste modo, a discrepância em relação à meta estabelecida e a realizada se deve ao fato de o produto ser “benefício concedido”, levando assim a uma mudança no cálculo, visto que um mesmo aluno pode ter mais de um benefício.

- **Ação: 8282 0025 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado da Paraíba**
- **Ação: 8282 7086 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Criação do Centro de Energias Alternativas e Renováveis - CEAR - No Município de João Pessoa - PB**
- **Ação: 8282 7110 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Construção do Laboratório de Desenvolvimento de Argilas - Fábrica de Gesso - No Município de João Pessoa - PB**

- **Ação: 8282 7112 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Construção do Centro de Urgências e Emergências Veterinárias - No Município de João Pessoa - PB**

Das ações acima listadas, apenas a 8282 0025 teve execução. Destaca-se, porém, quem tendo em vista o contingenciamento de 50% dos recursos realizado no ano, bem como a não liberação de limites para empenho de emendas, não foi possível alcançar a meta estabelecida da referida ação. As ações 8282 7086, 8282 7110, 8282 7112, todas eram emendas Parlamentar e não foram executadas por conta da não liberação de limite para empenho das mesmas.

Análise Crítica HULW

- **Ação 20RX 0025 - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS.**
- **Ação 20RX 7016 - REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS.**

A ação 20RX 0025 teve os seguintes resultados: aquisições de equipamentos para melhor aparelhar este hospital visando maximizar o atendimento ao usuário SUS e otimizar o ensino e pesquisa nos níveis de graduação e pós-graduação, bem como a aquisição de insumos e serviços para viabilizar para manutenção dos equipamentos já existentes para evitar descontinuidade no atendimento. Destaca-se, como fator que dificultou a execução dos recursos deste programa, a demora no repasse dos recursos financeiros para pagamento das notas fiscais, gerando insatisfação junto aos fornecedores.

Por sua vez, a ação 20RX 7016, trata de uma emenda Parlamentar e não foi executada por conta da não liberação de limites para empenho.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Como relatado na análise das ações, no tópico anterior, os fatores que dificultaram o desempenho orçamentário, no de 2015, foram as seguintes:

- contingenciamento orçamentário por parte do Governo Federal;
- não liberação de limite de empenho para as emendas;
- demora de liberação de limites e repasse de recursos;

- greve dos servidores.

3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 21 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
153071		Hospital Universitário Lauro Wanderley			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do exercício
153071	35.434.136/0001-89				831,72

3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 22 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - UFPB

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	44.792.586,64	23.489.745,44	1.339.248,16	19.963.593,04
2013	29.193.315,89	4.151.361,89	2.236.346,32	22.805.607,68
2012	16.527.721,43	617.987,66	191.930,46	15.717.803,31
2011	5.218.191,81	316.562,43	69.565,60	4.832.063,78
2010	10.747.769,24		129.469,09	10.618.300,15
2009	137.106,98		11.443,73	125.663,25

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	12.060.956,38	12.029.646,88	29.018,50	2.291,00
2013	631.364,30	560.937,31	67.472,65	2.954,34
2013	221.961,25	176.922,91	14.410,45	30.627,89
2012	64.360,46		39.173,13	25.187,33
2011	123.698,04	113.167,80	9.050,24	1.480,00
2010	20.368,32		20.368,32	0,00
2009	20.891,83	420,00	19.375,83	1.096,00
2008	12.994,00		12.942,00	52,00

2007	560,00		560,00	0,00
------	--------	--	--------	------

Fonte: Tesouro Gerencial 2015

Extraído em 19/02/2016

Execução da UFPB, exceto o HULW

Quadro 23 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - HULW

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	7.898.929,27	6.643.036,52	85.342,98	1.170.549,77
2013	9.168.984,94	1.596.641,57		7.572.343,37
2012	535.622,00	151.930,00		383.692,00
2011	700.153,87			700.153,87

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	1.283.551,37	1.283.290,88		260,49
2013	1.279.654,49	790.441,79		489.212,70
2013	23.918,43			23.918,43
2012	11.737,95			11.737,95

Fonte: Tesouro Gerencial 2015

Extraído em 19/02/2016

Execução do HULW

3.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA					
CNPJ:	24.098.477/0001-10					
UG/GESTÃO:	26240/15231					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio				0,00	0,00	
Contrato de Repasse				0,00	0,00	
Termo de Cooperação	1	1		291.560,00	291.560,00	
Termo de Compromisso				0,00	0,00	
Totais	1	1		291.560,00	291.560,00	

Quadro 24 - Resumo da prestação de contas sobre transferências recebidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: UFPB					
CNPJ: 24.098.477/0001-10			UG/GESTÃO: 153065/15 ÃO: 231		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	Termo de Cooperação
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			0
		Montante Repassado			0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			1
		Montante Repassado			291.560,00
Exercícios anteriores - 2014	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			1
		Montante Repassado			291.560,00
Fonte: DAC/CCF/PRA					

Quadro 25 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Descentralizações, Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: UFPB						
CNPJ: 24.098.477/0001-10			UG/GESTÃO: 153065/15231			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Termo de Cooperação	Convênios	Contratos de Repasse
2015	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1		
Montante Repassado (R\$)				291.560,00		

	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)			
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1		
			Montante Repassado (R\$)	291.560,00		
2014	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1		
		Montante Repassado		291.560,00		
Fonte: DAC/CCF/PRA						

Com relação ao Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos, ou seja, a UFPB como concedente e as Fundações de Apoio como convenentes, informamos que a partir de 2008 não foram firmados mais nenhum convênio com Fundações de Apoio com recursos oriundos de descentralização, sendo que em 2010 foram firmados Contratos com Fundações de Apoio, os quais se encontram em análise junto à Comissão de Tomada de Contas Especial - TCE.

Dos convênios anteriores a 2008 a análise formal das contas prestadas, realizadas por esta Divisão foram feitas em 26 convênios firmados com a FUNAPE, dos quais seis foram concluídos e 20 encontram-se em processo na Comissão de TCE, permanecendo sem análise formal oito convênios com esta Fundação, sendo quatro destes ainda sem prestação de contas. Totalizando 34 convênios junto à FUNAPE com pendências de aprovação.

Quanto aos convênios firmados com a FJA, a análise formal das contas prestadas se deu em 19 convênios, dos quais apenas um foi concluído, restando sete convênios a analisar, sendo que destes, três estão sem prestação de contas. Totalizando 26 convênios firmados com a FJA com pendências.

Portanto, a análise formal das prestações de contas dos convênios está sendo concluída e que esta situação atípica está evidenciada em relatórios anteriores e Memorandos DAC que expõem os diversos motivos, inclusive de suspensão por 20 meses de análise por esta Divisão de convênios, quando ficou sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria R/GR N.º 242/11, retornando a esta Divisão de Convênios em janeiro de 2013, quando a partir de então foram retomadas as análises formais.

3.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

As atribuições de competência da DAC incluem execução orçamentária e financeira das descentralizações de recursos, acompanhamento e produção de relatórios individualizados de cada projeto. Para realização dessas tarefas dispomos de três servidores, quantidade insuficiente para atendimento da demanda.

Compete também à DAC a análise, com emissão de Parecer conclusivo (art. 44 da Portaria Interministerial 507/11) dos termos de execução descentralizada (TED) em fase anterior as assinaturas. Nessa análise, além do aspecto legal, deve ser observado o aspecto técnico contábil. Em fase intermediária deve ser observado o desenvolvimento satisfatório da execução física/financeira e em fase final, a recepção das prestações de contas para análise e emissão de Parecer final, resultando na indicação de aprovação, devolução para ajustes ou reprovação, incumbidos dessa tarefa estão dois servidores que, ainda tem sob suas responsabilidades as análises formais de convênios com fundações de apoio antes de envio às comissões de tomada de contas especiais. Importa registrar que esses dois servidores em ocasiões especiais ainda apoiam os colegas acima citados em suas tarefas, afastando-se mesmo que temporariamente das atribuições normais.

3.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 26 - Receita Própria da UFPB - Receita Inicial X Receita Realizada

Receita	Discriminação	Previsão inicial da receita	Receita realizada	% Arrecadação
1000.00.00	Receitas Correntes	3.274.204,00	2.213.134,09	67,59%
1300.00.00	Receita Patrimonial	864.585,00	742.342,59	85,86%
1311.00.00	Aluguéis	853.139,00	735.808,07	86,25%
1315.30.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	-	6.534,52	0,00%
1390.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	11.446,00	-	-
1400.00.00	Receita Agropecuária	89.022,00	33.498,19	37,63%
1410.00.00	Receita da Produção Vegetal	2.506,00	11.248,00	448,84%
1420.00.00	Receita da Produção Animal e Derivados	86.516,00	22.250,19	25,72%
1600.00.00	Receita de Serviços	978.718,00	1.175.490,70	120,11%
1600.01.02	Serviços de Comercialização de Livros e Periódicos	-	6.684,25	-
1600.13.00	Serviços Administrativos	218.441,00	132.558,70	60,68%
1600.16.00	Serviços Educacionais	363.121,00	407.451,44	112,21%
1600.22.00	Serviços de Estudos e Pesquisas	-	290.110,00	-
1600.50.00	Taxas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	397.156,00	338.686,31	85,28%
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	36.331,00	34.232,81	94,22%
1918.01.00	Multas e Juros de Mora de Aluguéis	1.240,00	178,89	14,43%
1919.27.00	Multas e Juros previstos em Contrato	-	14,59	0,00%

1919.99.00	Outras Multas	31.404,00	34.039,33	108,39%
1922.99.00	Outras Restituições	3.687,00		-
7000.00.00	Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.305.548,00	227.569,80	17,48%
7311.00.00	Aluguéis - Operações Intra-Orçamentárias	3.989,00		-
7600.22.00	Serviços de Estudos e Pesquisas - Intra Orçamentárias	1.301.559,00	227.569,80	17,48%
2000.00.00	Receitas de Capital		2.500,00	-
2200.00.00	Alienação de Bens		2.500,00	-
2215.00.00	Alienação de Veículos	-	2.500,00	-
TOTAL DA RECEITA		3.274.204,00	2.215.634,09	67,67%

Fonte: CODEOR

O quadro acima apresenta o comparativo da expectativa de receita própria da UFPB com a receita realizada, no ano de 2015. A receita própria da Instituição representa um esforço para que se possa diminuir a total dependência do Orçamento do Tesouro.

Deste modo, as receitas próprias dividem-se em receitas correntes e de capital. No tocante às receitas correntes, estas são compostas pelas receitas patrimoniais, que atingiram 85,86% do projetado para ano. Estas se compõem primordialmente com as receitas de aluguéis. As receitas da Agropecuária são relativas aos campi do interior, relacionadas às áreas de produção vegetal e animal que lá são desenvolvidas, e atingiu 37,63%. As receitas de serviços superou a expectativa, atingindo 120,11% do projetado. Essa receita divide-se desde a parte de editora da UFPB, como serviços administrativos, educacionais e de estudos e pesquisa realizados, bem como compreende as taxas inscrição em Concursos e Processos Seletivos realizados pela Universidade.

Compreendem ainda as receitas correntes as Outras Receitas Correntes, que correspondem a parte de juros e multas relacionados a contratos e alugueis a instituição, bem como a Serviços de Estudos e Pesquisas - Intra Orçamentárias. No tocante à receita de Capital, no ano de 2015, teve apenas ações no que se refere à alienação de veículos.

De maneira geral, a UFPB atingiu 67,67% da sua receita própria projetada. Destaca-se, que no ano de 2015, alguns fatores dificultaram a realização da projeção feita, tais como: a greve de servidores, bem como a própria diminuição da atividade econômica do país que também colaborou para uma menor demanda de ações que poderiam se realizada pela instituição.

3.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 27 - Despesas por modalidade de contratação - UFPB

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	32.919.752,92	41.902.792,98	28.332.382,61	38.868.343,64
a) Convite		10.672,60		10.672,60
b) Tomada de Preços	70.000,29	1.348.723,53		1.148.361,14
c) Concorrência	57.888,38	510.580,61	29.101,71	433.273,81
d) Pregão	32.791.864,25	39.924.052,61	28.303.280,90	37.167.272,46
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		108.763,63		108.763,63
2. Contratações Diretas (h+i)	30.711.986,49	18.928.568,20	28.255.765,41	17.776.599,85
h) Dispensa	28.336.219,96	17.732.002,48	26.381.385,44	16.581.423,98
i) Inexigibilidade	2.375.766,53	1.196.565,72	1.874.379,97	1.195.175,87
3. Regime de Execução Especial	30.989,75	31.643,21	30.989,75	31.643,21
j) Suprimento de Fundos	30.989,75	31.643,21	30.989,75	31.643,21
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.159.443.131,23	1.063.343.161,29	1.159.443.131,23	1.055.623.981,34
k) Pagamento em Folha	1.157.806.944,71	1.062.046.116,68	1.157.806.944,71	1.054.334.556,58
l) Diárias	1.636.186,52	1.297.044,61	1.636.186,52	1.289.424,76
5. Outros	23.918.430,49	22.075.889,65	23.358.445,35	21.920.530,91
6. Total (1+2+3+4+5)	1.247.024.290,88	1.146.282.055,33	1.239.420.714,35	1.134.221.098,95

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 e Siafi Gerencial 2014

Extraído em 19/02/2016

Execução da UFPB, exceto o HULW

Quadro 28 - Despesas por modalidade de contratação - HULW

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	10.761.998,14	15.091.864,74	10.529.680,35	13.986.954,86
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	21.556,95	55.886,56	21.556,95	55.886,56
d) Pregão	10.740.441,19	15.035.978,18	10.508.123,40	13.931.068,30
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	6.383.619,13	1.640.181,99	5.940.717,60	1.492.052,43
h) Dispensa	5.956.737,22	993.177,74	5.513.835,69	898.403,44
i) Inexigibilidade	426.881,91	647.004,25	426.881,91	593.648,99
3. Regime de Execução Especial	45.049,46	13.806,43	45.049,46	13.806,43
j) Suprimento de Fundos	45.049,46	13.806,43	45.049,46	13.806,43
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	185.751.036,63	172.732.121,26	185.751.036,63	172.732.121,26
k) Pagamento em Folha	185.751.036,63	172.729.126,31	185.751.036,63	172.729.126,31
l) Diárias	0,00	2.994,95	0,00	2.994,95
5. Outros	216.415,52	3.155.762,96	216.415,52	3.125.251,03
6. Total (1+2+3+4+5)	203.158.118,88	192.633.737,38	202.482.899,56	191.350.186,01

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 e Siafi Gerencial 2014

Extraído em 19/02/2016

Execução do HULW

Quadro 29 - Despesas por grupo e elemento de despesa - UFPB

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoa civil	584.019.180,14	534.089.906,71	583.774.716,23	534.089.906,71	244.463,91	0,00	583.774.716,23	534.089.906,71
01 - Aposent.RPPS, reser.remuner. e refor.militar	333.538.647,54	305.478.892,08	333.510.953,61	305.478.892,08	27.693,93	0,00	333.510.953,61	305.478.892,08
13 - Obrigações Patronais	115.532.112,44	106.268.170,43	115.531.613,99	106.268.170,43	498,45	0,00	115.531.613,99	98.556.610,33
Demais elementos do grupo	85.108.115,97	76.234.732,42	85.024.957,24	76.234.732,42	83.158,73	0,00	85.024.957,24	76.234.732,42
2. Juros e Encargos da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Outros serviços de terceiros - PJ - OP.INT.ORC.	66.113.276,21	52.994.893,12	43.490.432,09	37.857.253,58	22.622.844,12	15.137.639,54	40.058.228,00	35.499.230,42
46 - Auxílio Alimentação	22.937.750,86	23.022.341,53	22.937.377,86	23.022.341,53	373,00	0,00	22.937.377,86	23.002.341,53
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	18.482.083,52	18.058.796,64	17.253.760,61	16.896.737,58	1.228.322,91	1.162.059,06	16.875.876,61	16.857.597,58
30 - Material de Consumo	13.767.131,12	12.584.787,00	4.529.479,32	5.707.229,43	9.237.651,80	6.877.557,57	3.580.083,40	5.472.963,65
93 - Indenizações e Outras Restituições	11.686.456,26	11.682.502,82	11.686.456,26	11.644.562,20	0,00	37.940,62	11.686.456,26	11.644.562,20
Demais elementos do grupo	28.992.170,85	23.858.555,41	26.064.333,19	21.550.465,45	2.927.837,66	2.308.089,96	24.528.756,00	20.372.769,64
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
52 - Equipamentos e Material Permanente	13.710.192,67	21.391.148,09	3.021.545,99	6.068.908,81	10.688.646,68	15.322.239,28	1.732.506,44	5.720.435,92
51 - Obras e Instalações	12.124.978,01	5.327.045,34	48.577,49	1.389.482,73	12.076.400,52	3.937.562,61	29.101,71	1.217.684,09
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - OP.INT.ORC.	511.228,13	13.758,00	150.087,00	4.260,00	361.141,13	9.498,00	150.087,00	4.260,00
92 - Despesas Ex.Anteriores	0,00	69.112,38	0,00	69.112,38	0,00	0,00	0,00	69.112,38
5. Inversões Financeiras								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial 2015/2016 e Siafi Gerencial 2014

Extraído em 19/02/2016

Execução da UFPB, exceto o HULW

Quadro 30 - Despesas por grupo e elemento de despesa - HULW

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoa civil	95.197.312,62	89.996.634,21	95.197.312,62	89.996.437,58	0,00	196,63	95.197.312,62	89.996.437,58

-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial 2015/2016 e Siafi Gerencial 2014

Extraído em 19/02/2016

Execução do HULW

3.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 31 - Concessão de suprimento de fundos - UFPB

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	153065	PRA - REITORIA	0	0,00	10	41.372,70	5.000,00
	153073	CCA - UFPB	0	0,00	1	10.405,31	10.405,31
2014	153065	PRA - REITORIA	0	0,00	31	24.999,57	5.400,00
	153073	CCA - UFPB	0	0,00	1	6.120,61	6.120,61

Fonte: SIAFI Operacional 2015 e 2014

Quadro 32- Concessão de suprimento de fundos - HULW

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	153071	HULW	0	R\$ -	12	R\$ 48.000,00	R\$ 5.000,00
2014	153071	HULW	0	R\$ -	12	R\$ 48.000,00	R\$ 6.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 33 - Utilização de suprimento de fundos - UFPB

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	(a+b)
2015	153065	PRA- REITORIA	0	0,00	0	0,00	41.372,70	41.372,70
	153073	CCA/UFPB	0	0,00	0	0,00	10.405,31	10.405,31
2014	153065	PRA- REITORIA	0	0,00	0	0,00	24.999,57	24.999,57
	153073	CCA/UFPB	0	0,00	0	0,00	6.120,61	6.120,61

Fonte: SIAFI Operacional 2015 e 2014

Quadro 34 - Utilização de suprimento de fundos - HULW

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	153071	HULW	0	R\$ -	0	R\$ -	R\$ 37.049,46	R\$ 37.049,46
2014	153071	HULW	0	R\$ -	0	R\$ -	13806,43	R\$ 13.806,43

Fonte: SIAFI

Quadro 35 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - UFPB

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153065	PRA - REITORIA	339030	96	41.372,70
153073	CCA/UFPB	339039	96	10.405,31

Fonte: SIAFI Operacional 2015 e 2014

Quadro 36 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - HULW

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153071-2015	HULW	339039	05	R\$ 651,26
			14	R\$ 5.203,53
			16	R\$ 160,00
			17	R\$ 600,00
			19	R\$ 100,00
			20	R\$ 650,00
			24	R\$ 77,31
			37	R\$ 288,93
			50	R\$ 3.815,00
			63	R\$ 300,00
			83	R\$ 216,00
153071-2015	HULW	339030	09	R\$ 3.362,97
			15	R\$ 258,00
			16	R\$ 1.203,00

			17	R\$ 226,00
			21	R\$ 496,07
			22	R\$ 1.346,00
			23	R\$ 62,00
			24	R\$ 4.551,85
			25	R\$ 1.758,86
			26	R\$ 4.891,96
			30	R\$ 451,00
			36	R\$ 1.708,04
			28	R\$ 336,00
			39	R\$ 520,00
			44	R\$ 80,00
			59	R\$ 270,00

3.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Abaixo se encontram definidos os principais indicadores de desempenho operacional, relacionados às atividades acadêmico-administrativas da UFPB e que permitem visualizar e aquilatar o esforço e eficiência institucional:

1.4.1 Alunos Matriculados: é um indicador que revela o correspondente esforço institucional em resposta aos recursos investidos na Instituição.

Tipo: efetividade

Fórmula de cálculo: número total de alunos de graduação e pós-graduação matriculados no ano (nos casos de o aluno ter sido matriculado nos dois semestres, só será contabilizado uma vez).

Método de aferição: extração dos dados no banco de dados institucional.

Área responsável pelo cálculo ou medição: Núcleo de Tecnologia da Informação-NTI/PRG/PRPG

Resultado do indicador do exercício: **44.730**

1.4.2 Relação Alunos Matriculados/Professor: evidencia a eficiência da Instituição no cumprimento de suas ações, quando permite que seja visualizada a otimização de seus recursos humanos docentes em função de seus discentes matriculados.

Tipo: Eficiência

Forma de Cálculo:

$$RAMP_t = \frac{NAM_t}{NPQP_t}$$

NAM_t = Número total de alunos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) matriculados, no final do ano t;

$NPQP_t$ = Número de professores de ensino superior do quadro permanente, no final do ano t.

Quadro 37 - Evolução relação alunos matriculados por professor, 2014-2015

Indicador	2014	2015	Δ%
RAMP	18,35	18,37	0,11%

Método de Aferição: Extração de dados do banco de dados institucional

Área responsável pelo cálculo ou medição: NTI/PRG/PRPG/PROGEP

Resultado do indicador no exercício: **18,37**

- 1.4.3 **Vagas Oferecidas vestibular e SISU:** Evidencia a expansão de vagas, pela criação de novos cursos bem como pelo aumento da oferta em cursos já existentes.

Tipo: Efetividade

Forma de cálculo: Número de vagas ofertadas

Método de aferição: Análise da quantidade de demanda, análise da infraestrutura disponível.

Área responsável pelo cálculo ou medição: PRG

Resultados do indicador no exercício: **7.700**

- 1.4.4 **Relação alunos de pós-graduação *stricto sensu* matriculados/Professor Doutor:** Evidencia a eficiência da pós-graduação da Instituição no cumprimento de suas ações, quando permite que seja visualizada a otimização de seus recursos humanos docentes-doutores em função de seus discentes da pós-graduação matriculados.

Tipo: Eficiência

Forma de Cálculo:

$$\text{RAMDPD}_t = \frac{\text{NAMDM}_t}{\text{NPDQP}_t}$$

NAMDM_t = Número de alunos de mestrado e doutorado matriculados no final do ano t;

NPDQP_t = Número de professores-doutores do quadro permanente, no final do ano t.

Quadro 38 - Alunos de pós-graduação *stricto sensu* matriculados/Professor Doutor

Indicador	2014	2015	Δ%
RAMDPD	2,84	2,84	-

Método de aferição: Extração de dados do banco de dados institucional

Área responsável pelo Cálculo ou medição: NTI/PRG/PROGEP

Resultado do indicador no exercício: **2,84**

- 1.4.5 **Número de Alunos de Graduação Diplomados:** Permite visualizar o desempenho acadêmico da Instituição no Período.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Soma dos alunos diplomados

Método de aferição: Relação de diplomados

Área responsável pelo cálculo: PRG/NTI

Resultado do indicador no exercício: **1.470**

OBS: O quantitativo informado, refere-se aos alunos diplomados no período 2014.2.

Devido à greve ocorrida no ano de 2015, só houve no ano a entrada dos alunos do período 2015.1, porém a devida diplomação destes (colação de grau) ainda ocorria no início de 2016, não tendo até o lançamento no SIMEC, dos indicadores TCU, o quantitativo fechado de alunos diplomados do período 2015.1.

1.4.6 Índice de Titulação de Corpo Docente: Permite visualizar o esforço Institucional na capacitação do seu quadro docente.

Tipo: Eficácia

Fórmula de Cálculo:

D = Número de professores-doutores;

M = Número de professores-mestres;

E = Número de professores-especialistas;

G = Número de professores apenas graduados.

$$ITCD = (5D + 3M + 2E + G) / (D + M + E + G)$$

Quadro 39 - Evolução do índice de titulação do corpo docente, 2014 -2015

Indicador	2014	2015	Δ%
ITCD	4,34	4,39	1,15%

Método de aferição: Relação de titulados no período

Área responsável pelo cálculo: PRPG/NTI

Resultado do indicador no exercício: **4,39**

1.4.7 Relação produção acadêmica publicada/professor do quadro permanente: Permite visualizar o desempenho dos docentes quanto à publicação de livros, artigos e trabalhos em eventos acadêmicos científicos.

Tipo: Eficácia

Fórmula de Cálculo

$$RPAPP_t = \frac{NTPAP_t}{NPQP_t}$$

$NTPAP_t$ = Número total da produção acadêmica publicada (livros, artigos em periódicos nacionais e estrangeiros e trabalhos publicados na íntegra e resumos em anais de eventos acadêmico-científicos), no ano t;

$NPQP_t$ = Número de professores de ensino superior do quadro permanente, no final do ano t.

Quadro 40 - Evolução da produção acadêmica publicada por professor permanente, 2014-2015

Indicador	2014	2015	Δ%
RPAPP	2,70	1,24	-54,07%

Método de aferição: Produção científica no período
Área responsável pelo cálculo: PRPG/NTI
Resultado do indicador no exercício: 1,24⁸

2.4.8 Relação Professores com Atividades de Extensão/Quadro Docente Permanente - Permite visualizar o envolvimento dos docentes quanto nas atividades de extensão.

Tipo: Eficácia

Fórmula de Cálculo:

$$RPAEQD_t = \frac{NPAE_t}{NPQP_t}$$

$NPAE_t$ = Número de professores com atividades de extensão, no ano t;

$NPQP_t$ = Número de professores de ensino superior do quadro permanente, no final do ano t.

Método de aferição: Relação de professores com atividades de extensão

Área responsável pelo cálculo: PRAC/NTI

Quadro 41 - Evolução da relação professores com atividades de Extensão sobre o quadro docente permanente, 2014-2015

Indicador	2014	2015	Δ%
Rpaeqd	0,49	0,38	-22,45%

Resultado do indicador no exercício: 0,38⁹

3.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

⁸Os dados da produção acadêmica referem-se ao ano de 2014, pois, até o fechamento do Relatório, os dados de 2015 ainda não estavam consolidados pela PRPG. Os dados foram retirados da Plataforma Sucupira, nesta, por sua vez, não foi possível fazer a coleta nos formatos dos anos anteriores, bem como não foi possível contabilizar os Programas em associação. Outro ponto a se destacar é que, para o ano de 2016, será realizada uma reformulação do indicador referente à pesquisa, visto que no quesito produção acadêmica, no formato adotado, não se consegue contemplar a pesquisa de todo o corpo docente, sendo selecionados apenas os ligados a pós-graduação. Assim, serão trabalhados indicadores que apresentem de maneira mais satisfatória a pesquisa na instituição que, nos últimos anos, teve uma melhora no tocante à qualidade de suas publicações.

⁹ A queda do indicador pode ser explicada, tanto pela greve de servidores no ano de 2015, que levou a uma diminuição das atividades como um todo na UFPB, como o próprio corte orçamentário que levou a um menor aporte de recursos para as atividades extensão. Outro ponto a se destacar é uma melhora na coleta das informações que fez com que não se contabilizasse docentes duplamente, a partir de um maior controle nos registros das atividades ligadas à extensão.

3.5.3 Indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 42 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	854.476,047, 88	788.453.136,99	728.723.928,75	557.842.863,97	519.537.172,07
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	792.278.177,31	719.635.078,85	657.300.618,41	500.097.749,48	459.182.590,65
Número de Professores Equivalentes	2.265,50	2.290,00	2.236,50	1.958,50	2.078,00
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	27.596,50	5.144,25	5.251,00	5.203,75	4.562,25
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	4.617	3.951,50	3.845,50	3.859,00	3.655,25
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	27.597	29.922	29.109	28.735	25.079
Total de Alunos na Pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	4.617	4.389	3.323	3.306	3.287
Alunos de Residência Médica (AR)	118	122	108	94	85
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	32.543,45	33.400,00	31.376,39	32.382,12	30.218,77
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	20.392,22	19.659,50	18.923,16	18.890,92	17.868,70
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	9.234	8.778	6.646	6.612	6.574
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	236	244	216	188	170

Fonte: PROPLAN

Quadro 43 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	Exercícios				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	20.338,16	18.585,88	19.057,39	14.237,18	14.055,69
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	18.857,73	16.963,66	17.189,55	12.763,18	12.422,84
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	13,18	12,52	11,53	13,12	11,84
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	6,21	5,57	4,91	4,94	5,39
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	7,67	7,25	6,71	6,66	6,74
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,12	2,24	2,35	2,66	2,2
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,72	1,72	1,72	1,97	1,76
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,74	0,65	0,79	0,81	0,71
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,14	0,13	0,1	0,1	0,12
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,99	4,01	3,9	3,89	3,89
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,35	4,25	4,23	4,01	4,01
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) ¹⁰	0,42	0,41	0,4	0,5	0,39

Fonte: PROPLAN

¹⁰ Devido à greve, ocorrida no ano 2015, o período letivo da UFPB sofreu alterações. Deste modo, como até o lançamento dos indicadores no SIMEC não se tinha fechado os concluintes no período 2015.1, optou-se por se considerar para o cálculo da TSG o quantitativo de concluintes no período 2014.2, conforme orientação do manual de cálculo dos indicadores.

4 GOVERNANÇA

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Quadro 44 - Estruturas de Governança da UFPB

	Composição	Atribuições	Base legal
Assembleia Universitária	Pessoal docente, discente, técnico-administrativo e representantes da comunidade	Convocada para: I - tomar ciência do relatório apresentado pelo Reitor sobre as principais ocorrências do ano anterior e do plano de atividades da Universidade para o novo ano letivo; II - realizar os atos de colação de grau dos concluintes dos cursos de graduação, a entrega dos diplomas de mestre, doutor, livre-docente, títulos honoríficos e posse do Reitor e Vice-Reitor; III - tratar de assuntos de relevância do interesse da Universidade.	Estatuto da UFPB
Conselho Universitário (CONSUNI)	Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; Diretores de Centros; um representante do pessoal docente de cada Centro; representação do pessoal discente; representação do pessoal técnico-administrativo; um representante da comunidade.	Órgão deliberativo superior em matéria de política geral da Universidade;	
Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)	Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitor de Graduação; Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa; Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários; dois representantes do pessoal docente de cada Centro dos campi I, II e III; um representante da comunidade; representação do pessoal discente; representação do pessoal técnico-administrativo.	órgão deliberativo superior da Universidade em matéria de natureza acadêmica	

Conselho Curador	três professores representantes do CONSUNI; três professores representantes do CONSEPE; representação do pessoal discente, indicada na forma do Regimento Geral; um representante da comunidade, escolhido pelo Conselho Social Consultivo.	órgão fiscal e deliberativo em assuntos econômicos e financeiros da Universidade
Conselho Social Consultivo	Reitor; Vice-Reitor; um representante do(A): CONSUNI; de entidades de caráter científico com base estadual, ou nacional e regional, com representação na Paraíba; de entidades fiscalizadoras do exercício profissional de nível superior, cujos cursos de graduação sejam mantidos pela Universidade em caráter permanente, que tenham base nacional e representação na Paraíba; vinculado à Secretaria de Estado da área de Educação, Cultura, Planejamento ou Ciência e Tecnologia; da Assembléia Legislativa da Paraíba; do Poder Judiciário; de entidades de caráter comunitário com base estadual ou nacional com representação na Paraíba, para este fim credenciadas junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.	instância representativa da sociedade paraibana, com a função precípua de contribuir, sem caráter deliberativo, para a definição, pelos Conselhos Deliberativos Superiores, das políticas institucionais da Universidade.
Reitoria	Reitor; Vice-Reitor.	Órgão executivo da administração superior que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade.
Conselho de Centro	Diretor do Centro; Vice-Diretor do Centro; Chefes de Departamento; Coordenadores de Curso; uma representação do pessoal discente; um representante do pessoal técnico-administrativo, eleito pelos seus pares, para mandato de um ano.	órgão deliberativo superior, no âmbito do respectivo Centro, em matéria administrativa e didático-científica, com atribuições especificadas no Regimento Geral
Departamentos	Pessoal docente lotado no Departamento	unidade de ensino, pesquisa e extensão, para efeito de organização didática e administrativa, compreendendo disciplinas afim.
Colegiados de Curso	Na forma do que dispuser o Regimento Geral, serão instituídos Colegiados.	funções deliberativas, para coordenação didática dos cursos de graduação e pós-graduação

Diretoria de Centro	Diretor e Vice Diretor de Centro	o órgão executivo que coordena, fiscaliza e superintende diretamente o Centro.	
Coordenações de Cursos	Coordenador e Vice-Coordenador	órgão executivo do Colegiado de Curso	
Prefeitura Universitária	Prefeito	I - colaborar com a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, no planejamento e desenvolvimento físico dos "campi" da Universidade; II - elaborar estudos e projetos de prédios e infra-estruturas nos "campi" ou fora deles quando do interesse da Universidade; III - contratar, fiscalizar, executar e controlar obras e serviços de engenharia; IV - manter e conservar imóveis, equipamentos e veículos da universidade; V - gerenciar transportes; VI - controlar ou operar os serviços públicos de água, energia e comunicações telefônicas; VII - g) zelar pela segurança do patrimônio da Universidade e das pessoas, nos seus "campi".	Regime nto da Reitori a
Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação (CGTI)	Presidente: Eduardo Ramalho Habenhorst	Institucionalizar princípios de governança de tecnologia da informação na UFPB.	Portari a n° 019/20 14 de 07 de JAN de 2014
Comissão de Ética Pública	Presidente: Márcio Flávio Lins de Albuquerque e Souto	Zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Administração Federal.	Portari a n° 3365/2 014 de 22 de dez. de 2015

Comissão de Gestão Ambiental	Presidente: Joácio de Araújo Moraes Júnior	Auxiliar no diagnóstico e formulação de estratégias de enfrentamento do passivo ambiental da UFPB.	Portaria N° 427 R/GR, fevereiro de 2013.
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPRAD)	Presidente: Luiza Rosa Barbosa	Tem as funções de processamento administrativo disciplinar, sendo sua atribuição decorrente do poder disciplinar e correicional.	Portaria 548 R/GR/2015, de 20 abr. 2015
Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA)	Presidente: Maria Andreza Aparecida Polia	Operacionalizar a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB.	Resolução n° 34/2013 do CONSUNI
Comissão de Direitos Humanos	Presidente: Gustavo Barbosa de Mesquita Batista	Responsável pela defesa e promoção dos direitos humanos.	Portaria n° 974/2013 de 16 de MAR de 2013
Comissão Permanente de Licitação	Pregoeiros: Cecília Cordanilna Silva Suelle Cariele de Souza e Silva Marcelo Moura Nóbrega	Receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações.	Portarias: 01/2014/GAB/PRA; 04/201

			4/GAB /PRA; 10/201 4/GAB /PRA
Comissão Permanente de Melhoria do Ensino	Presidente: Ana Crisitna de Sousa Aldrigue	Órgão incumbido de integrar, acompanhar e criar programas e projetos voltados para o aperfeiçoamento e a inovação no ensino de graduação da UFPB.	Portaria R/GR/PROG EP/Nº 1733, de 21 de Nov. de 2012.
Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Presidente: Monica Dias Palitot	Tem por finalidade promover a melhoria da qualidade da educação superior.	Portaria nº 296/2015 de 10 de abr. de 2015.

Comissão de Bem-estar Animal	Presidente: Zélia Bora	Tem o objetivo de proteger os animais existentes no campus, sejam silvestres ou domésticos. Para isso, faz intervenções de caráter educativo no sentido de prevenir o abandono de animais no campus, contando com o apoio da comunidade em geral no sentido de "vigiar" para evitar o abandono de animais. Além disso, divulga à comunidade a possibilidade de adoção dos animais que atualmente permanecem dentro da UFPB. Quando necessário, a comissão entra com representação judicial e administrativa, para apurar maus tratos aos animais dentro do Campus.	Portaria n° 137/2015 de 04 de fev de 2015.
------------------------------	------------------------	--	--

4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

a) **Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quanto houver**

A Coordenação de Controle Interno (CCI) é a unidade de controle da UFPB, instituída em 1992, como órgão vinculado à Pró-Reitoria de Administração (PRA), conforme prescreve o Art. 36 do Regimento da Reitoria, de 05 de setembro de 1979. Somente em 24 de janeiro de 2002, esta Unidade de Controle Interno passa a ser vinculado ao Conselho Universitário, após aprovação do Regimento Interno desta Coordenação, conforme determina o Art. 1º da Resolução nº 02 do Conselho Universitário da UFPB.

A estrutura funcional da Coordenação de Controle Interno da UFPB está definida no Art. 4º do seu Regimento Interno, e é composta, atualmente, por sete servidores, sendo seis auditores e uma secretária.

A estratégia de atuação da Coordenação de Controle Interno em relação às Unidades Centralizadas e Descentralizadas se dá através de ações de auditoria previamente elaborada por esta Coordenação e estabelecida no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, o qual, conforme a Instrução Normativa CGU nº 24, de 17/11/2015, é analisado previamente pela Controladoria Geral da União – CGU e aprovado pelo Conselho Universitário da UFPB. Além disso, durante o procedimento de execução dos trabalhos, as ações são realizadas por meio de processos e extração de dados dos diversos sistemas do Governo Federal, como também a realização de trabalhos de campo, quando essenciais.

A CCI tem atuado dentro de sua competência regimental, definida nos incisos I a XV do Art. 5º, sendo sua função precípua de assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão com o objetivo de assegurar:

I - a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição, objetivando eficiência, eficácia e efetividade;

II - a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;

III - aos ordenadores de despesas a orientação necessária para racionalizar a execução da receita e despesa, com vistas à aplicação regular e à utilização adequada de recursos e bens disponíveis;

IV - aos órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira, informações oportunas que permitam aperfeiçoar essas atividades;

V - o cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição;

VI - a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição; e

VII - a interpretação de normas, instruções de procedimentos e de qualquer outro assunto no âmbito de sua competência ou atribuição.

b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão

Durante o ano de 2015, a CCI realizou ações, conforme citado no quadro abaixo, as quais foram registradas por meio de Relatórios de Auditoria ou de outras formas (planos ou pareceres), registrando neles, quando cabível, as constatações e recomendações.

Quadro 45 - Ações da Coordenação de Controle Interno no ano de 2015

Área		Ação	
1	Controles de Gestão	1.5	Elaboração do RAINT 2014
		1.6	Elaboração do PAINT 2016
		1.7	Análise e emissão de parecer sobre o Relatório de Gestão 2014
		1.8	Análise e emissão de parecer sobre as Tomada de Contas Especiais
		1.9	Monitoramento das recomendações da CGU
		1.10	Monitoramento das deliberações do TCU
Ações não planejadas		Suposta existência de servidores em desvio de função	
		Indício de irregularidades no setor de Transportes	

Fonte: Coordenação de Controle Interno

Outras atividades ligadas à área de “Controles de Gestão” foram realizadas, mas não resultaram em Relatórios de Auditoria, porém que são consideradas cumpridas, tais como: 1.1 – Atividades administrativas referentes à Coordenação de Controle Interno; 1.2 – Estudos de legislação e atividades voltadas à busca de conhecimento; 1.3 –

Prestação de apoio ao Sistema de Controle Federal, e 1.11 – Monitoramento das Recomendações de Auditoria emitidas pela CCI.

A elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) é uma atividade anual, em consonância com a Instrução Normativa SFC nº 01, de 03/01//2007, revogada pela IN CGU nº 24, de 17/11/2015, e visa apresentar os resultados dos trabalhos realizados pela Unidade de Auditoria Interna, referente ao exercício anterior. Dessa forma, o RAINTE 2014 reproduziu os trabalhos realizados pela Coordenação de Controle Interno no ano de 2014.

Assim como o RAINTE, a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT também é uma atividade anual, consoante a Instrução Normativa SFC nº 01, de 03/01//2007, revogada pela IN CGU nº 24, de 17/11/2015, e visa planificar as atividades da Unidade de Auditoria Interna para um período de 1 (um) ano. Assim, a elaboração do PAINT 2016 visou planejar as atividades a serem executadas no ano de 2016.

Em relação à análise e emissão de parecer sobre o Relatório de Gestão, esta decorre em função do § 6º, art. 15 do Decreto 3.591/2000, e objetivou verificar se o conteúdo e a estrutura do referido relatório obedeceram as normas existentes em relação à matéria.

No tocante à análise e emissão de parecer sobre as Tomadas de Contas Especiais, esta ação igualmente encontra respaldo no normativo citado no parágrafo anterior. Foi analisado e emitido parecer em diversos processos de Tomadas de Contas Especiais encaminhados pela Comissão de Tomada de Contas Especial.

A auditoria de monitoramento das recomendações da Controladoria Geral da União teve como objetivo verificar o cumprimento das recomendações efetuadas por esta, com vistas a confirmar se foram adotadas as medidas saneadoras para cumprimento das recomendações feitas por aquele Órgão Controlador.

Já a auditoria de monitoramento das deliberações do Tribunal de Contas da União teve como escopo verificar o cumprimento das determinações do TCU, com vistas a verificar se foram implementadas as medidas necessárias ao fiel cumprimento das determinações feitas por aquela Corte de Contas. Foram analisados todos os 15 (quinze) acórdãos de 2014 prolatados pelo TCU em relação à UFPB.

No que tange os dois últimos trabalhos do quadro acima, estes trataram de auditorias para apuração de denúncias; a primeira em cumprimento ao expediente enviado pela CGU, solicitando da UFPB a apuração de denúncia sobre suposta

existência de servidores em desvio de função e a segunda, em virtude de demanda da Ouvidoria Geral da UFPB, sobre possível acometimento de irregularidades no setor de Transportes.

c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade

O PAINT 2015 foi executado parcialmente, tendo em vista os dois fatores citados abaixo, os quais afetaram consideravelmente as atividades que seriam realizadas pela CCI nesses períodos.

- Mudança de titularidade na Coordenação de Controle Interno - CCI, ficando esta sem um coordenador responsável pela Unidade no período de 23/03 a 14/05/2015; e
- Com duas semanas após a indicação do substituto e a respectiva publicação da portaria no Diário Oficial da União, ocorrido em 14/05/2015, houve na Instituição a deflagração de greve dos servidores técnico-administrativos em 28 de maio de 2015, a qual durou até 07 de outubro daquele ano.

O quadro abaixo traz um comparativo entre as atividades planejadas e as efetivamente realizadas.

Quadro 46 - Atividades planejadas e as efetivamente realizadas pela CCI

ÁREA	Quant. Planejada	Quant. Realizada
Controles de Gestão	12	10
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	4	0
Gestão Orçamentária	1	0
Gestão Financeira	1	0
Gestão Patrimonial	1	0
Gestão de Pessoas	2	0
Ações não previstas (denúncias)	0	2
TOTAL	21	12

Fonte: Coordenação de Controle Interno

Demonstra-se, nos quadros seguintes, os trabalhos realizados pela CCI, dentre os quais se destacam a análise e emissão de parecer em 15 processos de Tomadas de Contas Especiais, por força do § 6º, art. 15 do Decreto 3.591/2000, além de duas auditorias não previstas no PAINT que demandaram atuação desta Coordenação, com vistas à apuração de denúncias recebidas.

Quadro 47 - Área: 1 – Controles de Gestão

Nº da Ação	Ação	Nº Relatório	Constatações	Providências Adotadas
1.10	Monitoramento das Deliberações do TCU	2015001	<p>1 Observar todos os requisitos inerentes ao Processo Administrativo, principalmente no que tange à numeração sequencial e às rubricas, em harmonia com o Artigo 22, § 4 da Lei 9.784/1999</p>	<p>Implementada – foi respondido que a Unidade prima pelo cumprimento das normas e assim tem procedido com relação à Lei 9.784/1999, que trata das normas básicas do processo administrativo. Enquanto à numeração sequencial e as rubricas, informou que com a implantação do SIPAC essa questão foi totalmente solucionado.</p>
			<p>2.1 Atender aos prazos estipulados pelo TCU para correção ou lançamento dos atos impugnados pela Corte de Contas, de modo a evitar a aplicação da penalidade prevista no artigo 58, Inciso IV, da Lei 8.443/92</p>	<p>Implementada – A Progep, por meio do Processo nº 23074.004361/2016-93, informou que tem realizado o atendimento das diligências dentro dos prazos estipulados pelo TCU e que vem aperfeiçoando sua sistemática de trabalho com demandas do TCU.</p>
			<p>2.2 Implementar orientações/procedimentos padronizados com vistas a assegurar o fiel cumprimento das deliberações do TCU, evitando a possibilidade de caracterização da responsabilidade solidária da autoridade administrativa, nos termos do artigo 262, caput, do Regimento Interno do TCU</p>	<p>Atendida, tendo em vista que a Unidade afirma ter fluxos e orientações padronizadas para atendimento das demandas do Tribunal de Contas, com vistas a assegurar o fiel cumprimento das deliberações do TCU.</p>
			<p>2.3 Realizar atos do processo administrativo apenas por agentes que possuem a competência legalmente estabelecida, a exemplo dos servidores e agentes públicos, conforme reza o artigo 22, § 1º da Lei 9.784/1999</p>	<p>Cumprida – foi informada pela PROGEP que os atos formais são emitidos por servidores com competência para emissão de tais atos.</p>

Fonte: Coordenação de Controle Interno

Relação dos processos de Tomadas de Contas Especiais analisados, com a respectiva análise e emissão de parecer pela CCI:

Quadro 48 - Processos de Tomadas de Contas Especiais analisados, com a respectiva análise e emissão de parecer pela CCI

Nº do Processo	Convênio/Contrato	Parecer Nº	Providências Adotadas
23074.041850/2014-11	Conv. 209/2006	01/2015	Encaminhado à CGU em 03/03/2015
23074.041844/2014-56	Conv. 219/2007	03/2015	Encaminhado à CGU em 10/04/2015
23074.041835/2014-65	Conv. 225/2007	04/2015	Encaminhado à CGU em 10/04/2015
23074.041821/2014-41	Conv. 227/2007	05/2015	Encaminhado à CGU em 07/05/2015
23074.041839/2014-43	Conv. 223/2007	06/2015	Encaminhado à CGU em 19/05/2015
23074.041817/2014-83	Conv. 214/2006	07/2015	Encaminhado à CGU em 26/05/2015
23074.041854/2014-91	Conv. 233/2007	08/2015	Encaminhado à CGU em 26/05/2015
23074.041798/2014-95	Conv. 222/2007	09/2015	Encaminhado à CGU em 09/06/2015
23074.069782/2014-47	Conv. 170/2002	10/2015	Encaminhado à CGU em 03/07/2015
23074.058640/2014-54	Conv. 147/2008	11/2015	Encaminhado à CGU em 20/07/2015
23074.041810/2014-61	Conv. 220/2007	12/2015	Encaminhado à CGU em 27/07/2015
23074.041801/2014-71	Conv. 232/2007	13/2015	Encaminhado à CGU em 21/09/2015
23074.041830/2014-32	Conv. 224/2007	14/2015	Encaminhado à CGU em 13/10/2015
23074.041828/2014-63	Conv. 229/2007	15/2015	Encaminhado à CGU em 14/10/2015
23074.070462/2014-30	Conv. 129/2003	16/2015	Encaminhado à CGU em 17/11/2015

Fonte: Coordenação de Controle Interno

Quadro 49 - Área: ações não previstas no PAINT (denúncias)

Processo	Teor da denúncia	Resultado	Situação atual do Processo
23074.049930/1	Possíveis irregularidades	Não foram confirmados os fatos narrados na denúncia,	Devolvido à Ouvidoria para conhecimento do

5-98	na gestão de Transportes	porém foram evidenciadas outras impropriedades pela equipe de auditoria, conforme citadas no Relatório de Auditoria Especial nº 2015003	resultado e adoção de providencias de sua competência
23074.039031/15-87	Suposta existência de servidores em desvio de função	<p>Com base na verificação no teor da denúncia, foi confirmado pela equipe de auditoria que há indícios de que a ela procede em parte, tendo em vista que:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Alguns servidores da UFPB e do HULW de fato ingressaram na justiça; b) Há várias sentenças judiciais julgadas procedentes em favor dos servidores, tanto do HULW como da UFPB; c) O HULW está tomando providências de forma gradativa para retirar os servidores da condição de desvio; d) A UFPB informou que está adotando providências em relação à denúncia, uma vez que no ano de 2013 tomou a iniciativa de emitir o Memo Circular nº 003/R/GR para sanar os desvios. <p>Resultado extraído do Relatório de Auditoria Especial nº 2015002.</p>	Processo encaminhado ao Gabinete da Reitora para dar conhecimento e providências cabíveis

Fonte: Coordenação de Controle Interno

d) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

Não houve modificações na estrutura organizacional da Unidade de Auditoria Interna no exercício de 2015.

4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPRAD) é uma estrutura vinculada ao Gabinete da Reitora a quem poderá ser atribuída as funções de processamento administrativo disciplinar, conforme portaria de instalação e designação emitida pelo(a) reitor(a). Todavia, a CPPRAD possui regulamentação específica, que no caso é a Resolução 26/2013 do CONSUNI, sendo sua atribuição decorrente do poder disciplinar e correcional do próprio Reitor a quem compete nomear Comissões Permanentes ou Temporárias no sentido de apurar faltas disciplinares conforme Estatuto da UFPB, Resolução nº 07 de 2002 do CONSUNI.

Designada pelo Reitor, a esta Comissão compete o acompanhamento das atividades de sindicância e processo administrativo disciplinar, de acordo com a Lei nº 8.112 de 1990, arts. 143 a 182, o Regimento Geral da UFPB, arts. 199 até 213 e a Resolução nº 04/2002 do CONSUNI, que regulamenta o andamento dos processos administrativos no âmbito da UFPB. A atual CPPRAD encontra-se sob a presidência da professora Dra. Luiza Rosa Barbosa de Lima, conta com dois servidores técnico-administrativos advogados e dois estagiários do curso de direito da UFPB, quantitativo este insuficiente diante da grande demanda do setor, incluindo atividades administrativas e processuais disciplinares, conforme será discriminado nos tópicos seguintes.

O Sistema de Correição da UFPB gira em torno da própria função hierárquica e disciplinar do cargo de Reitor, a quem compete a instalação dos Processos Administrativos Disciplinares e a decisão final para a aplicação de diversas penalidades, ressalvadas as hipóteses de atribuição disciplinar do próprio Ministério da Educação e da Presidência da República.

Às Comissões processantes designadas pela reitoria compete:

1. Autuar e instruir os processos administrativos disciplinares para apurar os fatos em que são aplicáveis as penalidades de suspensão de 30 a 90 dias, demissão de professores e servidores técnico-administrativos, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargos de confiança e de função comissionada. As penas de advertência e de suspensão até 30 dias são da competência da chefia imediata e dos Centros, respectivamente.

2. Autuar e instruir os processos administrativos disciplinares para apurar os fatos que importem em desligamento do discente do curso ao qual se encontra vinculado.

3. Emitir certidões negativas de processamento administrativo Disciplinar para os professores e técnicos administrativos que as requeram, para fins de aposentadoria, nomeação em cargo ou função pública e cessões ou remoções.

Na CPPRAD são desenvolvidas funções administrativas, processuais disciplinares e alimentação do sistema CGU/PAD.

Quanto às funções administrativas, os servidores fazem uso do Sistema interno da UFPB SIPAC, movimentando e criando processos, elaboram memorandos de resposta, pareceres e emitem certidões negativas. Em 2015, foram expedidos pela CPPRAD, até a presente data:

- 146 memorandos
- 58 pareceres
- 92 certidões negativas

Quanto às funções processuais disciplinares, em 2015 até a presente data:

- Foram instaurados nove procedimentos disciplinares, sendo cinco Processos Administrativos Disciplinares e quatro Processos de Investigação Preliminar.
- Dos 108 processos envolvendo denúncias de suposta acumulação irregular de cargos, foram concluídos e devolvidos à unidade de origem 46 processos.

Quanto à função de alimentação do sistema CGU/PAD:

- Em 2015 foram cadastrados e mantidos atualizados nove procedimentos disciplinares instaurados:

Processo **23074.004655/11-05** – Processo Administrativo Disciplinar, instaurado em 28/07/15, para apurar denúncia de venda irregular de veículos pertencentes ao patrimônio da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FUNAPE) da UFPB. O relatório final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar concluiu pela responsabilidade do servidor Walmir Rufino da Silva, sugerindo, para o caso, a aplicação da pena de advertência, embora prescrita. O PAD foi concluído e encaminhado para a autoridade julgadora em 01/12/15.

Processo **23074.004319/2010-19** – Processo Administrativo Disciplinar, instaurado em 28/07/15, para apurar denúncia de uso de documento falso (Diploma de Mestrado) com o objetivo de obter vantagem ilícita (Incentivo à Qualificação). O relatório final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar concluiu pela responsabilidade da servidora Jocelina da Costa Almeida por improbidade administrativa, sugerindo, com base nas atenuantes, pena de 90 dias de suspensão. O PAD foi concluído e encaminhado para a autoridade julgadora em 02/12/15.

Processo **23074.039665/15-30** – Processo Administrativo Disciplinar, instaurado em 16/09/2015, para apurar denúncia contra servidor em virtude de implantação de gratificação a que não fazia jus em seu próprio contracheque com o objetivo de obter vantagem ilícita. O relatório final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar concluiu pela responsabilidade do servidor Denilson Rocha de Albuquerque por crime contra a administração pública, sugerindo, com base nas atenuantes, pena de 90 dias de suspensão. O PAD foi concluído e encaminhado para a autoridade julgadora em 20/01/16.

Processo **23074.027786/12-15** – Processo Administrativo Disciplinar, instaurado em 16/09/2015, para apurar denúncia de irregularidades na contratação e execução de contrato de restaurante para fornecimento de alimentação a mesários e escrutinadores que trabalharam no 1º turno das eleições para Reitor e Vice-Reitor, realizado em 16/05/2012, cuja obrigação pelo pagamento do fornecimento de alimentos foi transferido à Fundação José Américo, fundação de apoio da UFPB, sem qualquer respaldo jurídico. O processo encontra-se na fase de elaboração de relatório final.

Processo **23074.025230/13-48** – Processo Administrativo Disciplinar, instaurado em 29/10/2015, para apurar denúncia constante no Relatório de Auditoria da CGU – RA2012033000, no tocante à aquisição de carteiras escolares, por intermédio de “carona”, aquisição esta realizada pelo Pró-Reitoria de Administração da UFPB, cujos valores apresentaram sobrepreço no montante total de R\$ 232.500,00. O processo encontra-se na fase de instrução.

Processo **23074.031263/2013-81** – Procedimento de Investigação Preliminar com a finalidade de coletar elementos para subsidiar a decisão quanto à instauração (ou não) de sindicância, inclusive patrimonial, ou processo administrativo disciplinar, sobre o fechamento da Casa do Livro e destinação do seu acervo patrimonial. Esta Comissão, com base no que foi apurado, entende como presentes indícios fortes de cometimento de irregularidades por parte do servidores públicos, direta ou indiretamente envolvidos,

passíveis de ser apurada. No curso das averiguações em que esta Comissão procurou apurar a veracidade dos fatos denunciados com lisura e imparcialidade, constatou-se que os fatos apontados na denúncia constituíam matéria de indiciamento, pelo que se sugere a instituição de uma comissão de processo disciplinar (PAD) para as providencias legais.

Processo **23074.035307/2015-58** – Procedimento de Investigação Preliminar com a finalidade de coletar elementos para subsidiar a decisão quanto à instauração (ou não) de sindicância, inclusive patrimonial, ou processo administrativo disciplinar, para apurar suposta falsificação de contracheques por parte dos públicos, direta ou indiretamente envolvidos, esta Comissão, com base no que foi apurado, sugeriu, após apurar a veracidade dos fatos denunciados com lisura e imparcialidade, que, não tendo havido prejuízo ao erário e nem indícios ou provas de que os contracheques foram alterados por servidor ou órgão interno desta Universidade, sugeriu que o presente procedimento fosse ARQUIVADO, após a manifestação da Procuradoria Jurídica atuante junto à UFPB.

Processo **23074.024930/2014-02** – Procedimento de Investigação Preliminar com a fim de coletar elementos para subsidiar a decisão quanto à instauração (ou não) de sindicância, ou processo administrativo disciplinar (PAD), sobre faltas cometidas pelo Prof. Eleonidas Moura Lima. Esta Comissão, com base no que foi apurado, entendeu que há indícios suficientes para abertura de sindicância acusatória, ou processo administrativo disciplinar (PAD), em desfavor do investigado, devendo o mesmo ser indiciado pela transgressão ao inciso XI do Art. 116 e ao inciso V do Art. 117, todos da Lei nº 8.112/90;

Processo **23074.031266/2013-70** – Procedimento de Investigação Preliminar com a fim de coletar elementos para subsidiar a decisão quanto à instauração (ou não) de sindicância, ou processo administrativo disciplinar (PAD), sobre ISBN's inválidos. Com base no que foi apurado, entende-se como presentes indícios fortes de acometimento de irregularidades por parte dos servidores públicos, direta ou indiretamente envolvidos, passíveis de ser apurada. O relatório final da comissão de investigação preliminar sugeriu a abertura de um PAD ou sindicância contraditória.

4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

É importante apresentar a sistemática e organização da governança na UFPB, destacando como se dividem as instâncias administrativas institucionais, as ações empreendidas pelo controle e auditoria interna, a apuração de infrações administrativas e ilícitos de maneira geral, mormente para o aprimoramento da gestão institucional.

Ressalte-se que o delineamento do procedimento de gestão de riscos passa por diversas etapas, dentre elas o encaminhamento para o auditor-chefe que opine acerca da sistemática de controle de riscos adotada pela instância administrativa executora. Com destaque a aferição da adequação e a efetividade dos controles internos administrativos da IFES. Nos últimos anos (2013-2015) mostrou-se mais proeminente a necessidade de acompanhamento e o controle sobre a suficiência dos recursos financeiros e materiais tendo em vista a arrecadação deficitária do Governo Federal e repasse dissonante aos valores liquidados para pagamento.

Há um esforço constante na garantia da autonomia nas ações de controle e fiscalização do auditor-chefe com o intuito de exercer o escopo dos trabalhos e aplicar as técnicas necessárias para a consecução dos objetivos de auditoria, sem que haja qualquer confusão entre as atribuições de auditoria interna e ações de competências dos gestores da instância administrativa.

Para os próximos exercícios, é imperioso que seja delimitada a atuação e ações da auditoria interna por meio de uma política formalizada de desenvolvimento das atribuições da auditoria interna da UFPB, minorando eventual conflito de interesses, e promovendo a imparcialidade dos auditores internos.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A UFPB possui dois canais de acesso ao cidadão, que são: o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), para fins de solicitações de informações, e a Ouvidoria, para fins de reclamações, denúncias e sugestões.

De acordo com os relatórios estatísticos do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), entre os anos de 2012 e 2015, a UFPB recebeu 525 pedidos, sendo 68 em 2012, 111 em 2013, 160 em 2014 e 186 em 2015. Apesar desse aumento, o tempo médio de resposta diminuiu ao longo do período: em 2012 a média de resposta era de 227 dias, diminuindo para uma média de 25,90 dias em 2015 (ver quadro abaixo).

Das 63 Universidades Federais, a UFPB foi a sexta com maior número de pedidos em 2015. Em 2012, foi a 16ª; em 2013, 16ª; em 2014, 10ª, o que demonstra um crescimento nos pedidos tanto em número quanto em comparação com as Universidades Federais.

Quadro 50- Evolução dos pedidos informação e repostas do SIC - 2012 a 2015

ANO	Quantidade de Pedidos	Tempo Médio de Respostas (em dias)	Média de Pedidos (em dias)	Crescimento no Número de Pedidos
2012	68	227,26	8,50	–
2013	111	50,59	9,25	63,24%
2014	160	31,09	13,33	44,14%
2015	186	25,90	15,50	16,28%

Fonte: Relatórios E-SIC, disponíveis em:

http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html

O outro canal de acesso ao cidadão, a Ouvidoria-geral da UFPB, criada pela Resolução 06/1998 do CONSUNI e alterada pela Resolução 26/2011, também do mesmo Órgão Superior, tem como missão: I - receber e apurar a procedência de reclamações ou denúncias que lhe forem dirigidas por membro da comunidade universitária ou da comunidade paraibana em geral; II - recomendar a anulação ou a correção de atos contrários à legislação ou às regras de boa administração, encaminhando representação, quando necessário, aos órgãos competentes da administração superior; III - propor ao Reitor a instauração de processo administrativo

disciplinar, quando necessário, nos termos da legislação em vigor; IV - propor a edição, alteração e revogação de atos normativos internos, com vistas ao aprimoramento acadêmico e administrativo da Instituição; V - sugerir, às diversas instâncias da administração universitária, medidas de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Instituição; VI - elaborar e apresentar relatório anual de suas atividades ao Conselho Universitário; VII - prestar informações e esclarecimentos ao Conselho Universitário, quando convocado para tal fim. Parágrafo único. No exercício das atribuições previstas neste artigo, o Ouvidor Geral deverá: I - receber reclamações e denúncias anônimas, somente se justificáveis as razões do anonimato; II - recusar como objeto de apreciação as questões pendentes de decisão judicial; III - rejeitar e determinar o arquivamento de reclamações e denúncias manifestamente improcedentes, mediante despacho fundamentado.

No ano fiscal de 2015, a Ouvidoria-geral atendeu as mais diversas demandas da Comunidade Acadêmica da UFPB e fora dela, ou seja, do Corpo docente, Corpo discente, Corpo de servidor técnico administrativo e Comunidade externa. Através dos canais de comunicação abertos à comunidade, tais como: Linha exclusiva de telefonia fixa (83-3216.7998), Mensagem eletrônica (e-mail: ouvidoria@ufpb.br), Carta-denúncia e Visitas in-loco (com formalização de abertura de processos) na Ouvidoria-geral da UFPB, no Prédio da Reitoria – Campus I – João Pessoa/PB.

Acerca do número total de processos em 2014, foram abertos 110 processos físicos, já em 2015 foram abertos 165. Um quantitativo superior em relação ao ano anterior (2014), aumentou de 55 processos, configurando assim, 33,3% a mais em relação ao base-referência.

Dos processos abertos pela a Ouvidoria em 2015, destes 43, foram Resolvidos, com um percentual de 26,1%; Já 44 foram Encerrados (casos improcedentes, casos sem solução para o requerente em função das leis, normas e resoluções, solicitações intempestivas, reclamações infundadas, dentre outros), perfazendo um percentual de 26,6%; e 78 encontra-se em Trâmite, configurando um percentual de 47,3%.

Quadro 51 - Processos da Ouvidoria (2014-2015)

	2014	2015
Resolvidos	41	43
Encerrados	44	44
Trâmite (pendentes)	25	78
TOTAL	110	165

Fonte: Dados da Ouvidoria (2015)

Em relação ao segmento atendido, tem-se a seguinte estratificação: 35,7% atendimento à Comunidade externa à UFPB; 18,7% atendimentos ao Corpo docente; 37,5% atendimentos ao Corpo discente e 35,7% ao Corpo técnico administrativo.

O instrumento tradicional e muito importante, “Carta-denúncia” foi pouco utilizado, talvez, devido ao seu caráter físico, se comparado aos meios eletrônicos, pois teve um total de oito solicitações, sendo todas atendidas plenamente, ou seja, 100% da demanda atendida.

Outro canal de atendimento de acesso à Ouvidoria, “Telefone”, também muito importante, chegou a um montante de 379 acolhimentos. Destes, apenas 23 transformaram-se em Processos físicos. Ou seja, apenas 13,9%. Esse percentual aponta para uma solução imediata de 86,1%. Ao receber a ligação, seja o Ouvidor ou o Secretário, faz-se o registro da demanda, entra em contato com o Setor citado pelo usuário e na sequência, após possível solução, retornamos ao demandante com o resultado/solução da solicitação.

Já o Atendimento via endereço eletrônico (e-mail), teve um total de 278 acolhimentos. Todos, sem exceção, devidamente respondidas e com as demandas, em sua maioria, satisfeitas, e em tempo, quase, real. Ou seja, em no máximo cinco dias deu-se o retorno ao usuário. Afirma-se que em sua maioria com o atendimento satisfatório, pois apenas 46 foram encerrados sem o pleno atendimento, haja vista serem solicitação sem fundamento e/ou de forma intempestiva como já afirmado anteriormente. Como por exemplo: aumento de margem para empréstimo consignado; matrícula de disciplina no final de semestre; validação de diploma de áreas não conexas; pedido de transferência de Centro; pedido por parte de discente de informação considerada sigilosa, dentre outros. Ou seja, tem-se um percentual de 16,5% de “não-atendimento” em função da própria impossibilidade do pleito. Logo, no Item Atendimento Eletrônico, a Ouvidoria-geral da UFPB, teve um percentual de acolhimento com sucesso em 2015 de 84,5%.

Em termos gerais, o NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTO da Ouvidoria-geral da UFPB foi de 1.244 acolhimentos registrados. Destes, pode-se subdividir em quatro canais, quais sejam: Carta-denúncia, total de oito - perfazendo 0,66%; Comunicação Eletrônica (e-mail), total de 278 – perfazendo 22,34%; Visita In-loco, total de 579 – perfazendo 46,54%; e Ligações telefônicas 379 – perfazendo 30,46%.

É imperativo, ainda, expor que houve dezenas de visitas In-loco à Ouvidoria-geral, por todos os segmento já mencionados, para “oitivas diversas” e que não geraram

Processos e/ou desdobramentos outros, pois a solução para as demandas foram resolvidas em tempo real, seja por conversas-explicativas; seja por contatos telefônicos mantidos com os setores e/ou agentes capazes de resolver/atender de forma satisfatórias as demandas oriunda do usuário que encontrava-se em momentos específicos na sala da Ouvidoria-geral.

5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A carta de serviços ao cidadão foi elaborada em 2012 e sua divulgação se dá através do site da UFPB, no link “Carta de Serviço ao Cidadão”, disponível em: <http://www.ufpb.br/content/carta-de-servicos-ao-cidadao>

5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) preceitua a avaliação democrática, participativa e formativa. Nessa perspectiva, a autoavaliação institucional deve ser compreendida como um processo que aborda a participação social, o reconhecimento da pluralidade de concepção dos procedimentos avaliativos e a discussão dos significados políticos.

O objetivo geral da CPA na UFPB é avaliar a Instituição, de forma que se construa o conhecimento e a reflexão sobre o conjunto de atividades realizadas, propiciando a identificação das carências e fortalecendo a consciência e capacidade crítica da comunidade acadêmica. Lembrando que este processo proporciona uma abertura de diálogo entre os diferentes segmentos que integram a UFPB.

Para tanto, se fez necessário seguir alguns objetivos estratégicos para o desenvolvimento institucional da UFPB, e postos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB 2014-2018, quais são: consolidar os avanços acadêmicos, estruturais e administrativos alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); ampliar e consolidar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, particularmente no que se refere à internacionalização; estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica; promover a interação com o setor produtivo; concluir a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-

UFPB), disseminando sua utilização em todas as instâncias institucionais; consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB; promover a participação da comunidade na alocação dos recursos, por meio do modelo de Universidade Participativa; promover a reformulação do estatuto da UFPB, com vistas a abrigar a nova configuração da instituição.

Na busca de alcançar os objetivos supracitados foi criado em 2015, já sob a presidência da professora Mônica Dias Palitot, o NÚCLEO DE PROJETOS DA CPA-UFPB, ideia inovadora e inédita no Brasil. Este Núcleo tem por objetivo estimular a participação da comunidade acadêmica na CPA. Através do Edital 03/2015 foi oferecido a oportunidade aos docentes dos quatro campi da UFPB de enviarem projetos relacionados aos Eixos 2, 3 e 5, sendo que os projetos selecionados teriam direito a bolsas de estágios para os alunos selecionados.

Como método, além da pesquisa documental, bem como também foram aplicados instrumentos a todos os segmentos acadêmicos: Docentes, Discentes e Servidores Técnico-administrativos da UFPB, no decorrer dos meses de outubro e novembro de 2015, sendo a amostra escolhida de forma aleatória e por conveniência. Neste momento as pesquisas ocorreram nos Centros de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Educação (CE) e Centro de Ciências Jurídicas (CCJ). Com o retorno da greve dos servidores técnico-administrativos e dos docentes, os instrumentos tiveram de ser aplicados pessoalmente, devido às questões de logística e tempo escasso para o final do semestre e do ano letivo. Foram então aplicados 167 instrumentos de forma presencial.

O instrumento utilizado para verificar a percepção dos sujeitos, quanto ao quesito Responsabilidade Social, foi um questionário e teve por base a Escala Likert, esta foi desenvolvida por Rensis Likert para mensurar atitudes no contexto das ciências comportamentais. A escala de verificação de Likert consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância. (SILVA JUNIOR; COSTA, 2014).

Os resultados foram analisados através de um pacote estatístico e observou-se que, com relação aos servidores técnico-administrativos, ocorre uma percepção de satisfação quanto à política de gestão implantada na UFPB.

Na amostra com os docentes, questões referentes a políticas de gestão, tais como: banco de equivalência, há uma predominância de uma visão positiva, bem como a questão da política de qualificação docente na instituição também está, segundo eles,

atendendo seu objetivo de desenvolvimento de ações que fomentem a formação continuada. Contudo, a maioria discordou totalmente quanto à questão do apoio que os docentes vêm recebendo da instituição para trabalhar a inclusão de pessoas com deficiência.

Para os discentes da pesquisa, na quase totalidade dos quesitos relacionados à responsabilidade social e gestão, consideram o item “concordo parcialmente” como predominante, posteriormente segue a resposta “indiferente” como a mais presente. Demonstrando assim que, embora haja algumas restrições com relação às políticas de gestão e responsabilidade social implementadas na instituição, os estudantes consideram estes satisfatórios.

Para a aplicação destes instrumentos, a maior dificuldade encontrada foi o curto espaço de tempo, tendo em vista a greve que teve duração de quatro meses e com ela a paralisação de todos os setores. Contudo, neste ano de 2016, os instrumentos já estão disponíveis no site da CPA (www.ufpb.br/cpa) e se espera a participação de toda comunidade acadêmica.

A partir dos resultados está sendo concluído um relatório final que será enviado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e publicado também na página da CPA para que toda sociedade tenha acesso ao mesmo.

5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Como caminho de acesso às informações referentes à atuação da UFPB, tem-se o site da UFPB, com links de acesso ao sistema e-SIC, Ouvidoria, bem como a documentos de prestação de cotas (Relatório de Gestão), documentos de planejamento institucional (PDI), dentre outros. Além disso, são disponibilizados telefones e e-mail para contato. São eles:

- **Acesso ao SIC:**

<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>

Telefone: (083) 32167066

E-mail: sic@ufpb.br

• Acesso a documentos de prestação de contas da UFPB e documentos do Planejamento Institucional:

<http://www.ufpb.br/transparencia-ufpb>

Telefone: (083) 3216-7961

E-mail: marcelosobral@proplan.ufpb.br

• Acesso à Ouvidoria:

<http://www.ufpb.br/ouvidoria/>

Telefones: 32167998 e 32167200

E-mail: ouvidoria@ufpb.br

5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

No que se refere ao "Relacionamento com a Sociedade", o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) tem atuado diretamente junto ao órgão fiscalizador de acessibilidade (no caso arquitetônica) dentro da UFPB, que é a Prefeitura Universitária, para que todos os projetos sejam elaborados contemplando as exigências da Lei 10.098/2000 e o Decreto 5.296/2004, bem como os demais documentos legais que tratam de acessibilidade.

No que se refere à acessibilidade de comunicação, tem-se atuado em parceria direta com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) para tornar as páginas da UFPB acessíveis à todas as pessoas com todo o tipo de deficiência. No próprio Comitê, todos os materiais publicados na página do CIA são produzidos também em braile e há um interprete de libras de plantão todos os dias nos três turnos para atender as demandas da comunidade acadêmica surda.

Com relação à acessibilidade atitudinal tem-se promovido campanhas internas de conscientização para que sejam respeitados todos os direitos das pessoas com deficiência. Durante o mês de setembro de 2015 estivemos em todos os setores e salas de aula da UFPB (campus I e CTDR), onde estagiários do CIA e estudantes com

deficiência da UFPB foram divulgar o trabalho do CIA e mobilizar a comunidade acadêmica para que os seus direitos sejam respeitados.

Com relação à acessibilidade pedagógica, o CIA tem uma parceria direta com as coordenações de cursos para que seja construído um ambiente pedagógico com metodologia e didática acessíveis as deficiências dos estudantes assistidos. Contamos também com os serviços do NEDESP e do Setor Braille para a produção dos materiais dos estudantes com deficiência visual. Temos, no quadro atual, cinco interpretes de LIBRAS para atuar junto a docentes e estudantes (graduação e pós-graduação) na mediação das pessoas surdas da comunidade acadêmica.

De todas as áreas em que atuamos, reconhecemos que os progressos mais lentos se referem à acessibilidade arquitetônica, o que tem provocado inúmeras reuniões com a Prefeitura Universitária, no sentido de pressionar os responsáveis a fim de que as obras sejam executadas de acordo com a NBR 9050/2015 e que sejam realizados pregões a fim executarmos a construção da rota externa acessível para deficientes visuais (6 km) no campus I.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

A implantação dos módulos Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) inegavelmente fomenta uma gestão financeira mais eficiente com uma maior compreensão das metas propostas promovendo a projeção de alternativas às soluções ortodoxas no exercício da gestão administrativa.

Ao longo de 2015 criou-se o comprometimento com a necessidade capacitação de recursos humanos, mormente, em relação ao aprimoramento dos processos administrativos contábeis, pelo monitoramento entre as equipes em prol da melhoria das condições laborais e aprimoramento do fluxo de trabalho. A percepção das dificuldades oferece a oportunidade para verificação das variáveis envolvidas como forma de aprimoramento dos procedimentos administrativos, dentre as quais se destaca a necessidade da implantação dos demais módulos SIPAC tornando o processo administrativo mais célere. Como meta para os próximos anos almeja-se a virtualização dos processos administrativos.

No tocante ao fluxo financeiro, perceberam-se duas dificuldades exógenas, quais sejam: i) repasse dos recursos financeiros em descompasso aos valores devidamente liquidados no SIAFI; ii) aprovação e respectivo detalhamento tardia da Lei Orçamentária Anual. Assim como duas dificuldades endógenas, mormente, em relação à necessidade de virtualização dos processos administrativos, e principalmente, o impacto negativo em decorrência da greve dos servidores técnicos-administrativos desta IFES. Como forma de sanar a limitação interna, a Pró-reitoria de Administração (PRA) empreende esforços diuturnos na promoção da celeridade dos processos administrativos. No tocante à greve dos servidores, percebeu-se que o funcionamento em cerca de 20% da capacidade administrativa afetou negativamente o desempenho, a exemplo da quantidade de itens licitados. Ainda que, num estudo preliminar, sugere-se que tal quantitativo tenha sido compatível com a capacidade administrativa ao longo do período de greve em comparação aos anos anteriores.

No que concerne à primeira dificuldade externa, identificou-se que os repasses de recursos financeiros se deram uma ou duas vezes no mês e em 40% do valor liquidado no SIAFI tomando-se como data-base cerca de cinco dias antes do efetivo repasse. Tal sistemática adotada pelo MEC acarreta uma forte tendência à acumulação

de obrigações contábeis e eventuais atrasos de pagamentos aos fornecedores. Pelas regras de contabilidade pública, as obrigações contábeis devem ser quitadas seguindo a ordem cronológica de apropriação.

Em razão da limitação exógena imposta a esta IFES tornou-se necessária estabelecer uma metodologia de execução de recursos financeiros, primeiramente, de modo a evitar encargos financeiros diversos. Ou seja, quitam-se as despesas em que esta IFES potencialmente incorreria em multas ou atualizações financeiras de qualquer natureza, mês-a-mês. Secundariamente, obrigações de ordem social trabalhista, e tributos e taxas públicas. Assim, seguindo a ordem cronológica de apropriação para as demais obrigações contábeis assumidas pela instituição.

A segunda limitação externa promoveria atrasos na execução orçamentária, entretanto, com a devida preparação e planejamento de execução orçamentária essa limitação mostrou-se diminuta, sem efeitos concretos na avaliação geral de desempenho. Essa limitação promoveu apenas um mal-estar no atendimento de demandas institucionais por usuários que pouco compreendem a sistemática de execução orçamentária, agravada pelo descompasso entre o detalhamento de crédito orçamentário e o repasse de recursos financeiros. Assim, quanto mais tardia a aprovação da lei orçamentária, mais tardiamente iniciou-se a execução de recursos orçamentários institucionais.

Ao realizar uma análise crítica do desempenho da gestão institucional sob a perspectiva de execução de recursos financeiros, acredita-se que, diante das limitações impostas, principalmente, de ordem exógena (sem qualquer ingerência institucional), é pouco provável se verificar um cenário melhor de execução dos recursos financeiros. Espera-se que, em 2016, haja um detalhamento de crédito orçamentário com a maior brevidade possível para que as demandas do primeiro quadrimestre sejam atendidas em tempo hábil.

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão

A UFPB, no tocante aos instrumentos e fontes de captação de recursos com foco em sua atividade fim (ensino, pesquisa e extensão), trabalha tanto com a captação mediante as receitas próprias, bem como com órgãos de fomento, ministérios, secretárias dos três entes federativos.

Destarte, a UFPB busca apoiar as suas unidades e/ou servidores no tocante a operacionalização do trâmite necessário para a efetivação dos processos de descentralização dos recursos frente aos órgãos competentes.

6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

A alocação dos recursos oriundos da captação é realizada de acordo com o projeto de captação realizado junto aos órgãos de fomento, o mesmo acontecendo em relação às receitas próprias, a destinação é realizada de acordo com a unidade que fez a captação do recurso.

6.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

A UFPB vem implementando um sistema de gestão patrimonial de modo a possibilitar a vinculação de todos os bens patrimoniais aos índices de depreciação e valores residuais por item, ou por conta específica, destaque-se o módulo SIPAC patrimônio na consecução dessa meta. Tal iniciativa alinha-se às diretrizes estabelecidas pelas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, mormente, a NBC T 16.9. A metodologia aplicada é a de Cotas Constantes, na qual o valor depreciado é calculado pelo valor do bem (objeto de depreciação) dividindo-o pelo fator 't' tempo de vida útil diminuindo-se o valor residual 'vr' nos termos do item 27 da macrofunção 02.03.30 como apregoa o manual SIAFI.

O procedimento considera como metodologia para a estimativa a vida útil econômica dos ativos, além do cálculo de depreciação do imobilizado (móveis e imóveis) e de amortização do ativo intangível; as taxas utilizadas para os respectivos cálculos. Além da macrofunção 02.03.30, que trata da reavaliação, redução a valor

recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, o no manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), assim como a portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 (MCASP).

A estimativa de vida útil de cada bem permanente contido no sistema de gestão patrimonial foi determinada a partir da 'IN SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998'. Desde o lançamento do respectivo bem no módulo SIPAC – Patrimônio (quando de sua incorporação), de modo que o sistema calcule automaticamente a variação financeira usando os dados referentes aos índices de depreciação, vida útil, e valor residual, utilizando do método de Cotas Constantes. A título exemplificativo, destacam-se os seguintes cálculos:

CONTA	DESCRIÇÃO DA CONTA	VIDA ÚTIL	VALOR RESIDUAL
14212.04.00	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTAÇÃO	15	10%
14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
14212.32.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
14212.34.00	MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5	10%
14212.36.00	MÁQUINAS, INSTALACOES E UTENS DE ESCRITÓRIO	10	10%
14212.38.00	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%

Fonte: SIAFI.

6.4 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O Sistema Integrado de Custos (SIC) é a ferramenta mais adequada para controle e aferição de custos no âmbito da unidade. Entretanto, a UFPB não pode utilizar tal ferramenta, pois a mesma está restrita a servidores membros dos Comitês de Análise e Avaliação de Informações de Custos nas instâncias superiores da Administração Pública Federal, ou alternativamente, indicados por unidades de gestão interna, reconhecidas como setores do Sistema de Custos do Governo Federal.

Ainda que a UFPB não utilize o SIC, buscam-se alternativas para a apuração de seus custos. Um revés que dificulta a sistematização e apuração de custos decorre da complexidade inerente aos processos administrativos. Assim, o próprio processo de apuração de custos prescinde de uma sistematização de procedimentos e mapeamentos via fluxograma. As diversas espécies de processos e o considerável conjunto de variáveis relacionadas a atividades tais como: ensino, pesquisa, extensão, termos de execução descentralizada, laboratórios, convênios, bibliotecas, moradia estudantil, restaurante universitário e prestação de serviços complexos.

Destaque-se que é inegável que as particularidades inerentes a esta IFES inviabilizam a importação de um modelo de apuração de custos de outra IFES dada à quantidade de UGs, e ao sistema de descentralização e desconcentração administrativa.

Por fim, acredita-se que além dos diversos métodos de apropriação de custo-aluno, em paralelo, a UFPB empreende esforços para a implementação dos diversos módulos do SIPAC com o intuito de promover um melhor mecanismo de acompanhamento e fiscalização em prol da Administração Pública.

6.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Quadro 52 - Balanço Financeiro - todos os orçamentos

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 21/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	2.881.384,39	-	Despesas Orçamentárias	1.512.257.507,59	-
Ordinárias	258.283,02	-	Ordinárias	578.668.375,10	-
Vinculadas	2.910.254,22	-	Vinculadas	933.589.132,49	-
Educação	422.186,81	-	Educação	690.468.219,12	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	17.817.920,48	-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	220.205.383,20	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.488.067,41	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.523.897,99	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.573.711,70	-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-287.152,85	-			-
Transferências Financeiras Recebidas	1.742.509.269,54⁽²⁾	-	Transferências Financeiras Concedidas	252.758.041,89	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.672.515.584,41	-	Resultantes da Execução Orçamentária	229.937.127,95	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasso Recebido	1.442.582.992,93	-	Repasso Concedido	4.536,47	-
Sub-repasso Recebido	229.932.591,48 ⁽²⁾	-	Sub-repasso Concedido	229.932.591,48	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasso Devolvido		-	Repasso Devolvido		-

Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	69.993.685,13	-	Independentes da Execução Orçamentária	22.820.913,94	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	61.729.045,12 ⁽²⁾	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	22.139.736,32	-
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8.264.640,01	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	681.177,62	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	70.622.424,49	-	Despesas Extraorçamentárias	52.182.623,66	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	8.278.795,85	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	14.954.827,57	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	62.075.097,83	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	36.967.265,51	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	194.766,17	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	260.530,58	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	73.764,64	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	8.000,23	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	65.764,41	-			-
Saldo do Exercício Anterior	13.404.559,37	-	Saldo para o Exercício Seguinte	12.219.464,65	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.404.559,37	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.219.464,65 ⁽¹⁾	-
TOTAL	1.829.417.637,79	-	TOTAL	1.829.417.637,79	-

(1) Caixa e Equivalentes de Caixa - do montante de R\$ 12.219.464,65 (Doze milhões, duzentos e dezenove mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) - R\$ 88.288,74 Recursos Tesouro Pagamento OCC, R\$ 756.040,02 Recursos Tesouro Pagamento Pessoal ; R\$ 5.284.840,42 Recursos de Descentralizações; R\$ 3.950.734,19 Recursos Próprios; e R\$ 2.139.561,28 são Recursos do Hospital Universitário Lauro Wanderley.

(2) Transferência Financeiras Recebidas - os valores de sub-repasse recebido e transferência recebidas para pagamento de RP nas unidades descentralizadas impactam positivamente esta conta.

Quadro 53 - Balanço Orçamentário - todos os orçamentos

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO	2015
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	21/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.274.204,00	3.274.204,00	2.878.884,39⁽²⁾	-395.319,61
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	868.574,00	868.574,00	741.930,28	-126.643,72
Receitas Imobiliárias	857.128,00	857.128,00	741.930,28	-115.197,72
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-

Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	11.446,00	11.446,00	-	-11.446,00
Receitas Agropecuárias	89.022,00	89.022,00	33.498,19	-55.523,81
Receita da Produção Vegetal	2.506,00	2.506,00	11.248,00	8.742,00
Receita da Produção Animal e Derivados	86.516,00	86.516,00	22.250,19	-64.265,81
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.280.277,00	2.280.277,00	1.402.442,71	-877.834,29
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	36.331,00	36.331,00	701.013,21	664.682,21
Multas e Juros de Mora	32.644,00	32.644,00	46.222,28	13.578,28
Indenizações e Restituições	3.687,00	3.687,00	654.790,93	651.103,93
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização	-	-	-	-
Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para	-	-	-	-
Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	2.500,00	2.500,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	2.500,00	2.500,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	2.500,00	2.500,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-

Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.274.204,00	3.274.204,00	2.881.384,39	-392.819,61
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.274.204,00	3.274.204,00	2.881.384,39	-392.819,61
DÉFICIT			1.509.376.123,20	1.509.376.123,20
TOTAL	3.274.204,00	3.274.204,00	1.512.257.507,59	1.508.983.303,59
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	5.171.654,00	5.171.654,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	2.296.262,00	2.296.262,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	2.875.392,00	2.875.392,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPEZA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.367.745.824,00	1.484.605.342,00	1.485.512.827,04	1.446.834.777,18	1.439.991.918,76	-907.485,04
Pessoal e Encargos Sociais	1.186.994.829,00	1.302.603.852,00	1.289.740.137,75	1.289.384.322,73	1.289.384.322,73	12.863.714,25
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	180.750.995,00	182.001.490,00 ⁽¹⁾	195.772.689,29 ⁽¹⁾	157.450.454,45	150.607.596,03	-13.771.199,29
DESPESAS DE CAPITAL	73.244.750,00	75.047.621,00	26.744.680,55	3.347.632,58	1.911.695,15	48.302.940,45
Investimentos	73.244.750,00	75.047.621,00	26.744.680,55	3.347.632,58	1.911.695,15	48.302.940,45
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.440.990.574,00	1.559.652.963,00	1.512.257.507,59	1.450.182.409,76	1.441.903.613,91	47.395.455,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.440.990.574,00	1.559.652.963,00	1.512.257.507,59	1.450.182.409,76	1.441.903.613,91	47.395.455,41
TOTAL	1.440.990.574,00	1.559.652.963,00	1.512.257.507,59	1.450.182.409,76	1.441.903.613,91	47.395.455,41

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	32.552.694,01	29.643.211,59	19.088.047,32	18.636.847,26	2.954.959,44	40.604.098,90
Pessoal e Encargos Sociais	-	85.342,98	-	-	85.342,98	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-

Outras Despesas	32.552.694,01	29.557.868,61	19.088.047,32	18.636.847,26	2.869.616,46	40.604.098,90
Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL	39.676.172,15	23.048.304,32	19.211.583,97	18.330.418,25	1.108.386,90	43.285.671,32
Investimentos	39.676.172,15	23.048.304,32	19.211.583,97	18.330.418,25	1.108.386,90	43.285.671,32
Inversões	-	-	-	-	-	-
Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	72.228.866,16 ⁽³⁾	52.691.515,91 ⁽³⁾	38.299.631,29	36.967.265,51	4.063.346,34	83.889.770,22

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	585.037,80	13.964.401,61	13.923.019,88	62.965,34	563.454,19
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.711.560,10	7.711.560,10	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	585.037,80	6.252.841,51	6.211.459,78	62.965,34	563.454,19
DESPESAS DE CAPITAL	94.720,31	1.111.857,10	1.031.807,69	149.405,78	25.363,94
Investimentos	94.720,31	1.111.857,10	1.031.807,69	149.405,78	25.363,94
Inversões	-	-	-	-	-
Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	679.758,11 ⁽⁴⁾	15.076.258,71 ⁽⁴⁾	14.954.827,57	212.371,12	588.818,13

(1) A Despesa Empenhada é superior a Dotação Atualizada devido a 16,75% do valor empenhado ser originário de créditos descentralizados por outros Órgãos.

(2) Da Receita Prevista foi realizada 88,93%

(3) Em Relação aos Restos a Pagar não Processados no valor de R\$ 124.920.382,07 (Centro e vinte e quatro milhões, novecentos e vinte mil, trezentos e oitenta e dois reais e sete centavos) foram pagos 29,59%, cancelados 3,25% e restando 67,16%.

(4) Em Relação aos Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 15.756.016,82 (Quinze milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, dezesseis reais e oitenta e dois centavos) foram pagos 94,91%, cancelados 1,35% e restando 3,74%.

Quadro 54 - Balanço Patrimonial - todos os orçamentos

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
 ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 21/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	216.717.499,71	240.995.867,18	PASSIVO CIRCULANTE	50.120.688,16	125.917.838,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.219.464,65	13.404.559,37	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	17.169.840,20	86.001.259,46
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.865.688,76	7.524.466,80
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.959,13	4.076,84
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	24.083.200,07	32.388.035,58
Dívida Ativa Não Tributária	-	-		(4)	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	198.994.682,91 (1)	220.279.026,27			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	5.503.352,15 (2)	7.312.281,54			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			

ATIVO NÃO CIRCULANTE	577.014.963,10	554.573.540,97	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.056,44	2.056,44	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.056,44	2.056,44	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	0,06	0,06	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	0,06	0,06	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	0,06	0,06	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	50.120.688,16	125.917.838,68
Participações Avaliadas pelo Método de Custo (-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Capital	4,92	4,92
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	743.611.769,73	669.651.564,55
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	84.748.987,51	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	669.651.564,55	669.651.564,55
Imobilizado	576.822.155,15⁽³⁾	554.548.058,02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-10.788.782,33	-
Bens Móveis	210.254.933,77	190.882.304,28	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-

			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	743.611.774,65	669.651.569,47
Bens Móveis	210.254.933,77	190.882.304,28			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	366.567.221,38	363.665.753,74			
Bens Imóveis	366.793.015,31	363.766.106,60			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-225.793,93	-100.352,86			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	190.751,45	23.426,45			
Softwares	187.262,00	19.937,00			
Softwares	187.262,00	19.937,00			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.489,45	3.489,45			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.489,45	3.489,45			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			

(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Diferido	-	-		
Diferido		-		
(-) Amortização Acumulada		-		
TOTAL DO ATIVO	793.732.462,81	795.569.408,15	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	793.732.462,81 795.569.408,15

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	20.195.320,86	250.151.795,56	PASSIVO FINANCEIRO	177.648.985,49	372.594.778,46
ATIVO PERMANENTE	773.537.141,95	545.417.612,59	PASSIVO PERMANENTE	17.104.204,94	-121.756.557,71
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	598.979.272,38	544.731.187,40

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	65.565.131,15	35.956.559,69	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.320.203,13	3.147.262,44
Execução dos Atos Potenciais Ativos	65.565.131,15	35.956.559,69	Execução dos Atos Potenciais Passivos	3.320.203,13	3.147.262,44
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	64.785.971,42	35.574.984,14	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	2.121.066,71	2.121.066,71

Direitos Contratuais a Executar	779.159,73	381.575,55	Obrigações Contratuais a Executar	1.199.136,42	1.026.195,73
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	65.565.131,15	35.956.559,69	TOTAL	3.320.203,13	3.147.262,44

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-40.141.643,63
Recursos Vinculados	-117.312.021,00
Educação	-101.778.165,46
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-12.294.236,82
Operação de Crédito	-293.219,08
Doações	7.367,28
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-1.965.727,16
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-922.275,35
Demais Recursos	-65.764,41
TOTAL	-157.453.664,63

(1) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo no montante de R\$ 198.994.682,91 (Centro e noventa e oito milhões, novecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) é composto de 24,05% Adiantamento Concedido a Pessoal; 19,52% Adiantamento de Transferências voluntárias; 51,86% Danos ao Erário apurado pela Tomada de Contas Especial; e 4,57% Outros créditos a receber de curto prazo.

(2) Estoques - Não analisado devido ao não cumprimento do item 3.3.9 da Instrução Normativa 08 de 21/12/90 (o Inventário Físico Financeiro do Almojarifado e respectivo termo de conferência, bem como o demonstrativo sintético das entradas e saídas ocorridas no exercício) não recebido.

(3) Ativo Imobilizado - a instituição não está aplicando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCT 16.9 e 16.10 (Depreciação, Amortização e Reavaliação do ativo); e o art.106 § 3º da lei 4.320/1964 (Reavaliação do Ativo)

(4) Demais Obrigações de Curto Prazo refere-se a valores de repasse e sub-repasse diferido

Quadro 55 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - todos os orçamentos

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - AUTARQUIA
 ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 21/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	20.086.326,37	-
INGRESSOS	1.745.648.684,51	-
Receitas Derivadas e Originárias	2.878.884,39	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	741.930,28	-
Receita Agropecuária	33.498,19	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.402.442,71	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	701.013,21	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.742.769.800,12	-
Ingressos Extraorçamentários	194.766,17	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.742.509.269,54	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	65.764,41	-
DESEMBOLSOS	-	-
Pessoal e Demais Despesas	1.725.562.358,14	-
Pessoal e Demais Despesas	1.326.846.311,71	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1.157.058,34	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-128.910,08	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-102.188,90	-
Previdência Social	-457.559.707,63	-
Saúde	-21.160.605,11	-
Trabalho	-	-

Educação	-846.024.502,56	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-96.785,33	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-12.197,85	-
Ciência e Tecnologia	-357.605,46	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-254.750,68	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	8.000,23	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-145.697.473,96	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-145.584.886,84	-
Outras Transferências Concedidas	-112.587,12	-
Outros Desembolsos das Operações	-253.018.572,47	-
Dispêndios Extraorçamentários	-260.530,58	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-252.758.041,89	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-21.271.421,09	-
INGRESSOS	2.500,00	-
Alienação de Bens	2.500,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-21.273.921,09	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-21.114.336,09	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-159.585,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-

DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.185.094,72	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	13.404.559,37	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	12.219.464,65	-

TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS -
 TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA -
 AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 21/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	1.863.867.122,86	-
AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.177.881,18	-
Venda de Mercadorias	40.182,44	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.137.698,74	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12.182,95	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	12.182,95	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.743.740.058,85	-
Transferências Intragovernamentais	1.742.509.269,54	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-

Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações	1.230.789,31	-
Recebidas		
Valorização e Ganhos c/ Ativos e	40.105.540,07	-
Desincorporação de Passivos		
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	102.852,76	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	40.002.687,31	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais	77.831.459,81	-
Aumentativas		
Variação Patrimonial Aumentativa a	-	-
Classificar		
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais	77.831.459,81	-
Aumentativas		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	1.779.118.135,35	-
DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	851.430.123,98	-
Remuneração a Pessoal	672.123.059,66	-
Encargos Patronais	136.070.258,48	-
Benefícios a Pessoal	42.777.145,84	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas -	459.660,00	-
Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	458.481.176,86	-
Aposentadorias e Reformas	378.057.879,09	-
Pensões	79.947.111,25	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de	-	-
Renda		
Outros Benefícios Previdenciários e	476.186,52	-
Assistenciais		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	105.319.434,52	-
Fixo		
Uso de Material de Consumo	19.963.146,70	-
Serviços	85.230.846,75	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	125.441,07	-
Variações Patrimoniais Diminutivas	425.116,13	-
Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e	-	-
Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora	425.106,13	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	10,00	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas	254.053.513,49	-
Transferências Intragovernamentais	252.758.041,89	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	92.585,78	-
Transferências a Instituições	-	-
Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações	1.202.885,82	-
Concedidas		
Desvalorização e Perda de Ativos e	81.343.307,59	-
Incorporação de Passivos		
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável	-	-

e Ajustes p/ Perdas		
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	23.632.713,42	-
Desincorporação de Ativos	57.710.594,17	-
Tributárias	1.812.701,85	-
Impostos, Taxas e Contribuições de	200.005,42	-
Melhoria		
Contribuições	1.612.696,43	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos	-	-
Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26.252.760,93	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	26.247.101,68	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais	5.659,25	-
Diminutivas		
RESULTADO PATRIMONIAL DO	84.748.987,51	-
PERÍODO		

7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 GESTÃO DE PESSOAS

Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A Progep é responsável pela elaboração e execução do Plano de Capacitação e Qualificação dos servidores da UFPB, que tem como objetivo desenvolver os servidores docentes e técnico-administrativos em educação por meio de ações de capacitação, qualificação e educação profissional, vinculadas ao planejamento institucional, potencializando o desenvolvimento das competências individuais e coletivas, bem como o desenvolvimento integral e valorização da qualidade de vida, na busca da excelência dos serviços prestados e do alcance das metas institucionais.

A elaboração deste Plano obedece ao disposto na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto 5.707/2006 e no Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pelo Decreto 5.825/2006.

Buscando alinhar o nosso modelo de Gestão de Pessoas às diretrizes e finalidades do Decreto 5.707/2006, a Progep está gradativamente implementando o Sistema de Gestão por Competências, por meio da Resolução CONSUNI Nº 23/2012. O artigo segundo do supracitado Decreto define a Gestão por Competências como “a gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição”. Essa definição reforça a importância das competências dos servidores para o alcance dos objetivos organizacionais e vincula competência com o desempenho. O Sistema de Gestão por Competências tem como objetivo consolidar uma política de desenvolvimento e autodesenvolvimento para todos servidores, a partir da conscientização do papel por eles exercido no desenvolvimento das competências institucionais e através de programas de capacitação orientados para este fim.

Na dimensão da Capacitação por Competências, o Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores da UFPB (Exercícios 2014-2015) está balizado pelas diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, pela

avaliação das ações realizadas no exercício anterior e pelo Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) dos servidores.

Realizado no início de 2014, o LNC, contou com a adesão de quase todas as unidades acadêmicas e administrativas da UFPB, o que resultou em um detalhado relatório das demandas de capacitação das referidas unidades em três aspectos: a competência a ser desenvolvida pelo servidor, a ação de capacitação que desenvolverá a competência e o quantitativo de servidores que necessitam realizar a ação.

Em outra frente, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG) e a Progep redobram os esforços, no sentido de investir no Plano de Qualificação Institucional (PQITEC/UFPB), institucionalizado no Plano de Capacitação e Qualificação dos Servidores – Exercício 2013. O PQITEC/UFPB tem como objetivo qualificar servidores técnicos administrativos na realização de cursos de pós-graduação, stricto e lato sensu na própria instituição ou em outras instituições nacionais e estrangeiras. O programa atua na prospecção de vagas para servidores nos programas de Pós-Graduação stricto sensu, possibilitando a formação de mestres e doutores na própria Instituição, como também apoia a qualificação dos técnico-administrativos em instituições nacionais e estrangeiras.

Outra ação do PQITEC-UFPB é o investimento na criação de mestrados na modalidade profissional, nos termos da *PORTARIA NORMATIVA Nº 7, DE 22 DE JUNHO DE 2009 (Brasil, 2009)*, nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Enfermagem, Pedagogia e Ciências da Informação. Foram apresentados vários APCNs a CAPES, no exercício passado, o que aumenta as perspectivas de ampliação de vagas.

Segue abaixo relatório do SIGRH, de ofertas dos cursos no de 2015.

Quadro 56 - Relação dos cursos ofertados pela PROGEP

Curso	Nº de treinados	Público Alvo
CAPACITAÇÃO CONHECENDO AS FUNCIONALIDADES DO SIPAC - TURMA 01 - 2015 JOÃO PESSOA	19	Técnico-Administrativos e Docentes
CAPACITAÇÃO CONHECENDO AS FUNCIONALIDADES DO SIPAC - TURMA 02 - 2015 JOÃO PESSOA	24	Técnico-Administrativos e Docentes
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	11	Técnico-Administrativos e Docentes

INGLES INSTRUMENTAL E PROFICIENCIA - AVANÇAD004F	11	Técnico -Administrativos
INGLES INSTRUMENTAL E PROFICIENCIA - BÁSICO	17	Técnico-Administrativos
INICIAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO - DOCENTE	3	Docentes
INICIAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO - TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	12	Técnico-Administrativos
ELABORAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO	21	Técnico-Administrativos
FORMAÇÃO DE INSTRUTORES	25	
GESTÃO DE COMPRAS	15	Técnico-Administrativos
INGLES INSTRUMENTAL E PROFICIENCIA BÁSICO - CAMPUS II - CCA	24	Técnico-Administrativos
LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E REDAÇÃO	25	Técnico-Administrativos
NOVAS TECNOLOGIAS PARA A ATIVIDADE DOCENTE - MOODLE	12	Docentes
AGENTES DE GESTÃO DE PESSOAS - 2015	18	Técnico-Administrativos
CAPACITAÇÃO CONHECENDO AS FUNCIONALIDADES DO SIPAC - TURMA 03 - JOÃO PESSOA - 2015	13	Técnico-Administrativos e Docentes
CAPACITAÇÃO CONHECENDO AS FUNCIONALIDADES DO SIPAC - TURMA 04 - 2015 JOÃO PESSOA	16	Técnico-Administrativos e Docentes
DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS NO AMBIENTE DE TRABALHO	20	Técnico-Administrativos e Docentes
ELABORAÇÃO DE PARECER	15	Técnico-Administrativos e Docentes
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA	26	Técnico-Administrativos
INFORMÁTICA BÁSICA - WORD	13	Técnico-Administrativos
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS - BÁSICO	11	Técnico-Administrativos e Docentes
QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO	7	Técnico-Administrativos e Docentes
OFICINA DE CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFPB	10	Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR – OFICINA ECOLÓGICA – CAMPUS III - CCHSA	9	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR – AÇÃO DE VACINAÇÃO	47	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR - AÇÃO SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	52	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR – OFICINA BEM ESTAR NO TRABALHO – CAMPUS I	12	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR - OFICINA BEM ESTAR NO TRABALHO - CAMPUS II - CCA - AREIA	13	Técnico-Administrativos e Docentes

VIII SEMANA DO SERVIDOR - OFICINA DA VOZ - CCHSA	16	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR - OFICINA FOTOGRAFIA -CAMPUS I - TURMA 01 - MANHÃ	17	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR - OFICINA FOTOGRAFIA -CAMPUS I - TURMA 02 - TARDE	19	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR - OFICINA FOTOGRAFIA - CCHSA	6	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR - PALESTRA COACHIN DE EQUIPES	20	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR - PALESTRA COMO LIDAR COM O STRESS NO TRABALHO - CAMPUS II - CCA	15	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR - PALESTRA DE ABERTURA CAMPUS II - CCA	30	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR - PALESTRA DOAÇÃO DE ORGAOS E TECIDOS PARA TRANSPLANTES	15	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR – PALESTRA O BOM HUMOR NAS ORGANIZAÇÕES	147	Técnico-Administrativos e Docentes
VIII SEMANA DO SERVIDOR -	69	Técnico-Administrativos e
VIII SEMANA DO SERVIDOR - SHOW DE TALENTOS	95	Técnico-Administrativos e Docentes
ELABORAÇÃO DE TRABALHO CIENTIFICO - TURMA 02	17	Técnico-Administrativos
FORMAÇÃO DE GESTORES ACADÊMICOS E ADMINISTRATIVOS	32	Técnico-Administrativos e Docentes
INGLES PARA PROFICIÊNCIA - TURMA 02	25	Técnico-Administrativos
OFICINA LINGUA BRASILEIRAS DE SINAIS - CCA CAMPUS II	16	Técnico-Administrativos e Docentes
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	35	Técnico-Administrativos
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS	1075	

A avaliação dos resultados obtidos pelo Plano de Capacitação no ano que se encerrou pode ser evidenciada no indicador de Educação Continuada apresentado no quadro abaixo.

- **Acumulação de cargos, funções e empregos.**

A Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Empregos (CPACE) tem por atividade fim a averiguação da situação funcional dos servidores desta UFPB no tocante à acumulação de cargos. Para tanto, a Comissão atua desde o ingresso do

servidor na instituição, momento em que é analisada a existência de vínculos empregatícios do interessado a partir da apresentação de documentos (declarações de outros órgãos e Carteira de Trabalho e Previdência Social) que comprovem situação funcional regular. Após essa análise, é emitida Declaração quanto à licitude da situação funcional necessária para a posse em cargo público. A CPACE também atua em processos de afastamento, mudança de regime de trabalho e demandas de auditorias internas e externas.

A partir de 2014, com a reestruturação da Comissão, algumas rotinas de trabalho foram implementadas. Como exemplo disso, passaram a ser efetuadas consultas ao SAGRES, CNES, Portal da Transparência e Plataforma Lattes, visando obter informações acerca da existência de possíveis vínculos laborais dos servidores com outras instituições. Tais consultas foram incorporadas a todos os procedimentos de atuação da CPACE, ampliando assim, preventivamente, as formas de identificação e apuração de possíveis acumulações ilícitas de cargos.

No ano de 2015, em atendimentos de rotina, a Comissão emitiu 179 declarações para posse em cargo público e contratação de professor substituto, sendo 70 declarações emitidas para fins de afastamento de servidor técnico-administrativo ou docente. Tivemos, ainda, a conclusão de 60 processos administrativos, oriundos de auditoria da CGU, e 19 pareceres para fins de mudança de regime de trabalho.

Registre-se, por fim, como ponto a ser destacado, a organização do arquivo da CPACE em 2015, já que foram enviados ao Núcleo de Documentação Pessoal e Informação (NDPI), da PROGEP, mais de 2.400 processos, por meio do SIPAC, regularizando o arquivo setorial, segundo os indicadores da Progep, Junho-Julho /2015.

Indicadores gerenciais

- **Educação Continuada**

A educação continuada dos servidores técnico-administrativos da UFPB é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas e da Divisão de Educação e Capacitação Profissional. Em 2015, foram certificados pelo Plano Anual de Capacitação um total de 1.075 servidores, em 46 ações de capacitação, perfazendo um percentual de 17,21% do total de servidores efetivos da UFPB.

<p>Fórmula/Memória de Cálculo: Total de servidores capacitados / Total de servidores * 100 Indicador de Educação Continuada – UFPB – 2015 Fonte: DECP/PROGEP</p>	<p>= 1075/6245 = 0,1721 = 17,21%</p>
---	--

Destacamos ainda que, dentre os servidores capacitados, 119 são gestores e 62 docentes.

As ações de capacitação compreenderam 11 diferentes linhas de desenvolvimento, diretamente alinhadas ao PDI e ao arcabouço legal das carreiras dos técnico-administrativos e magistério superior.

Como elemento de reforço às ações mencionadas, em 2015, utilizamos o módulo de capacitação do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos (SIGRH) como sistema de gerenciamento eficiente e eficaz do plano de capacitação, utilizando-o em todas as fases do processo, que inicia a partir do levantamento das necessidades institucionais por ambiente organizacional de trabalho das unidades acadêmicas e administrativas e vai até a certificação dos participantes.

Com relação ao quantitativo de servidores em qualificação, a PROGEP e a PRPG consta atualmente com 24 Técnicos em afastamento para Mestrado e 24 para Doutorado, totalizando 48 servidores. Docentes temos 43 afastados para Doutorado, para participarem de programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) no país.

A PROGEP mantém ainda parceria com dois cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu - o Mestrado Profissional de Gestão em Organizações Aprendentes e o Mestrado Profissional em Política, Gestão e Avaliação da Educação Superior na UFPB. E, de forma articulada com a PRPG, que elaborou o Programa de Qualificação Institucional (PQI), proporciona a abertura de 60 vagas anuais para mestrado e doutorado, destinadas a servidores da Instituição, totalizando 105 servidores em processo de qualificação.

Assim, com esse conjunto de ações realizadas nesse campo, é fato que o indicador de educação continuada dos servidores da UFPB, caminha numa perspectiva crescente, consolidando uma política de desenvolvimento de pessoal que tem como objetivo garantir a qualidade e excelência do trabalho realizado na Instituição.

- **Disciplina**

O indicador de disciplina, além de promover o acompanhamento dos atos disciplinares que a instituição adota em relação aos servidores em faltas, retrata também o nível de comprometimento desses com a instituição.

A CPPRAD conta com dois servidores técnico-administrativos, uma servidora docente, do CCJ, que ocupa a função de chefe do setor e dois estagiários, do curso de direito da UFPB, quantitativo este insuficiente diante da grande demanda do setor, incluindo atividades administrativas e processuais disciplinares.

O sistema de correição da UFPB é de responsabilidade da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPRAD), ligada à Chefia de Gabinete da Reitora, que, para se adequar ao Sistema Geral de Correição estabelecido pelos normativos da Controladoria Geral da União/Processo Administrativo Disciplinar, normatizou suas competências por meio da Resolução CONSUNI nº 26/2013.

A seguir, números referentes aos processos instaurados, prescritos e por instaurar, no âmbito da CPPRAD, em 2015:

Em 2015, foram expedidos pela CPPRAD, até a presente data:

- a) 146 memorandos
- b) 58 pareceres
- c) 92 certidões negativas

Encontram-se fisicamente na CPPRAD 110 processos administrativos, dentre os quais 106 trata de denúncias de ilícitos administrativos.

- Processos Administrativos Disciplinares instaurados: 09
- Sindicâncias Investigativas Especiais instauradas: 04
- Processos Administrativos Disciplinares: 05

Dos 108 processos envolvendo denúncias de suposta acumulação irregular de cargos, foram concluídos e devolvidos à unidade de origem 46 processos.

• **Níveis Salariais**

Nesse relatório, para a definição das classes sociais dos servidores da instituição, optou-se pela classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza o número de salários mínimos como metodologia de cálculo para censo populacional.

A tabela a seguir demonstra as classes sociais dos servidores efetivos, técnico-administrativos e docentes temporários/substitutos/visitantes da UFPB, utilizando como base o salário mínimo de R\$ 788,00 vigente durante o ano de 2015.

Classe Social	Salários Mínimos (SM)	Servidores Técnico-Administrativos		Servidores Docentes		Total de servidores	
		%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.
A	Acima de 20 SM: Acima de R\$15.760,00	1,72	61	11,73	300	5,92	361
B	De 10 a 20 SM: De R\$7.800,00 a R\$15,760,00	18,14	643	59,73	1528	35,57	2171
C	De 4 a 10 SM: De R\$3.152,00 a R\$7.800,00	73,51	2606	25,49	652	53,38	3258
D	De 2 a 4 SM: De R\$1.576,00 a R\$3.152,00	6,49	230	3,05	78	5,05	308
E	Até 2 SM: Até R\$1.576,00	0,14	5	0	0	0,08	5

- **Rotatividade**

O índice de rotatividade dos servidores do quadro permanente de pessoal da UFPB, no período de 2015, foi de 7,87%, conforme quadro a seguir.

Fórmula/Memória de Cálculo: (Ingressos + Egressos / 2) / N° de servidores efetivos Indicador de Rotatividade – UFPB e HULW – 2015 Fonte: Siape	= (589 + 394/ 2) / 6245 = (983/ 2) / 6245 = 491,5/ 6245 = 0,07870 = 7,87
---	--

No geral, a rotatividade dos servidores efetivos tem como base, dentre outros fatores, a atratividade de planos de carreiras, que oferecem melhores oportunidades financeiras ou profissionais, além das aposentadorias e falecimentos.

- **Reposição da Força de Trabalho**

Em busca de uma melhoria contínua na prestação destes serviços, em 2015, realizamos:

Consolidação do Banco de Professor Equivalente da Carreira do Magistério Superior como ferramenta de Gestão de Pessoas, inclusive com sua publicação no sítio eletrônico desta Pró-Reitoria, o que dá mais transparência nos atos administrativos realizados, conforme preconiza o Decreto nº 7.485/2011.

Consolidação do Banco de Professor Equivalente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico como ferramenta de Gestão de Pessoas, com sua publicação no sítio eletrônico desta Pró-Reitoria, o que dá mais transparência nos atos administrativos realizados, conforme consigna o Decreto nº 8.259.

Consolidação do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos como ferramenta de Gestão de Pessoas, com sua publicação no sítio eletrônico desta Pró-Reitoria, o que dá mais transparência nos atos administrativos realizados, de acordo com o Decreto nº 7.232/2010.

Em 2015, foram providas 68 vagas de Professor do Magistério Superior do Ensino Básico Técnico e Tecnológico. No âmbito do QRSTA e 98 vagas de Servidores Técnico-Administrativos em Educação no período mencionado.

- **Automatização de Procedimentos e Processos**

O indicador de automatização de procedimentos e processos está relacionado às ações de melhoria contínua e modernização do serviço público.

Neste sentido, a UFPB dispõe dos Sistemas SIGRH, SIPAC e SIGAA, que funcionam de forma integrada, nas áreas de: (i) gestão de pessoas, (ii) patrimônio, administração e contratos, e (iii) gestão de atividades acadêmicas.

Conforme informação prestada no relatório de 2013, havíamos informado que já tínhamos cinco módulos em funcionamento integral e, em 2014, mais 10 módulos. No ano de 2015, mesmo com um período extenso de greve, conseguimos implantar mais quatro módulos, a saber: Administração de pessoal, Consultas Funcionais, Portal Público e Serviços.

Com as atualizações do sistema, cresceu o número de módulo com o objetivo de aperfeiçoamento. Assim, o número de módulos de 21 passou para 24 módulos. Já

implantamos 19 módulos, restando agora cinco módulos para o ano de 2016 que são: Assistência ao Servidor, Remoção, Comissões, Financeiro e Frequência.

Além disso, continuamos usando paralelamente outros Sistemas como o Consulta SRH, Controle de Filas (Atendimento) e o de Ponto Eletrônico (SIPE).

Podemos reafirmar, como já havíamos dito antes que, os recursos provenientes da junção dos Sistemas em funcionamento, têm elevado a eficiência e eficácia dos processos de trabalho, dando qualidade, agilidade e segurança no desenvolvimento das atividades, proporcionando adesão e visível grau de satisfação, que é refletido na mudança de comportamento do servidor. Até porque houve também evolução nas implantações de outros módulos nos sistemas SIPAC e SIGAA integrando mais informações entre os três sistemas: SIGRH, SIPAC e SIGAA.

Qualidade de vida

- **Assistência, Perícia e Promoção à Saúde**

A UFPB conta com o Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), vinculado à Coordenação de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho – CQVSST/PROGEP, que trabalha com base na Política Nacional de Saúde do Servidor Público Federal, a partir dos eixos de Assistência, Perícia e Promoção e Vigilância à Saúde.

No que diz respeito à assistência à saúde, o SIASS manteve, em 2015, um quadro com quatro psicólogos e dois assistentes sociais para acolhimento dos servidores em perícia médica e para atuação em demandas relacionadas ao relacionamento interpessoal no trabalho. Nesse sentido, além de realizarem o acolhimento inicial de todos os servidores submetidos à perícia no SIASS, a equipe multiprofissional também faz escuta de servidores e respectivas chefias, em busca do bem estar nos ambientes de trabalho, intervenção nas situações mais delicadas que demandem apoio especializado. Em 2015, foram realizadas 32 intervenções relativas a ausências ao trabalho e a situações de assédio moral, com visitas da equipe aos locais de trabalho, escuta do servidor, da chefia, e da família (quando necessário), trabalho que constitui um novo paradigma da relação saúde e trabalho no serviço público.

Em relação ao índice de adoecimento dos servidores da Universidade, contactou-se, em 2015, que houve a concessão de 477 licenças para tratamento de saúde inferiores

a 15 dias, 77 licenças gestante/adotante, 913 licenças para tratamento de saúde a partir de 15 dias, e 108 licenças para acompanhamento de pessoa da família.

No escopo da política adotada nesse campo, com a finalidade de fortalecer o trabalho de promoção à saúde do servidor, ações nesse sentido foram incluídas no Plano de Capacitação dos Servidores. Com isso, foram realizadas ações de promoção à saúde, na forma de cursos, oficinas e campanhas, alcançando a participação de 586 servidores.

Além disso, na Semana do Servidor, que envolvem técnico-administrativos, professores e terceirizados, foram realizadas oficinas de Postura, Ergonomia, Exercícios Laborais, além de outras que trataram de assuntos como Alimentação e Saúde, Corpo e Movimento, Nutrição Celular e Foto envelhecimento.

- **Vigilância aos Processos e Ambientes de Trabalho**

Iniciou-se, em 2015, a elaboração de resolução relativa à criação e funcionamento das Comissões Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP), no âmbito da UFPB, com o intuito de reforçar a fiscalização dos ambientes de trabalho, bem como de registrar as eventuais intercorrências de riscos ambientais e de acidentes de trabalho. Essa resolução está atualmente em fase de finalização e aprovação pelo Conselho Universitário.

Além disso, a Divisão de Segurança do Trabalho realizou visitas técnicas a todos os campi da UFPB para avaliar as condições de trabalho nessas localidades, emitindo recomendações relativas aos ambientes e ao uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva pelos servidores e estudantes.

Em relação às concessões dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, foram revisados 311 laudos de insalubridade, atendendo ao cronograma estabelecido pela Controladoria Geral da União para a revisão de todos os laudos concedidos pela Universidade.

Outro fato relevante foi a oferta dos Exames Médicos Periódicos (EMPs), para os servidores da UFPB, realizados por meio de contratação da empresa especializada SOMESSO. Foram convocados 5794 servidores para realizarem os exames. Nesse sentido, a divulgação e conscientização foram reforçadas com distribuição de cartilhas explicativas, encaminhamento de memorandos circulares, envio de e-mails para os sindicatos das categorias de técnicos e docentes, afixação de faixas nas entradas dos

campi, além da realização de atendimentos por via eletrônica e telefônica mesmo durante a greve.

- **Concessão de Benefícios aos Servidores**

No que diz respeito à concessão de benefícios aos servidores, o avanço mais significativo foi a implantação e consolidação dos módulos do SIGRH relativos a ressarcimento de plano de saúde, auxílio natalidade, auxílio pré-escolar, auxílio transporte e cadastro de dependentes. Sobre esse último, dos 355 dependentes cadastrados no SIAPE, em 2015, 291 foram lançados também no sistema SIGRH, o que representa mais de 80% de cadastros sem abertura de processo físico. Isso trouxe avanços no que diz respeito à economia de papel, à celeridade da análise processual e à segurança das informações prestadas pelo servidor.

Em relação ao auxílio funeral, alteramos o fluxo do processo relativo a este benefício, o qual passou a ser analisado exclusivamente pela Divisão de Benefícios ao Servidor. Em consequência, obteve-se maior celeridade na tramitação dos autos e na concessão do respectivo auxílio aos familiares do servidor.

7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 57- Força de Trabalho da UJ - UFPB - Em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	7548	5285	518	274
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	100	5285	518	274
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	5258	512	267
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	3	1	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	7	0	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	17	5	3
2. Servidores com Contratos Temporários	100	100	66	81
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	7648	5385	584	355
Análise Crítica				

Fonte: SIAPE

Quadro 58 - Força de Trabalho da UJ – Em 31/12/2015 -HULW

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	***	860	5	39
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	***	860	5	39
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	***	860	5	39
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	***	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	***	860	5	39
Análise Crítica				
Texto em anexo				

Fonte: SIAPE

***Obs.: Lotação Autorizada do HULW já incluída no quadro acima da UFPB.

Em relação à força de trabalho, no caso dos técnico-administrativos do ponto de vista quantitativo, o HULW representa um impacto mínimo dos efetivos de apenas 13,8%, enquanto a UFPB totaliza 86,2%.

Tivemos um percentual mínimo de servidores efetivos de carreira descentralizados de 0,06% e de contratos temporários de 1,8%. No âmbito do quadro da IFE, o quantitativo dos servidores de carreira efetivos é de 98,14%.

Visando uma melhor adequação no quantitativo de servidores, frente às necessidades das unidades, está em andamento o dimensionamento de pessoal, que é o modelo de composição do Quadro de Servidores Técnico-Administrativos em Educação – modelo QSTE como instrumento de distribuição dos cargos efetivos de técnico-administrativos em educação.

Este modelo estabelece parâmetros para a alocação dos servidores, consolidando a Matriz ideal de alocação de cargos TAES, que visa o acompanhamento sistemático da distribuição quali-quantitativa da UFPB.

Quadro 59 - Distribuição da Lotação Efetiva - UFPB - Em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva*	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2.724	2.561
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	2.724	2.561
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.697	2.561
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	7	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	17	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	100
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.724	2.661

* Área fim: docentes - Área Meio: os demais cargos técnicos administrativos

Quadro A.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva – HULW - Em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	418	442
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	418	442
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	418	442
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	418	442

* Área fim: profissionais diretamente ligados aos serviços de saúde prestados no Hospital - Área Meio: os demais cargos técnicos administrativos

A distribuição da força de trabalho entre as áreas meio e fim evidencia uma diferença de perfil, quando analisado separadamente o quantitativo de servidores do Hospital Universitário Lauro Wanderley e o dos demais setores da Universidade. Enquanto os últimos têm 49,42% do total de seus servidores atuando na área fim e 50,58% atuando na área meio, no HULW encontramos 51,4% de servidores na área fim e 48,6% dos servidores na área meio.

Os resultados de avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim mostram que, com base nos números apresentados, há uma distribuição equitativa na UFPB.

Em referência aos estudos realizados pela instituição no que diz respeito à distribuição do quadro de pessoal, já foi iniciada a implantação do módulo de Dimensionamento de Pessoal do *SIGRH*, que prevê a elaboração de uma Matriz Ideal de Alocação de Cargos, definição de perfis profissionais e informações quali-quantitativas da força de trabalho das unidades acadêmico-administrativas da UFPB. Há também cronograma de execução das etapas que compõem o projeto de dimensionamento e acompanhamento sistemático da movimentação do quadro de servidores.

A UFPB, por ser uma Instituição Federal de ensino, conta atualmente com cerca de 1/3 de seus servidores ativos recebendo abono de permanência. Muitos destes servidores estão solicitando aposentadoria, gerando impacto na força de trabalho, considerando a capacidade e especificidade desta Instituição.

Para contornar a mencionada situação, esta IFE está realizando concurso público, tanto para docente como para técnico, com a finalidade de repor a força de trabalho.

Quadro 60 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UFPB

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	101	100	25	20
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	100	25	20
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	95	25	20
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	5	0	0
2. Funções Gratificadas	621	549	157	142
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	621	549	157	142
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	649	182	162

Fonte: SIAPE - Em 31/12/2015

Quadro 61 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do HULW

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	20	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	18	18	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	18	1	1

Fonte: SIAPE - Em 31/12/2015

Ao analisar os quadros referentes à estrutura de cargos de comissão e funções gratificadas da UFPB, verifica-se que o número total de cargos e funções gratificadas desta Instituição é de 649.

Os 649 cargos em comissão e funções gratificadas estão divididas assim: 549 funções gratificadas e 100 cargos em comissão, ou seja, 10,36% da força de trabalho desta IFE exerce cargos comissionados ou funções gratificadas.

Destaque para os cargos em comissão, ocupados em quase 100% de sua totalidade por servidores de caráter efetivo. Em relação ao ingresso de servidores foram 182 e 162 saíram dos cargos comissionados e funções gratificadas.

7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 62 - Custos do pessoal - UFPB - Em 31/12/2015

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	495.045.089,30	0,00	42.615.198,56	48.278.371,00	918,00	33.467.728,18	0,00	298.802,25	1.482.586,50	629.653.425,30
	2014	451.317.416,40	0,00	39.180.155,83	45.056.778,28	3.009,00	33.022.878,52	0,00	399.311,63	1.528.989,53	570.508.539,19
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015										
	2014	25.442,45	0,00	4.468,50	9.822,44	17,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.750,39
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	5.581.647,41	0,00	479.511,04	520.524,46	0,00	211.135,17	0,00	1.174,97	225.034,68	7.073.041,94
	2014	5.325.998,43	0,00	457.738,30	488.735,01	0,00	258.867,63	0,00	7.973,46	266.239,53	6.805.552,36
Servidores com contrato temporário											

Exercícios	2015	4.623.737,78	0,00	297.514,61	0,00	0,00	439.609,11	0,00	9.978,74	0,00	5.370.840,24
	2014	3.612.527,98	0,00	232.892,13	0,00	0,00	312.436,02	0,00	5.556,47	0,00	4.163.412,60

Fonte: Siape

Quadro 63 - Custos do pessoal - HULW - Em 31/12/2015

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	69.254.993,48	-	6.122.144,48	21.574.798,01	2.550,00	5.144.249,93	-	15.856,63	181.694,68	102.337.749,80
	2014	68.402.898,32	-	6.064.645,99	22.618.064,05	1.649,00	5.711.542,73	-	24.844,23	173.680,20	102.997.324,52
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015		0,00			0,00		0,00	0,00		

		4.676.933,55		390.220,13	599.019,67		156.595,88			5.590,56	5.828.359,79
	2014	3.691.125,28	0,00	312.479,09	517.222,85	0,00	187.777,66	0,00	0,00	21.937,32	4.730.542,20
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siape

7.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

Dentre as constatações verificadas podemos relacionar algumas dificuldades na gestão de pessoas geradoras de riscos como a rotatividade provocada pela atratividade de outros planos de carreira; a falta de critérios mais rígidos para a concessão de abono de permanência; e os baixos valores das funções gratificadas e dos cargos de direção que são incompatíveis com a complexidade das atribuições e responsabilidades gerenciais exercidas.

Em relação às ações para mitigar esses riscos, podem ser relacionadas às iniciativas dos gestores das Instituições, no sentido de pleitear junto ao MEC o aumento do número e valores das funções gratificadas e cargos de direção, a alteração da estrutura do Plano de Carreira com tabelas salariais mais atrativas e, no âmbito interno, a implementação de programas de formação de gestores acadêmicos e administrativos.

7.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A contratação de estagiários para atuar no âmbito da UFPB é regulamentada pela Lei n. 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, pela Orientação Normativa da SGP/MPOG n. 4/2014, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e pela Resolução do CONSEPE/UFPB n. 16/2015, que aprovou o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFPB.

No âmbito do estágio curricular supervisionado não-obrigatório interno, a UFPB, que, como autarquia federal, é detentora de autonomia, contrata estudantes para atuar como estagiários em seus diversos ambientes de trabalho, concedendo compulsoriamente bolsa-estágio, cujo valor é de, atualmente, R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais), sendo R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais) de bolsa e R\$ 132,00 (cento e trinta e dois reais) de auxílio-transporte, para uma carga horária de 4 horas diárias e 20 horas semanais.

A contratação dos estagiários na UFPB é iniciada pelo planejamento e publicação do edital de seleção, organizado de forma descentralizada por cada unidade de recursos humanos da concedente (Pró-reitoria, Centro, Superintendência etc.). Após a etapa de seleção, inicia-se a formalização do processo para solicitação da contratação e pagamento da bolsa-estágio, instruído com o Termo de Compromisso de Estágio

(TCE) e o Plano de Atividades de Estágio (PAE), bem como as demais documentações do estagiário (pessoais e acadêmicas). Em seguida, o processo tramita para a CEM/PRG (análise acadêmico-pedagógica), para a CODEOR/PROPLAN (verificação da disponibilidade orçamentária e liberação de crédito), e para a DCPS/CPGP/PROGEPE (cadastro e pagamento da bolsa-estágio no SIAPE), retornando à CEM/PRG para arquivo e controle acadêmico-pedagógico.

Consideramos que o estágio é um ato educativo que favorece a oportunidade de ampliação e fortalecimento de atitudes éticas, conhecimentos e competências necessárias ao exercício profissional. Contribui para a formação acadêmica dos estudantes de graduação, sendo a integração teoria-prática o eixo dessa experiência formativa.

Quadro 64 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	297	1063	1100	1214	R\$ 2.459.978,20
1.1 Área Fim	297	1063	1100	1214	R\$ 2.459.978,20
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	15	20	28	30	R\$ 46.128,00
2.1 Área Fim	15	20	28	30	R\$ 46.128,00
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	312	1083	1128	1244	R\$ 2.506.106,20

Quadro 65 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - UFPB

Unidade Contratante						
Nome: Universidade Federal da Paraíba						
UG/Gestão: 153066/15231						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza, Asseio e Conservação – Campus IV	14.237.134/0001-53	03/06/13	12/05/16	Fundamental	(P)
2013	Limpeza, Asseio e Conservação – Campus I	07.442.731/0001-36	22/07/13	20/07/16	Fundamental	(P)
2013	Serviço de Recepcionista – Campus I	10.339.944/0001-36	22/07/13	17/11/16	Médio	(P)
2014	Condução de Veículos Oficiais (Motorista) – Campus – I, II, III e IV	07.442.731/0001-36	20/01/14	17/01/17	Médio	(P)
2014	Serviços em diversos cargos – campus I, II e III	07.442.731/0001-36	09/12/14	08/12/16	Médio	(P)
2015	Serviços em diversos cargos – Campus I e III	07.442.731/0001-36	04/05/15	03/05/16	Médio	(A)
2015	Limpeza, Conservação e Higienização – Campus II e III	10.339.944/0001-41	17/07/15	16/07/16	Fundamental	(A)
027/2015	Prestação de Serviços Terceirizados continuados sem fornecimento de material – Para os postos exclusivamente de porteiro dos Campi I, II, III E IV	07.783.832/0001-70	03/08/15	03/08/16	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	(A)
028/2015	Prestação de serviços de manutenção e conservação da estrutura física dos campi I, II, III e IV	41.150.699/00001-53	22/10/15	21/04/16	SEM EXIGÊNCIA	AE
063/2014	Para prestação de serviços continuados de vigilância armada no âmbito dos campi I ao IV da UFPB.	10.446347/0001-16	08/05/15	07/05/16	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	(P)

Fonte: Prefeitura Universitária

Onde: (P) – Ativo prorrogado; (A) - Ativo Normal; AE – Ativo Emergencial

Quadro 66 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade - HULW**7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA**

Unidade Contratante						
Nome: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Filial Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW/UFPB/EBSERH						
UG/Gestão: 155023/26443						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratuais		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviço terceirizado de condução de veículos oficiais (Motorista), a ser executado de forma contínua no âmbito do Hospital Universitário Lauro Wanderley.	07.442.731/0001-36	26/11/2014	25/11/2016	Médio	P
2015	Prestação de serviços terceirizados – em regime de dedicação exclusiva, na produção e na distribuição de refeições, na realização das atividades diárias de rouparia e de lavanderia e no exercício de atividades de Apoio Administrativo/Operacional.	07.442.731/0001-36	03/11/2015	03/11/2016	Fundamental/Médio	A
2015	Prestação de serviço contínuo de limpeza hospitalar, com fornecimento de mão de obra qualificada (exclusiva), saneantes domissanitários com registro na ANVISA, materiais, equipamentos, ferramentas e dos utensílios necessários à obtenção e manutenção das adequadas condições de salubridade e higiene, sob inteira responsabilidade da contratada.	07.442.731/0001-36	01/12/2015	30/11/2016	Fundamental	A

7.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Dentre os vários decretos, Normas de regulamentação de uso de veículos oficiais, nos fundamentamos no Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, bem como na Instrução Normativa Nº 03 de 15 de maio de 2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A universidade é hoje um centro de distribuição de educação e conhecimentos a todos os níveis e camadas da sociedade em geral. A UFPB executa inúmeros serviços, projetos, pesquisas, aulas de campo, nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão, exemplos, ensino e educação a distância, UFPB Virtual, UFPB TV, seria improvável a execução destas atividades sem o apoio de uma frota.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC

Quadro 67 - Quantidade de veículos sob a responsabilidade da UFPB, por grupo de veículos

Categorias	CAMPUS I	CAMPUS II	CAMPUS III	CAMPUS IV	Total
Comum	57	15	10	2	84
Especial	9	0	8	0	17
Institucional	51	4	3	3	61
Representativo	3	0	0	0	3
Total	120	19	21	5	165

Fonte: Prefeitura universitária/UFPB

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Quadro 68 - Quilometragem por categoria de veículos

Categorias	Qtde- Litros	KM - Rodado	KM/LT
Comum	3.822,08	32.890	8,6
Especial	124.586,36	499.940	4,0
Institucional	90.791,19	856.080	9,4
Representativo	5.795,40	45.358	7,8

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Quadro 69 - Idade média da frota da UFPB, por grupo de veículo.

Categorias	Idade Média
Comum	6,7
Especial	10,4
Institucional	6,6
Representativo	4,0

Fonte: Prefeitura universitária/UFPB

f) Despesas associadas à manutenção da frota

As despesas associadas à frota:

- Manutenção e Reparos – R\$ 350.335,74
- Pneus – R\$ 93.937,26
- Emplacamentos e Seguro Obrigatório – R\$ 47.278,43
- Combustível – R\$ 670.134,83
- Pessoal /administração/ Motoristas Ter. – R\$ 2.263.203,17
- Diárias – R\$ 260.140,00
- Total – R\$ 3.685.029,43

g) Plano de substituição da frota

Não Temos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Somos uma unidade educacional, nossa frota não gera receitas. A locação setORIZADA, caso, UFPB Virtual é viável, pois é uma demanda intensa e necessita de utilização de vários veículos ao mesmo tempo. Mas para o restante da frota certamente teremos aumento de custos.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A Divisão de Transportes (DIVITRANS) CONTROLA:

- a) Entrada e saída de veículos;
- b) Autoriza ou não viagens;
- c) Elabora escala de viagens;
- d) Controla o abastecimento da frota através de cartão magnético;
- e) A DIVITRANS incluiu todo sistema de operacionalização de transportes no sistema SIGAA (TRANS).

7.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Política de determinação de veículos inservíveis é coordenada pela Pró Reitoria de Administração (PRA), onde uma comissão de leilão determina quais os veículos inservíveis e os encaminha para leilão público, levando-se em consideração a idade do veículo, (tempo de uso), gastos com manutenção e reparos com o mesmo nos últimos dois anos, tendo como base legal e jurídica o art. 10 do decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008. A determinação se o veículo é antieconômico ou veículos irrecuperáveis segundo as determinações explicitam no Decreto nº 1.305, de 09 de novembro de 1994.

A atual inclusão da Divisão de Transportes (DIVITRANS) no sistema SIGAA(TRANS) será um passo e um avanço com deveras significativo na gestão e operacionalização do setor de transportes da UFPB.

7.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 70 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
		2015	2014
BRASIL	UF - PARAIBA		
	João Pessoa	11	11
	Bananeiras	3	3
	Areia	1	1
	Rio Tinto (a registrar no SPIUNET)	1	1
	Mamanguape (a registrar no SPIUNET)	1	1
	Faculdade de Odontologia - UFPB (a registrar no SPIUNET)	1	1
	São João do Cariri	1	1
	Santa Rita Santa Rita	1	1
	Subtotal Brasil		20
EXTERIOR	PAÍS	-	-
		-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		20	20

Quadro 71 - Imóveis Sob a Responsabilidade da UFPB

UG	Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico - R\$	Data da Avaliação	Valor Reavaliado - R\$
153065	Ocupado	1921.00008.500-1	bom	2.750.000,00	08.08.2012	2.750.000,00
153065	Ocupado	1931.00021.500-0	bom	2.550.000,00	31.12.2012	3.049.800,00
153065	Ocupado	1931.00023.500-0	bom	2.541.195,90	31.12.2012	3.039.270,29
153065	Ocupado	1931.00025.500-1	bom	14.486.999,79	31.12.2012	17.268.503,74
153065	Ocupado	2051.00107.500-0	bom	908.864,00	31.12.2012	1.956.784,19
153065	Ocupado	2051.00179.500-2	bom	86.037,95	31.12.2012	1.385.764,73
153065	Ocupado	2051.00180.500-8	bom	196.909.452,71	31.12.2012	2.950.332,97
153065	Ocupado	2051.00181.500-3	bom	238.050,60	31.12.2012	611.024,40
153065	Ocupado	2051.00182.500-9	bom	184.416.404,73	31.12.2012	123.530.849,82
153065	Ocupado	2051.00183.500-4	bom	77.307.162,85	31.12.2012	95.934.808,40
153065	Ocupado	2051.00184.500-0	bom	415.739,94	31.12.2012	1.269.344,21
153065	Ocupado	2051.00185.500-5	bom	8.541.929,07	31.12.2012	12.198.150,37
153065	Ocupado	2051.00186.500-0	bom	622.943,61	31.12.2012	1.341.204,04
153065	Ocupado	2051.00199.500-1	bom	243.168,75	30.12.2002	243.168,75
153065	Ocupado	2175.00276.500-3	bom	79.280,89	20.06.2011	79.280,89
153065	Ocupado	2181.00006.500-9	bom	362.204,17	31.12.2012	753.384,67
153065	Desocupado	2051.00177.500-1	Ruim	174.349,88	31.12.2012	252.388,43

7.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 72 - Quadro de Permissionários

Associação de Classe				
PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
1. ADUF-PB	09282914000167	30/09/04	11/04	CENTRO DE VIVÊNCIA
2. ASIP - ASSOCIAÇÃO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS	40975633000130	15/05/02	05/02	PRÓX. CCTA
3. ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA DIV DE SERV GERAIS DA UFPB	40975856000105	01/10/02	13/02	GARAGEM CENTRAL

4. SINTESPPB	8323065000180	01/11/02	15/02	PRÓX. CCTA
Bancos / Cooperativa				
PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
5. BANCO DO BRASIL SA	00000000000191	03/10/97	10/97	CENTRO DE VIVÊNCIA
6. BANCO SANTANDER - Banespa	90400888122094	01/06/01	07/01	Próximo à PU
7. BANCO SANTANDER - REAL	90400888212328	04/04/03	06/03	CCEN
8. CAIXA ECONOMICA FEDERAL	360305145692	03/10/97	11/97	PRÓX. CCTA
9. CODISMA	618725000148	26/09/02	10/02	CENTRO DE VIVÊNCIA
10. CREDUNI	3428338000137	06/03/08	02/08	CENTRO DE VIVÊNCIA
11. UNICRED	35571249000131	17/02/04	05/04	HU
Correios				
PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
12. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	34028316001932	01/06/05	01/05	CENTRO DE VIVÊNCIA
Lanchonete				
PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
13. ALBERTO LACERDA CAVALCANTE	7200951404	30/11/10	02/10	CT
14. ANA EMILIA ERNESTO CAVALCANTE CAMARA	48574597449	03/10/97	02/97	CT
15. ANGELITA ANA DO NASCIMENTO	75343932487	12/04/06	03/06	HU - AMBULANTE
16. ANTENOR FREIRE DE CARVALHO	4147316468	03/10/97	03/97	GARAGEM

17.	ANTONIO FERNANDES BARBOSA	4324358400	03/10/97	04/97	CCEN
18.	ANTONIO GUERRA	5941946449	01/10/99	02/99	CCTA
19.	BARTOLOMEU GRIGORIO DE ANDRADE	2325675491	03/10/08	05/08	CENTRO DE VIVÊNCIA
20.	ENOQUE CORREIA DA COSTA	08675511434	03/10/97	20/97	CCEN
21.	GENIVALDO FERNANDES BARBOSA	07255357415	03/10/97	25/97	CENTRO DE VIVÊNCIA
22.	GERALDO ANACLETO REINALDO	14110725453	03/10/97	26/97	HU
23.	GYGLLYANE PIMENTEL DE SOUSA	03164786441	25/04/06	01/06	BANANEIRAS
24.	JAILSON SANTOS DA SILVA	04027084403	0105/05	03/05	BANANEIRAS
25.	JOAO BATISTA FREIRE NETO	33870993472	19/02/08	01/08	CCS
26.	JOAO FERREIRA DE LIMA	04464010482	03/03/09	02/09	HU
27.	JOSINALDO DA COSTA RODRIGUES	03161822498	29/04/06	04/06	CE
28.	LUZIA PEREIRA DA SILVA	40714004472	03/10/97	40/97	CCHLA
29.	LUZILANDE MACHADO DE MELO	4027841468	03/10/97	41/97	CCEN
30.	LUZINETE DE MOURA FELIX	33365040404	03/10/97	42/92	GARAGEM
31.	MARIA DAS GRACAS RIBEIRO	18572499415	22/11/07	06/07	HU - AMBULANTE
32.	MARIA JOSE DA SILVA	93066392449	03/10/97	34/97	CCS
33.	MARLENE MARIA DA CONCEICAO	41459229487	03/10/97	50/97	HU - Fiteiro
34.	MAURO XAVIER ALVES	49900030478	03/10/97	49/97	HU
35.	NANCI ALVES DOS SANTOS	34860487753	03/10/97	54/97	CCHLA
36.	OSVALDO FURTADO DE SOUSA	14412217434	03/10/97	58/97	HU

37.	SORAYA CRISTINA DE MELO FREIRE	46727116415	03/10/97	71/97	Próximo à PU
Livros					
	PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
38.	ADRIANO CELSO DE LIMA ARAUJO ME - HU	2335247000194	07/03/01	02/01	HU
39.	ANTONIO OLEGÁRIO FERNANDES VIEIRA	26323920808	01/04/07	01/07	CCHLA
40.	CARLA AZEVEDO FRANCA MODESTO	50434110400	26/01/04	03/04	CCS
41.	EDILMA AUGUSTA LIMEIRA DA SILVA	43950175415	03/10/97	18/97	CCHLA
42.	IZABEL CRISTINA MORAIS	30024382434	02/05/07	03/07	CCHLA
43.	JOEMIL VASCONCELOS SILVA	08565155587	01/03/02	02/02	CCJ
44.	PEDRO JOSIAS LEITE	22677810778	21/06/01	11/01	HU
Papelaria					
	PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
45.	MICHELA GOMES CAMPELO	88438180400	03/10/97	52/97	Sem data de vigência
46.	PAPEL E LAPIS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA	01031912000193	03/10/97	53/97	Sem data de vigência
Pesquisa					
	PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
47.	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA	3508097000136	13/08/07	01/07	CCEN
48.	SCIENTEC	8331902000112	01/09/02	09/02	CT
Plastificação					
	PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
49.	ERIVAN FRANCELINO DA SILVA	80571883400	07/03/01	03/01	HU
Reprografia					
	PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO

50.	ANTONIO JOSE DOS SANTOS	44979282504	02/09/08	06/08	CCS
51.	CLEVERTON TALVONES DA SILVA	18.294.481/0001-50	19/08/13	01/13	CCAЕ (Rio Tinto)
52.	DENYSTOCLES BEZERRA CAVALCANTI	45272220404	03/10/97	16/97	CA
53.	JOSE FERREIRA DE BRITO JUNIOR	29562368491	11/06/01	09/01	CCSA
54.	JULIO CESAR DA SILVA	16199197453	01/03/02	01/02	CCJ
55.	LAGOA PARQUE POSTAL LTDA	70092150000158	03/10/97	68/97	CCS
56.	MICROSERV SERVICOS LTDA	10941326000177	03/10/97	51/97	CENTRO DE VIVÊNCIA
57.	SERGIO NUNES CABRAL DA SILVA	44203640415	03/10/97	67/97	CE
58.	THIAGO LAMEDE DE MACEDO SOARES	2586993454	15/03/11	02/11	CCJ – Santa Rita
59.	VAMBERTO HERBERT GALDINO DO MONTE	91742803415	03/10/97	72/97	CCS
60.	WAGNER CARLOS GALDINO DO MONTE	78830362468	21/01/04	02/04	CCHLA

Vale-Transporte

PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
61. AETC-JOAO PESSOA	41139700000149	01/05/03	05/03	-

TRANSFERIDO PARA TERCEIROS

Lanchonete

PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
1. FRANCISCO BANDEIRA DO NASCIMENTO	91053234449	03/10/97	23/97	CE
2. FRANCISCO VIEIRA SOBRINHO	338.393.874-34	03/10/97	24/97	CA

3.	ISA MARIA DE OLIVEIRA E SILVA	56951787468	03/10/97	29/97	Dep. Música
4.	MARIA DO LIVRAMENTO VENANCIO DE MORAIS	011.908.054-05	03/10/97	47/97	CA
Livros					
	PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
5.	LUIZ FELIZARDO DOS SANTOS	01141770407	03/10/97	39/97	
Reprografia					
	PERMISSIONÁRIO	CPF/CNPJ	DATA TERMO	CONTRATO	LOCALIZAÇÃO
6.	GILIARDI BEZERRA DE SOUTO	05647722407	20/08/10	01/10	CCEN
7.	CLAUDIO DOS SANTOS ROCHA	72784938468	22/07/02	07/02	CT
8.	RENATA DOS SANTOS ROCHA	2210341450	18/05/01	05/01	CT

7.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

A UFPB realizou contratação de locação de imóvel para armazenamento do almoxarifado tendo em vista a ausência de local apropriado para o acondicionamento dos itens recebidos e o exaurimento da capacidade de armazenamento dos almoxarifados setoriais. Destaque-se que, por anos, utilizou-se um ginásio esportivo para armazenamento do almoxarifado e, em razão da ausência de espaço físico, deliberou-se, em 2014, pela locação de galpão para atender essa necessidade. Contratação realizada por meio do contrato 07/2014 – PRA celebrado entre a UFPB e a Sra Miriam Araújo Gama, por meio de extensa pesquisa de preço.

7.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

- **Das Edificações**

- ✓ As edificações mais antigas demandam com certa frequência manutenções corretivas, apesar do seu tempo de construção, atendem adequadamente aos objetivos e necessidades;
- ✓ As edificações mais novas atendem ao Programa de necessidades para as quais foram projetadas e demandam de pouca manutenção. Foram projetadas levando em consideração à eficiência energética;
- ✓ Com o aumento da demanda do corpo discente, foram projetadas e licitadas mais edificações para atender as novas necessidades;
- ✓ Em todas as edificações citadas, as instalações são adequadas e suficientes para o uso a que se propõem.

- **Redes de Abastecimento**

- ✓ As redes de abastecimento de água é suficiente e adequada para suprir as necessidades das edificações. O sistema é composto de tubulação subterrânea, caixas d'água e poços profundos. O abastecimento de água é feito pela concessionária local;
- ✓ A rede coletora de esgoto também é suficiente para atender as edificações citadas. Quando são construídas novas obras, a rede logicamente é ampliada e interligada a rede existente;
- ✓ Eventualmente, são feitas manutenções corretivas.

- **Rede de Energia Elétrica**

- ✓ Devido ao aumento da área construída da UFPB, houve um aumento de demanda de energia. A rede de energia fornecida pela concessionaria é de 13,8 KV. Está em fase de projeto à construção de uma de 69 KV;
- ✓ No mês de Janeiro do corrente ano, foi realizada manutenção preventiva na rede de alta tensão com intuito de minimizar as possíveis panes que ocorrem eventualmente.

- **Telefonia**

- ✓ O sistema de telefonia tem uma moderna Central Telefônica, com distribuição de ramais para todas as edificações da UFPB.

- **Cabeamento Estruturado**

- ✓ Existe rede de internet em todas as edificações da UFPB. Atualmente, encontra-se em fase de seleção de fornecedor para aquisição de equipamentos que darão suporte a rede WI-FI em toda UFPB; em algumas edificações existem WI-FI.

7.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- a) **Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.**

Os planos estratégico e diretor de tecnologia da informação (PETI e PDTI, respectivamente), que estão em vigor na UFPB, foram elaborados em dezembro de 2012 para execução no período 2013-2016. A elaboração desses instrumentos de planejamento ocorreu antes mesmo do efetivo início das atividades do Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação (CGTI) desta universidade e em momento de início de novo reitorado, quando ainda não havia sido concluído o PDI na nova gestão que ora se iniciava. Considerando a necessidade premente de definição do PETI e do PDTI, o então Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) – hoje, Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) – tomou para si a responsabilidade e, com base em sua *expertise*, e orientado pelo PDI/UFPB do período anterior e pelas metas estratégicas estabelecidas pelo novo reitorado, elaborou, de forma sucinta e objetiva, os tais instrumentos de planejamento para o triênio 2013-2016.

De forma resumida, o PETI da UFPB é composto pelas seguintes ações estratégicas (apresentadas independentemente da ordem de prioridade):

1. Definição e aprovação da natureza institucional e do organograma da estrutura de Tecnologia da Informação da instituição (atual NTI);
2. Consolidação do modelo de operação da central de atendimento ao usuário (CAU/*service desk*);
3. Alteração do regimento do comitê gestor de TI (CGTI) e efetivação do Comitê;
4. Definição e aprovação da política institucional de informação, inclusive de segurança da informação, em consonância com a Comissão Institucional de Segurança, já instituída;
5. Modernização e ampliação do *backbone* da Rede UFPB;
6. Ativação dos recursos de conectividade dos quatro *campi* previstos no projeto Veredas Novas;
7. Implantação plena dos módulos do SIG-UFRN;
8. Renovação do acordo de cooperação técnica com a UFRN;
9. Planejamento de compras de TI para 2013 a 2016 (*hw*, *sw* e serviços);
10. Recomposição do quadro de pessoal de TI e adequação de vínculos entre pessoal de TI lotados em outros setores e a estrutura de TI institucional (atual NTI);
11. Implantação de padrões de governança e prestação de serviços;
12. Implantação de padrões de desenvolvimento de sistemas;
13. Implantação de plano de capacitação e qualificação da equipe, segundo as

necessidades específicas de cada área;

14. Conclusão da reforma no prédio que abriga a estrutura de TI institucional (atual NTI);
15. Desenvolvimento e/ou customização de demandas de software e serviços correlatos (S&SC) específicas da UFPB;
16. Participação efetiva nas atividades da Comissão Ambiental institucional;
17. Reestruturação física, elétrica e lógica do *datacenter* UFPB.

Decorrente do PETI, as ações específicas do PDTI foram distribuídas, segundo o prazo previsto de execução, em ações de curto (até dez/2013), médio (até dez/2014) e longo prazos (até dez/2016), que não serão aqui detalhadas.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

I. Os objetivos do Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação (CGTI) da UFPB são:

- 1) Avaliar e emitir parecer diretivo sobre proposições de políticas, de diretrizes e de investimento relativos à área de tecnologia da informação (TI), considerando o alinhamento dessas questões ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB;
- 2) Avaliar e emitir parecer diretivo sobre as prioridades dos programas institucionais de TI, por meio do alinhamento estratégico das áreas administrativas e acadêmicas com a área de TI, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo e com o Acórdão nº 1.603/2008 do Tribunal de Contas da União (TCU)-Plenário;
- 3) Estabelecer objetivos institucionais de TI, indicadores, metas e meios de mensuração para cada indicador e fornecer à Alta Administração mecanismos de acompanhamento desses indicadores, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo e com o Acórdão nº 2.308/2010 do Tribunal de Contas da União (TCU)-Plenário.

II. O CGTI é composto pelos seguintes membros:

- 1) Presidente – Vice-Reitor;
- 2) Secretário(a) – Superintendente de Tecnologia da Informação;
- 3) Pró-Reitor(a) de Planejamento e Desenvolvimento;
- 4) Pró-Reitor(a) de Administração;
- 5) Docente do Departamento de Ciência da Informação;
- 6) Docente do Departamento de Administração;
- 7) Docente do Centro de Informática;
- 8) Analista de Tecnologia da Informação da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI);
- 9) Representante da UFPB Virtual.

III. Em 2015, foram realizadas 4 reuniões ordinárias e 01 extraordinária.

IV. As principais atividades desenvolvidas em 2015 foram:

- 1) Planejamento de investimentos em TI para o exercício 2016 com base em levantamento de demandas realizado junto às unidades acadêmico-administrativas que compõem a UFPB (Emissão de comunicado às unidades acadêmicas e administrativas (Centros, Pró-Reitorias, Órgãos Suplementares, etc) solicitando previsão de demandas de TI para o exercício 2016. O comunicado continha instrumento padrão a ser preenchido com prazo de devolução ao CGTI);
- 2) Recomendação à Comissão de Gestão Ambiental (CGA) para que atue junto ao setor de Patrimônio da UFPB na elaboração de projeto para despatrimonialização, reciclagem e descarte de itens de TI que contemple (1) plano de comunicação, (2) plano de leilões anuais, (3) veículo para recolhimento, (4) criação da oficina de reciclagem e (5) plano de acolhimento de estagiários. O projeto uma vez elaborado deve ser encaminhado ao CGTI para homologação;
- 3) Apreciação de 25 (vinte e cinco) processos administrativos envolvendo aquisição/contratação de hardware/software e emissão de pareceres/recomendações;
- 4) Apreciação de minuta de normativa específicas sobre a política de segurança da informação, especificamente sobre atualização de software;
- 5) Apresentação ao CTA de justificativa e proposta de normativas específicas

- sobre a política de segurança da informação;
- 6) Apreciação da minuta de termo de referência (TR) de manutenção de equipamentos de informática;
 - 7) Recomendações sobre distribuição de pessoal de TI entre estrutura institucional de TI (STI e NSTIs) e demais unidades acadêmico-administrativas;
 - 8) Continuidade da discussão sobre política de impressão da UFPB;
 - 9) Discussão sobre IN SLTI/MPOG n. 04/2014;
 - 10) Recomendação para que as compras de TI sejam definidas de forma alinhada entre administrativo (PRA), jurídico (PF) e técnico (STI); e
 - 11) Convite e realização de reuniões com convidados (Procuradoria Federal na UFPB, Gerência de Segurança da Informação/STI e Comissão de Gestão Ambiental).

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Este ponto será tratado no item 7.3.1 a seguir.

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Atualmente na UFPB, não existe plano de capacitação (institucional) específico para a área de tecnologia da informação (TI), haja vista que os profissionais de TI fazem parte da categoria dos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) os quais compõem o Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE). Assim, o plano de capacitação existente na instituição busca ofertar, em geral, cursos de capacitação que sejam de interesse da grande maioria daquela categoria. No entanto, com o apoio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e por meio de sua Escola Superior de Redes (ESR), são ofertadas anualmente 60 (sessenta) vagas gratuitas em cursos básicos, intermediários e avançados os quais são destinados ao pessoal da área administrativa responsável pela TI das instituições usuárias primárias da RNP.

Os cursos ministrados (e respectivos percentuais de vagas utilizadas pela UFPB,

em relação ao quantitativo de vagas gratuitas) em 2015 foram:

- 1) Governança de TI (25%);
- 2) Administração e Projeto de Redes (46%);
- 3) Segurança (12%);
- 4) Administração de Sistemas (10%);
- 5) Mídias de Suporte à Colaboração Digital (5%).

- e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.**

O quadro de pessoal de tecnologia da informação da UFPB é composto pelos seguintes cargos (e respectivos quantitativos):

- 1) Analista de TI – 37;
- 2) Técnicos de TI – 54;
- 3) Assistente de TI – 24;
- 4) Tecnólogos – 9;

- f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.**

A Coordenação de Serviços (CS) da STI/UFPB se caracteriza, principalmente, pela recepção e triagem de todas as solicitações de serviços relacionados com TI. Essas solicitações podem ser atendidas diretamente pela CAU (Central de Atendimento ao Usuário) ou encaminhadas a indivíduos/setores competentes, em outras áreas.

O processo de atendimento é composto das seguintes etapas:

- 1) Usuário efetua registro de solicitação (www.sti.ufpb.br/suporte), dando origem a um chamado no OTRS, que por sua vez, é uma ferramenta web (software livre) utilizada na área de Suporte a Usuários e Gestão de Serviços, constituída de quatro elementos básicos:
 - a) Agente: é um atendente, ou seja, um membro de uma das equipes de

- primeiro (CAU), segundo ou terceiro (Setor Competente) nível;
- b) Cliente: é o usuário final, consumidor dos serviços de TI;
 - c) Ticket: é o registro eletrônico de um evento, incidente, dúvida ou requisição de mudança. Em nosso caso, o ticket será denominado chamado;
 - d) Fila: um repositório de chamados, com o intuito de organizar os chamados por área ou equipes.
- 2) O atendente de primeiro nível efetua a leitura e classificação do chamado.
 - 3) O atendente verifica se cabe resposta automática para a demanda. Se sim, a resposta é enviada ao solicitante. Caso contrário, um atendente de segundo nível assumirá a solicitação.
 - 4) O agente deste segundo nível verifica se existe uma solução documentada para a demanda. Se sim, a solução encontrada é aplicada.
 - 5) O agente verifica se a solicitação envolve Gestão de Mudanças. Se não, uma solução para a demanda é desenvolvida e, logo após, documentada. Caso contrário, o atendente verifica se a gestão de mudança é de alteração de serviço ou não e repassa essa informação para o terceiro nível.
 - 6) Por fim, o atendente de terceiro recebe a informação atendente de segundo nível sobre o tipo de gestão de mudança envolvido na solicitação. Se for alteração em um serviço já existente, é analisada a viabilidade da modificação. Se positiva, é iniciado um Processo de Alteração de Serviço. Se for requisição de um novo serviço, é analisada a viabilidade de sua criação. Se positiva, é iniciado um Processo de Requisição.
- g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.**

I. Projetos:

- 1) Movimentação do *datacenter*;
- 2) Conclusão da reforma do prédio (mesmo que ainda haja algumas pendências);
- 3) Implantação de módulos SIPAC e SIGRH;
- 4) Implantação do módulo SIGAA Graduação;

- 5) Contratação de suporte e garantia sobre o conjunto *blade+storage*;
- 6) Implantação de *backbone* óptico na unidade Mangabeira (interligando CI, CTDR e Niepe);
- 7) Interligação óptica redundante entre a unidade Mangabeira e o campus I;
- 8) Retomada da modelagem de processos para várias gerências da STI;
- 9) Novas edições da revista Informa-TI;
- 10) Realização do Censo 2015 e início do desenvolvimento do BI institucional;
- 11) Inserção da STI na pesquisa acadêmica com projetos iniciais em energias renováveis e controle de acesso veicular;
- 12) Integração entre recursos de autenticação para acesso à Rede UFPB e SIGs;
- 13) Implantação da Telefonia IP na UFPB, começando pelo CTDR;
- 14) Consolidação dos Núcleos Setoriais de TI da STI no Campus II e na Unidade Mangabeira;
- 15) Interligação direta do CCSA ao *backbone* da Rede UFPB, por meio de fibra óptica;
- 16) Reorganização de servidores e máquinas virtuais;
- 17) Redução das ameaças de invasão cibernéticas; e
- 18) Apoio para consolidação do CGTI e sua ação sobre definição de rumos da TI institucional.

II. Embora tenha sido um período de severas restrições orçamentárias e financeiras (cortes aproximados de 50% em capital e 10% em custeio) e apesar de interrupção parcial de atividades por mais de 120 dias, conseguimos manter a STI operacional ao longo de todo exercício 2015, executando o planejamento estratégico definido desde 2012.

III. Iniciaremos 2016 com perspectiva de elaboração de novo PDTI, com vigência no período 2017-2020. Projetos previstos no PDTI vigente e que não foram realizados (por variados motivos), serão reconsiderados à luz das novas demandas e contexto.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Considerando que empresas que prestam serviços de pós-garantia (manutenção) de *hardware* de *datacenter* não estejam incluídos no questionamento em tela, tampouco órgão público com o qual se firme acordo de cooperação técnica, não há contratação de

empresa terceirizada para prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito da área administrativa responsável pela TI institucional, e, portanto, a pergunta não se aplica à UFPB.

7.3.1 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação da UFPB são os Sistemas Integrados de Gestão (SIG), “importados” da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) por meio de Acordo de Cooperação Técnica. Os principais subsistemas que compõem os SIG são:

- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA);
- Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH);
- Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

Embora o nome de cada um dos sistemas integrantes dos SIG-UFRN seja autoexplicativo, detalhes sobre estes podem ser obtidos em <https://www.info.ufrn.br/wikisistemas/doku.php>.

A área responsável técnica pelos sistemas, no âmbito da UFPB, é a Gerência de Sistemas de Informação, da Coordenação de Gestão da Informação, da STI.

As responsáveis da área de negócio são:

- SIGAA: Pró-Reitoria de Graduação (PRG), Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG) e Biblioteca Central (BC) – enquanto principais gestores;
- SIGRH: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP);
- SIPAC: Pró-Reitoria de Administração.

Quanto à criticidade, todos, sem exceção, por meio do apoio às atividades administrativas e/ou acadêmicas, são fundamentais ao cumprimento dos objetivos da instituição, a saber, ensino, pesquisa e extensão.

7.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

- **Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela Unidade:**

O Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFPB se constitui como uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que possibilitam à UFPB estabelecer, implementar e gerir práticas de sustentabilidade e racionalização de

gastos e processos na Administração Pública nas áreas de: material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal.

Para nortear a implementação das práticas de sustentabilidade foi instituída a política de logística sustentável da UFPB nos termos que segue:

A Universidade Federal da Paraíba, ciente de seu papel e de sua responsabilidade na promoção dos princípios de desenvolvimento sustentável se compromete seguir a legislação ambiental e a estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos nas seguintes áreas:

- material de consumo;
- energia elétrica;
- água e esgoto;
- coleta seletiva
- qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho;
- compras e contratações e;
- deslocamento de pessoal.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável - PGLS/UFPB pode ser considerado como o mais importante e abrangente compromisso ambiental da Instituição e foi estabelecido com base na Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012. Na figura a seguir representa-se de modo sintético a metodologia adotada na formulação do PGLS/UFPB:

Figura 1 - Metodologia de formulação do PGLS/UFPB



Com base em diagnóstico realizado por meio de análise documental, visita *in loco* e entrevista com responsáveis pelos setores envolvidos, foram traçados os sete objetivos estratégicos:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PGLS/UFPB

Para cada objetivo estratégico (O. E.) foram criados um conjunto de planos de ações e para cada ação foram definidas metas, cronograma e responsabilidades. Aos planos de ação foram anexados indicadores de desempenho, conforme determinação da IN.

Figura 2 - Objetivos estratégicos do PGLS/UFPB

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
O. E. 1	Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para material de consumo;
O. E. 2	Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para nortear o consumo de energia elétrica;
O. E. 3	Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para consumo de água e geração de esgoto;
O. E. 4	Estabelecer práticas de sustentabilidade no fortalecimento do programa de coleta seletiva;
O. E. 5	Promover o fortalecimento dos programas de qualidade de vida no ambiente do trabalho;
O. E. 6	Estabelecer práticas de sustentabilidade nos processos de compras e contratações;
O. E. 7	Estabelecer práticas de sustentabilidade e uso racional para atividades concernentes com o deslocamento de pessoal;

- **Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):**

Não, a UFPB decidiu pela implementação e desenvolvimento de um conjunto de programas ambientais nas seguintes áreas: Coleta Seletiva e Compostagem; Resíduos da Construção e Demolição; Resíduos Especiais; Resíduos de Serviço de Saúde; Resíduos Químicos; Gestão de Áreas Verdes; Gestão de Águas; Eficiência Energética; Uso e Ocupação Sustentável; Educação Ambiental; Consumo Consciente. O conjunto destas áreas ultrapassa o escopo da A3P.

- **Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:**

A Universidade Federal da Paraíba possui o Programa de Coleta Seletiva, onde utiliza do método francês MODECOM para a caracterização e a quantificação dos resíduos sólidos, permitindo conhecer a composição dos resíduos por categorias e subcategorias em setores específicos e de toda zona de estudo. São 13 subcategorias descartadas em dois tipos de coletores, recicláveis e lixo comum, em suas cores verdes e azuis, respectivamente. O lixo reciclável da universidade é segregado em dois contêineres verdes de tonalidades diferentes, em que um é disposto apenas papel e o outro os demais resíduos recicláveis.

O resíduo é disposto em 31 contêineres, os quais são distribuídos em toda a extensão do Campus I da Universidade. Posteriormente, como determina o Decreto Presidencial 5.940/06, é encaminhado à Cooperativa Acordo Verde, onde são destinados à reciclagem. A cooperativa caracteriza e quantifica os resíduos e remete os dados à Comissão de Gestão Ambiental, responsável pelo monitoramento do Programa de Coleta Seletiva.

- **Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012:**

A Universidade Federal da Paraíba vem gradativamente modificando seus processos de licitações de compras e contratações para a inclusão de critérios e recomendações sustentáveis em seus editais de pregões, principalmente referentes à compra de equipamentos eletrônicos.

Em seus editais para compras de condicionadores de ar, bebedouros e batedeiras, por exemplo, desde 2014 já pode ser observado a preocupação da instituição quanto à valorização de produtos nacionais, explicitando nos termos de referência e relação de itens tal proposta como critério. Além disso, é também exigido na aquisição da maioria de seus equipamentos o Selo Procel de Economia de Energia A, que permite ao consumidor reconhecer, dentre os demais equipamentos do mercado, aqueles com uma melhor eficiência energética com menor consumo de energia.

Em seu compromisso com a segurança, é pedido que os interessados em participar das licitações para equipamentos apresentem suas propostas enquadradas dentro da NR 12, que trata da segurança no trabalho de máquinas e equipamentos, recentemente atualizada pela Portaria MTPS n.º 211, de 09 de dezembro de 2015, onde

apresenta princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos.

Outros critérios de sustentabilidade observados na compra de eletrônicos são os relativos à embalagem que devem ser confeccionadas em material reciclável, garantia de um ano por parte da contratada e envio de relatórios que explicitem o comportamento do dispositivo sobre impedância de curtos circuito e perdas de carga, além de exigir da contratada toda a documentação que comprove que a mesma esteja em dia com os seus deveres em relação a comercialização do produto em questão.

Em seus serviços de limpeza e conservação é sugerido em seus editais que as empresas sigam, quando possível, alguns critérios e ações de sustentabilidade ambiental, previstos na IN SLTI/MPOG nº1/2010, como medidas para evitar o desperdício de água na execução dos mesmos, como também a busca de fontes alternativas de reuso para abastecimento, a exemplo de poços, bicas e outras opções adequadas para lavagem de equipamentos que não ofereçam danos. Além de treinamento de seus funcionários quanto à redução máxima da produção de resíduos em seus serviços e a destinação correta dos mesmos, seguindo o sistema de coleta seletiva executado pela instituição.

Como racionalização de custos, mais especificamente nos serviços de limpeza, é utilizada uma logística segundo a qual são priorizadas áreas consideradas indispensáveis para o bom funcionamento da universidade e assim contratadas para que sejam limpas, desse modo descartando áreas que não influem na manutenção do bom funcionamento do campus. Essa atitude promove uma economia significativa nos valores gastos com tais serviços.

- Se a Unidade possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) de que trata o Art. 16 do Decreto 7.746/2012.
- ✓ *Sobre a constituição da Comissão Gestora do PLS de que trata o Art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012:*

A Portaria de constituição da Comissão Gestora, de número G/GR/ nº 1865, foi emitida pelo Gabinete da Reitoria no dia 14 de dezembro de 2012. A Comissão é composta por: Joácio de Araújo Moraes Junior, Henrique Elias Pessoa e Claudio Ruy

Portela de Vasconcelos, sob a coordenação do último. Todos os membros são servidores da Universidade Federal da Paraíba.

- ✓ *Sobre a formalização e abrangência do PLS de que trata o Art. 9º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012:*

O PGLS da Universidade Federal da Paraíba foi publicado pela Reitoria na página da Comissão de Gestão de Ambiental.

7.5 Indicação de onde encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (Art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

<http://www.ufpb.br/cga/contents/documentos/plano-de-logistica-sustentavel-2013-2015-final.pdf>

- ✓ *Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).*

<http://www.ufpb.br/cga/contents/paginas/institucional/pgls-1>

- **Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.**

As questões ambientais da UFPB são tratadas em grande medida no âmbito da Comissão de Gestão Ambiental, órgão vinculado diretamente à Reitoria. Desde a sua criação tem atuado em diversas frentes, dentre as quais destaca-se: gerenciamento de resíduos especiais, com a aquisição de descontaminador de lâmpadas fluorescentes; gestão da fauna e flora com o desenvolvimento de ações para mitigar os riscos de acidentes elétricos com animais silvestres e com a realização de podas de contenção dos fragmentos de mata; campanhas de educação ambiental com o plantio de mudas de espécies nativas da mata atlântica por ingressantes (até o momento já foram plantados mais de 6.000 mudas e, recentemente, com a campanha de combate ao mosquito transmissor do vírus do zika); coleta seletiva que visa à segregação de resíduos em recicláveis e não recicláveis. Os resíduos recicláveis são doados a uma cooperativa de catadores; a de monitoramento de contratos de serviços de limpeza de segurança e de telefonia; a de levantamento dos efluentes químicos gerados pelos mais de 300 laboratórios contidos na Instituição.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

a) Dos acórdãos do exercício de referência

Durante o exercício 2015, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu 12 acórdãos, nos quais foram apontadas algumas impropriedades/irregularidades referentes aos atos praticados por esta Instituição, recomendando a regularização das falhas neles enumeradas.

Abaixo, segue um quadro contendo uma visão geral sobre a situação dos referidos acórdãos.

Quadro 73 - Visão geral sobre a situação dos referidos acórdãos TCU

Seq.	Acórdão	Natureza	Unidade destinatária	Recomendações/determinações			
				Feitas		Atendidas	
				Qtde	Item(ns)	Qtde	Item(ns)
1	1659/2015 – Plenário	Prestação de Contas	PROGEP	3	9.4, 9.5 e 9.6	0	-----
2	2180/2015 – 2ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	3	9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3	0	-----
3	2589/2015 – 1ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	3	9.4.1, 9.4.2 e 9.5	2	9.4.2 e 9.5
4	2746/2015 – 2ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	1	1.7	1	1.7
5	3982/2015 – 1ª Câmara	Representação	PU	2	9.3.1 e 9.3.2	2	9.3.1 e 9.3.2
6	6493/2015 – 1ª Câmara	Pensão Civil	PROGEP	2	1.7.1.1 e 1.7.1.2	2	1.7.1.1 e 1.7.1.2
7	6549/2015 – 2ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	1	1.7	0	-----
8	7210/2015 – 1ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	1	1.7	1	1.7
9	7578/2015 – 1ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	2	9.2.1 e 9.2.2	0	-----
10	7767/2015 – 2ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	3	9.4.1, 9.4.2 e 9.4.3	2	9.4.1 e 9.4.3
11	8768/2015 – 2ª Câmara	Pensão Civil	PROGEP	1	1.7	1	1.7
12	9667/2015 – 2ª Câmara	Aposentadoria	PROGEP	1	1.7	1	1.7

Sigla: PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; PU – Prefeitura Universitária.

b) Dos acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente)

O Tribunal de Contas da União julgou entre 2010 e 2015 as contas da UFPB, referentes aos exercícios de 2004 a 2010, prolatando os acórdãos relacionados no quadro abaixo:

Quadro 74 - Relação dos acórdãos TCU das contas da UFPB - 2004 a 2010

Seq.	Nº do Acórdão	Natureza	Processo
1	7506/2010 – 2ª Câmara	Prestação de contas – 2004	TC 015.826/2005-8
2	2146/2011 – 2ª Câmara	Prestação de contas – 2005	TC 015.578/2006-6
3	1293/2011 – 2ª Câmara	Prestação de contas – 2006	TC 019.900/2007-1
4	9136/2011 – 2ª Câmara	Prestação de contas – 2007	TC 017.578/2008-1
5	8656/2013 – 1ª Câmara	Prestação de contas – 2009	TC 021.581/2010-0
6	0881/2014 – 1ª Câmara	Prestação de contas – 2008	TC 015.837/2009-4
7	1659/2015 – Plenário	Prestação de contas – 2010	TC 027.922/2011-1

As determinações e recomendações feitas nos acórdãos citados acima que permanecem na situação de não atendidas ou atendidas parcialmente estão demonstradas nos quadros a seguir:

Quadro 75 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 015.826/2005-8	7506/2010	9.6.12	*	*
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal da Paraíba/Pró-Reitoria de Administração				
Descrição da determinação/recomendação				
<i>adote as medidas pertinentes para apuração dos fatos relatados pelo Controle Interno no Relatório de Auditoria nº 160750 da CGU-PB sobre a atuação dos servidores de matrículas SIAPE nº 330564 e 335134;</i>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Unidade se manifestou informando que "Aguarda-se cópia da auditoria nº 160750 da CGU-PB correlata a atuação dos servidores SIAPE: 330564 e 335134".				

*informações não disponibilizadas.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 019.900/2007-1	1293/2011	9.3.3	*	*
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal da Paraíba/Prefeitura Universitária				
Descrição da determinação/recomendação				
<i>elabore e implemente, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de recuperação dos créditos decorrentes da inadimplência de permissionários e disponibilize à unidade administrativa responsável pelo acompanhamento da execução dos contratos de permissão os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho desta atribuição;</i>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A PRA informou que está aguardando "relatório da PU para providenciar relatório acerca de eventual inadimplência dos permissionários".				

*dados não fornecidos.

c) Sobre as formas de acompanhamento das recomendações e determinações dos órgãos de Controle Interno e Externo

As formas de que dispõe a Instituição para o efetivo acompanhamento tanto das deliberações do TCU como das recomendações do Órgão de Controle Interno estão relatadas, conforme segue: o acompanhamento se dá por meio de uma Assessora especialmente designada para esta função, cabendo a ela numerar, escanear e cadastrar os documentos oriundos da CGU e TCU. Este último ato é realizado por meio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, onde são formalizados processos e encaminhados aos setores que tenham relação com a determinação/recomendação a cumprir, os quais deverão tomar as providências dentro do prazo estabelecido. Após receber as repostas dos respectivos setores, a Assessora analisa para posterior envio aos Órgãos de Controle, quando cabível. Quando a determinação/recomendação requer apenas o cumprimento da medida, esta é gerenciada internamente e os seus resultados informados posteriormente ao respectivo órgão, seja através de ação de monitoramento, seja no Relatório de Gestão.

Em atendimento às recomendações constantes no Acórdão 1796/2004 – TCU, segue abaixo a relação de servidores efetivos e terceirizados da área Fim locados no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW).

Quadro 76 - Relação do quantitativo de servidores efetivos da área fim por cargo em 2015 – HULW – UFPB (Regime Jurídico Único)

CARGO	QUANTITATIVOS
ASSISTENTE DE LABORATORIO	2
ASSISTENTE SOCIAL	15
ATENDENTE DE CONSULTORIO-AREA	4
AUXILIAR DE ANATO E NECROPSIA	1
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	203
AUXILIAR DE FARMACIA	1
AUXILIAR DE LABORATORIO	8
AUXILIAR DE NUTRIC E DIETETICA	3
AUXILIAR DE SAUDE	1
BIOLOGO	1
BRIGADISTA DE INCENDIO	3
ENFERMEIRO	1
ENFERMEIRO-AREA	110
FARMACEUTICO	22
FARMACEUTICO BIOQUIMICO	2
FISIOTERAPEUTA	10
FONOAUDIOLOGO	2
MÉDICA OBSTETRA	1
MEDICO-AREA	200
MEDICO-CLINICA MEDICA	1
NUTRICIONISTA	1
NUTRICIONISTA-HABILITACAO	15
ODONTOLOGO	3
PSICOLOGO-AREA	4
TECNICO DE LABORATORIO	1
TECNICO DE LABORATORIO AREA	34
TECNICO EM ENFERMAGEM	62
TECNICO EM NUTRICA O E DIETETIC	1
TECNICO EM RADIOLOGIA	14
TECNICO EM REABILIT/FISIOTERAP	1
TECNICO EQUIP.MEDICO ODONTOLOG	2

Fonte: HULW

Destaca-se que não existe mais no HULW terceirizados da área afim.

Segue a relação dos servidores efetivos da área fim por cargo em 2015, lotados no HULW com vínculo com a EBSERH.

Quadro 77 - Relação do quantitativo de servidores efetivos da área fim por cargo em 2015 (EBSERH)

CARGO	QUANTIDADE
ASSISTENTE SOCIAL	5
BIÓLOGO	1
BIOMÉDICO	7
CIRURGIÃO DENTISTA -	11
CIRURGIÃO DENTISTA - CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAL	2
ENFERMEIRO ASSISTENCIAL	148
ENFERMEIRO - AUDITOR E PESQUISA	2
ENFERMEIRO CARDIOLOGIA	2
ENFERMEIRO SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	3
ENFERMEIRO SAÚDE DA MULHER	5
ENFERMEIRO SAÚDE DO TRABALHADOR	1
ENFERMEIRO SAÚDE MENTAL	2
ENFERMEIRO ASSISTENCIAL - TERAPIA INTENSIVA	9
FARMACÊUTICO	16
FÍSICO - FÍSICA MÉDICA - RADIODIAGNÓSTICO	1
FISIOTERAPEUTA	39
FISIOTERAPEUTA - TERAPIA INTENSIVA	6
FONOAUDIÓLOGO	7
NUTRICIONISTA	5
PEDAGOGO	2
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2
PSICÓLOGO - ÁREA HOSPITALAR	5
PSICÓLOGO - ÁREA ORGANIZACIONAL	1
TECNÓLOGO EM RADIOLOGIA	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL	6
TÉCNICA EM CONTABILIDADE	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	297
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAÚDE DO TRABALHADOR	1
TÉCNICO EM FARMÁCIA	13
TÉCNICO EM HISTOLOGIA	2
TÉCNICO EM LABORATÓRIO	6
TÉCNICO EM ÓPTICA	1
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	7
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	4
MÉDICO - ACUPUNTURA	1
MÉDICO - ALERGIA E IMUNOLOGIA	1
MÉDICO - ALERGIA E IMUNOLOGIA PEDIÁTRICA	1
MÉDICO - ANESTESIOLOGIA	15
MÉDICO - CANCEROLOGIA CIRÚRGICA	1
MÉDICO - CANCEROLOGIA CLÍNICA	2
MÉDICO - CARDIOLOGIA	3

MÉDICO - CARDIOLOGIA ELETROFISIOLOGIA CLÍNICA INVASIVA	1
MÉDICO - CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA	1
MÉDICO - CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO	1
MÉDICO - CIRURGIA GERAL	3
MÉDICO - CIRURGIA PEDIÁTRICA	2
MÉDICO - CIRURGIA PLÁSTICA	2
MÉDICO - CIRURGIA TORÁCICA	2
MÉDICO - CIRURGIA VASCULAR	1
MÉDICO - CLÍNICA MÉDICA	15
MÉDICO - COLOPROCTOLOGIA	1
MÉDICO - DERMATOLOGIA	2
MÉDICO - ECOCARDIOGRAFIA	1
MÉDICO - ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA	5
MÉDICO - ENDOSCOPIA DIGESTIVA	1
MÉDICO - GASTROENTEROLOGIA	1
MÉDICO - GERIATRIA	2
MÉDICO - GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA	10
MÉDICO - HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	1
MÉDICO - HEMODINÂMICA E CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA	1
MÉDICO - HEPATOLOGIA	1
MÉDICO - INFECTOLOGIA	4
MÉDICO - MASTOLOGIA	3
MÉDICO - MEDICINA DO TRABALHO	2
MÉDICO - MEDICINA INTENSIVA	3
MÉDICO - MEDICINA INTENSIVA - PEDIÁTRICA	1
MÉDICO - NEFROLOGIA	1
MÉDICO - NEONATOLOGIA	4
MÉDICO - NEUROLOGIA	2
MÉDICO - NEUROLOGIA PEDIÁTRICA	1
MÉDICO - OFTALMOLOGIA	5
MÉDICO - ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	1
MÉDICO - OTORRINOLARINGOLOGIA	1
MÉDICO - PATOLOGIA	2
MÉDICO - PEDIATRIA	4
MÉDICO - PNEUMOLOGIA	2
MÉDICO - PSIQUIATRIA	2
MÉDICO - PSIQUIATRIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	1
MÉDICO - RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	4
MÉDICO - RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA E ANGIORRADIOLOGIA	1
MÉDICO - REUMATOLOGIA	1
MÉDICO - REUMATOLOGIA PEDIÁTRICA	1
MÉDICO - ULTRASSONOGRAFIA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA	1
MÉDICO - UROLOGIA	2

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No exercício de 2015, foi emitida, durante os exames procedidos pela Controladoria Geral da União – CGU/PB nesta Instituição, a Nota de Auditoria N° 201504399/01, de 23 de novembro de 2015, contendo 2 (duas) recomendações, quando da análise do edital do Pregão Eletrônico SRP UFPB/CPL-PU n° 013/2015. A CGU entendeu que a exigência indevida de engenheiro mecânico em equipe técnica da empresa a ser contratada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos, motocicletas e automotores, poderia, possivelmente, restringir o caráter competitivo do certame. Essas recomendações foram acatadas pela unidade realizadora do certame, sendo o edital e o Termo de Referência devidamente readequados e reabertos os prazos para que um número maior de interessados pudessem participar do procedimento licitatório, visando à obtenção de proposta mais vantajosa para a UFPB.

As informações sobre as formas que esta Autarquia dispõe para o efetivo acompanhamento das recomendações do OCI já foram tratadas no item anterior.

8.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

- **Demonstração da estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna das TCE;**

As comissões dispõem de sala climatizada composta com seis desktops e respectivos monitores, três notebooks, quatro impressoras, cadeiras, mesas, armários e material de expediente adequado. Quanto ao pessoal, existem cinco servidores, sendo dois no apoio técnico e operacional e três na composição da portaria emitida em 2015, conforme abaixo:

Portaria R/GR/N° 1479/2015 – 23/10/2015

Fábio Assunção de Castro
Anderson Glauber Torres dos Santos
Saulo Eduardo Carvalho de Almeida

- **Quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício atual, em 2014 e em 2013, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União.**

2013
7 Processos instaurados.
2014
25 Processos Instaurados, dos quais:
03 processos finalizados por ressarcimento de débito.
11 processos se encontravam na unidade de Controle Interno da UFPB.
11 processos estavam em fase de conclusão pelas Comissões de Tomada de Contas Especial.
2015
6 processos instaurados, dos quais:
2 processos se encontram na unidade de Controle Interno da UFPB
4 processos estão em fase de conclusão pelas Comissões de Tomada de Contas Especial

Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Quadro 78 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
			Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
6 ¹¹								15

Fonte: Comissão de Tomadas de Contas Especiais

Ressalta-se ainda que, **se encontra na Coordenação de Controle Interno da UFPB**, sete Processos de Tomadas de Contas Especial instaurados em 2014 e concluídos pela Comissão de Tomada de Contas Especial em 2015.

¹¹ Vide a descrição do ano de 2015 com as explicações sobre 6 os processos instaurados.

8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

O art. 5º da lei de licitações (8.666/93) estabelece a principal diretriz para a sistemática de ordenamento de despesas públicas, mormente, no tocante à observação da ordem cronológica das obrigações financeiras assumidas pela Administração Pública, iniciadas pelo empenho, e que seguiram a tramitação do processo administrativo de pagamento, com a entrega do produto ou prestação do serviço, e posterior liquidação e apropriação dos valores para pagamento. Cumulativamente, além da observação da ordem cronológica, observar a fonte do recurso específico. A UFPB atende em sua plenitude a lei 8.666/93, incluindo o cronograma de pagamento do artigo destacado.

Entretanto, desde 2014, em razão de dificuldades de arrecadação do Governo Federal, afetou-se toda a Administração Pública Federal. Até o final de 2013, os recursos eram repassados duas vezes por semana, em consonância com o montante liquidado, ou seja, o valor liquidado para pagamento era repassado em sua integralidade (100% do que se encontrava liquidado era encaminhado para a UFPB adimplir com as obrigações financeiras). No entanto, tal cenário alterou-se a partir de 2014 quando se passou a realizar repasses uma ou duas vezes por mês e em montante inferior ao que estava liquidado. Em 2015, a conjuntura de arrecadação federal deficitária agravou-se ainda mais e os repasses giravam em torno de 40% dos valores liquidados, sem considerar eventual efeito cumulativo das obrigações financeiras institucionais.

Diante de tal circunstância exógena e independente da Administração da IFES, estabeleceu-se uma sistemática de pagamento de modo a garantir a manutenção básica institucional sem que houvesse interrupção dos serviços essenciais ou que comprometesse a finalidade precípua da Universidade. Dessa forma, priorizou-se o pagamento de toda e qualquer despesa que incorresse em encargos financeiros, atualização monetária ou multa contratual, a exemplo de energia elétrica, água e telefonia; posteriormente todo e qualquer obrigação de ordem trabalhista, previdenciária, fiscal ou tributária, e serviços essenciais cuja interrupção causaria significativo prejuízo para a Administração Pública; em seguida consolidando as obrigações com demais fornecedores de forma cronológica, entende-se que essa sistemática está amparada pela condicionante “salvo quando presentes relevantes razões de interesse público” considerando o cenário econômico-financeiro do país, atendendo

em sua plenitude o art. 5º da lei 8.666/93.

8.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Os contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento foram baseados nas licitações do ano de 2013 em diante, nas quais já constavam em seus respectivos orçamentos, as alterações contidas nas Leis nº 12.546/2011 e 12.844/13. Desta feita, as retenções efetuadas foram de 3,5% sobre o valor total da nota fiscal. Portanto, não sendo necessária a revisão de tais contratos, haja vista que o processo licitatório já atendia à referida legislação.

Quanto aos contratos anteriores a 2013, informamos que mantivemos a retenção tributária de 11% sobre o valor da mão-de-obra. Tais contratos não foram beneficiados com a desoneração.

8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Quadro 79- Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	2032 (Educação Superior) / 20RK (Funcionamento das Instituições)	336.019,50	276.747,16
	2032 (Educação Superior) / 8282 (Reestruturação e Expansão de Inst. Superiores)	150.000,00	
Mercadológica			
Utilidade pública			